



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA**

**Viviane Barbosa Pereira**

**OUTROS TRABALHADORES: EXPERIÊNCIAS E COTIDIANO DE TRABALHO  
DE HOMENS E MULHERES NO RECIFE (1890-1915)**

**Recife, 2015.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA**

**Viviane Barbosa Pereira**

Orientador: Prof. Dr. Tiago de Melo Gomes

**OUTROS TRABALHADORES: EXPERIÊNCIAS E COTIDIANO DE TRABALHO DE  
HOMENS E MULHERES NO RECIFE (1890-1915)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social da Cultura Regional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**Recife – 2015.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA VIVIANE BARBOSA  
PEREIRA**

Às 15h do dia 27 (vinte e sete) de março de 2015 (dois mil e quinze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Viviane Barbosa Pereira**, intitulada **Outros Trabalhadores: experiências e cotidiano do trabalho no Recife (1890 – 1915)** em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos Professores Doutores: *Tiago de Melo Gomes (Orientador)*, *Alcileide Cabral do Nascimento (Avaliadora Interna)*, *Wellington Barbosa da Silva (Avaliador Interno)* e *Beatriz de Miranda Brusantin (Avaliadora Externa – UNICAP)*. Fica a aluna Viviane Barbosa Pereira ciente de que só fará juz ao título de mestre se cumprir todos os requisitos previstos nas Normas Gerais dos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” da UFRPE e no Regimento Interno do Programa. Assina também a presente ata o Prof. Dr. Ricardo de Aguiar Pacheco, Coordenador deste Programa, para os devidos efeitos legais.

*Recife, 27 de março de 2015.*

*Prof. Dr. Tiago de Melo Gomes*

*Prof.ª Dr.ª Alcileide Cabral do Nascimento*

*Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva*

*Prof.ª Dr.ª Beatriz de Miranda Brusantin*

*Prof. Dr. Ricardo de Aguiar Pacheco*

*Viviane Barbosa Pereira*

*Tiago de Melo Gomes*  
*Alcileide Cabral do Nascimento*  
*Wellington Barbosa da Silva*  
*Beatriz de M. Brusantin*  
*Ricardo de Aguiar Pacheco*  
*Viviane Barbosa Pereira*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>04</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>05</b>
<b>LISTA DE ABREVIACÕES</b> .....	<b>08</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>Capítulo I: Os caminhos da norma e nos descaminhos da experiência: mulheres da classe trabalhadora, honra e moralidade</b> .....	<b>19</b>
1.1. Uma leitura do Recife em tela .....	19
1.2. Moralidade, honra, trabalho e valores negociados.....	26
1.3. Nos (des) caminhos: experiências de mulheres do lado de lá da norma .....	37
<b>Capítulo II: “E os jornais o que dizem?”: experiências femininas e masculinas nas páginas dos jornais</b> .....	<b>43</b>
2.1. Toinha Bico de Ouro e um mundo não tão a parte assim.....	44
2.2. As casas de (in) cômodo, as ruas do Recife, a prostituição e os homens de farda... ..	49
2.3. Bailes públicos e os espaços de sociabilidades de homens e mulheres.....	58
2.4. Outras imagens e semelhanças: noticiando “gente bárbara”.....	63
2.5. “Diz-me <i>onde</i> andas que te direi quem és”: outros espaços da cidade.....	69
<b>Capítulo III: Não é só salário, não é a jornada: gênero, classe trabalhadora e os mundos de trabalho na cidade do Recife</b> .....	<b>74</b>
3.1. Nem tudo é negociável: relações de solidariedade horizontal e identidade de gênero .....	79
3.2. Quando eles não se reconhecem: diversidade e identidades .....	85
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>104</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS</b> .....	<b>107</b>

## **RESUMO**

Esta pesquisa pretende investigar o cotidiano de homens e mulheres da classe trabalhadora da cidade do Recife (1890-1915), em um momento em que a preocupação com a honra feminina, a preservação da família, a polarização do espaço domiciliar versus a rua, e a valorização do trabalho livre se relacionam ao tema do progresso nacional e a modernização das cidades. Dessa maneira, levando em consideração o número de mulheres superior ao de homens, a grande cifra de viúvas existentes no estado de Pernambuco, a considerável parcela de trabalhadores domésticos e o elevado índice de analfabetismo durante os anos iniciais da República, buscaremos estudar as experiências femininas e masculinas da classe trabalhadora em seu cotidiano, em seus conflitos decorrentes da precariedade material, das relações de gênero, de classe e de cor. Através de um corpus documental composto por processos-crime e periódicos, nos propomos analisar pequenos fragmentos da vida destes sujeitos, que compartilhavam de uma mesma realidade material e de uma cadeia de relações que envolviam padrões de moralidade e honradez definidas por clivagens de gênero, classe e cor. Investigaremos como homens e mulheres na busca pela sua sobrevivência e de seus pares, construíam suas relações de solidariedade e laços de compadrios, agenciando identidades, resistindo e negociando aos/com padrões de moralidade propalados.

**Palavras –chave: História do Cotidiano; Gênero e Classe Trabalhadora.**

## **ABSTRACT**

This research aims to investigate the daily lives of men and women of the working class city of Recife (1890-1915), at a time when concern about female honor, family preservation, the polarization of home space versus the street, and the value of free labor relate to the subject of national progress and the modernization of cities. Thus, taking into account the number of women than men, the vast number of existing widows in the state of Pernambuco, a considerable portion of domestic workers and the high illiteracy rate during the early years of the Republic, will seek to study the female experiences and men of the working class in their daily lives, in their conflicts arising from the precarious material, gender relations, class and color. Through a documentary corpus of criminal proceedings and journals, we propose to analyze small fragments of life of these subjects, they shared the same material reality and a chain of relationships involving standards of morality and honesty defined by gender cleavages, class and color. Investigate how men and women in pursuit of their livelihood and their peers, building their relations of solidarity and cronyism ties, touting identities, resisting and negotiating to / with publicized standards of morality.

**Key words: History of Everyday Life; Gender and Working Class.**

## AGRADECIMENTOS

Agradecer parece ser a parte mais fácil deste trabalho. Neste exato momento tenho em mim dois sentimentos cansaço e gratidão. Não vou mentir que realizar um trabalho de dissertação não tenha me trazido noites mal dormidas e que ao término deste, encontro-me de certa forma aliviada.

Há pelos menos três anos atrás, não sonhava estar aqui compondo essas linhas de agradecimento. Não por falta de vontade, mas por não acreditar ser possível um dia ser mestranda. Bem, esse dia chegou e apesar de passados três anos, ainda nutro muitos questionamentos sobre o que posso ou não alcançar, entretanto depois dessa experiência (que para mim não se consistiu a priori na escrita, mas no contato e no partilhar de ansiedades com àqueles que embarcaram nessa jornada comigo) vejo-me muito mais forte.

Sendo assim, quero agradecer primeiramente a Deus por essa oportunidade e por me permitir ser alguém com essa sorte tremenda, de ter à minha volta pessoas tão especiais. Agradecer a minha família, minha mãe, pai e irmãos pela paciência, vocês são minhas preciosidades, os amo muito. Queria agradecer ao meu noivo, Raphael, também pela paciência, pela presteza, pelo apoio incondicional, e por ter passado horas de seus dias, ouvindo sobre os casos que encontrava nos arquivos, sendo às vezes interrompido por uma “falação” interminável. Você foi é meu presente de Deus, te amo.

Quero agradecer aos amigos de jornada acadêmica, em especial a uma que se tornou irmã. À você dedico Vanessa também este momento e esta alegria. Depois de tantos puxões de orelhame mandando estudar, você tem parte nesse trabalho aqui. Obrigada também a Alexandre Melo, a Daniele Ferreira, a Giovane Albino, a Juarlysson, Diego, Juliana Dias, Wagner e Kalhil, agradeço por compartilhar com vocês ansiedades, alegrias e vitórias que se estenderam ao longo desses dois anos. Vocês foram uma turma show!

Agradeço também aos outros amigos, que não do meio acadêmico, mas muito importantes, pois estiveram sempre na torcida como Priscylla, Luiz Carvalho, Camila, João, Danilo e Taciloca. Sei que a ausência da amiga aqui também fez parte desses dois anos, mas agradeço por terem continuado torcendo.

Agradeço ainda a alguém que não pode ser classificado em um âmbito só. Este a quem este agradecimento também se destina, não se encaixa como alguém somente intelectual-

acadêmico-professor. Este sempre será mais que um orientador, será pra sempre um amigo. Agradeço a você Tiago de Melo Gomes, por tudo. Por todas as vezes que me encorajastes, seja com tua trajetória de vida, seja com tuas palavras de estímulo, seja com a tua demonstração de preocupação... Eu sou muito grata a você. Sei que esses dois anos poderiam ter sido diferentes, sei que tinhas inclusive muito mais para me dar, mas saiba que meu coração será sempre grato, por ter podido experimentar esses dois anos como sua orientanda e amiga.

Por fim agradeço aos demais professores da UFRPE, por compartilhar e dividir a intelectualidade e a humanidade sempre. Agradeço em especial a Wellington Barbosa, por não nos permitir fazer uma leitura safada de Thompson, nem de qualquer outro autor da História Social, agradeço pelo misto de alegria e seriedade que externas sempre!

Agradeço à CAPES pela bolsa, e ao programa de Pós-graduação em História da UFRPE e espero ter podido contribuir para a produção científica do país.

*“Arquivos são como cemitérios, povoados por legiões de mortos. Vivíssimos todos, outrora, com seus nomes, histórias, dramas, labores. Historiadores que somos, lemos, anotamos, refletimos sobre a experiência deles”.*

Sidney Chalhoub, em Apresentação da Revista AEL.

## **LISTA DE ABREVIACÕES**

**APEJE – Arquivo público Estadual Jordão Ermeneciano**

**FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco**

**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

**TJPE -Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**UFPE – Universidade Federal de Pernambuco**

**UFRPE-Universidade Federal Rural de Pernambuco**

**UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas**

## INTRODUÇÃO

Aos 12 dias do mês dezembro de 1899, no lugar Beira-Mar, no distrito de Boa Viagem, Thereza Catharina de Moura, de trinta e oito anos, cor parda, de constituição fraca, temperamento bilioso, estado civil solteira, profissão doméstica<sup>1</sup>, ao voltar do trabalho “soube por seu amasio Ludgero de Tal”, que entre os vizinhos Manoel Eurico, de vinte um anos, morador da Imbiribeira, andava a “desmoralizando”<sup>2</sup> dizendo que a mesma não era ama, mas amasia de seu patrão. Thereza Catharina, trabalhava como ama na casa de José Silveira no distrito de Boa Viagem e dizia retornar para sua residência sempre no final da tarde.

Numa dessas tardes, após voltar do trabalho por volta das cinco horas, ao ver Manoel Eurico passar, Thereza acompanhada de Ludgero, foi ter com ele satisfações, a respeito do que a difamava. Em meio à conversa, os dois acabaram por travar uma luta corporal que sob a intervenção do companheiro de Thereza e dos vizinhos, foi apartada. Segundo as testemunhas após ouvir uma resposta “afoita” de Manoel sobre o caso, Thereza havia avançado sobre ele de posse de um tamanco que calçava, atingindo-lhe um golpe na cabeça. No resultado da contenda, a mesma foi socorrida com um ferimento nas duas mamas, fruto de um golpe feito por Manoel Eurico que armado com um compasso revidou a tamancada.

O rol de testemunhas arroladas composta somente por homens, que afirmavam conhecer ambos dos envolvidos, não listou nenhuma conduta que pudesse desaboná-los. No entanto, o testemunho em si pareceu favorecer a Thereza, sobretudo, por que quase todos os personagens arrolados como testemunhas, denotavam a ideia de que as palavras de Manoel eram demasiadamente maldosas se comparadas ao comportamento da doméstica. O caso foi encerrado como improcedente diante da falta de provas pertinentes contra o acusado Manoel Eurico de Menezes.

Diante das linhas de uma caligrafia embaraçada, de um enredo frio e fatigante de um processo criminal do final do século XIX, uma leitura desatenta pode nos fazer perder de vista algumas matizes particulares sobre homens e mulheres trabalhadores da cidade do Recife, expostas em suas experiências de vida cotidianas. Podem nos fazer supor, que todas essas experiências eram homogêneas, essencialmente agenciadas pela pobreza, pela violência, pela

---

<sup>1</sup> Processo Crime contra Manuel Eurico de Menezes, S/N, caixa 1367, ano 1900. Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco.

<sup>2</sup> Processo Crime contra Manuel Eurico de Menezes, S/N, caixa 1367, ano 1900. Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco.

transgressão de normas morais e pelo conflito com as autoridades. Fazem-nos supor incorretamente, que estes personagens viviam sob a égide da desorganização e da ausência de códigos de conduta, na contramão de padrões de honra, higiene e moralidade.

No entanto, o caso de Thereza Catharina de Moura, nos permite perceber que os diferentes significados que circulavam e eram agenciados por esses atores históricos, não correspondiam diretamente àqueles propostos por médicos e juristas na virada do século XIX para o XX. E que, em conflitos entre homens e mulheres de mesma realidade material, clivagens de gênero, de classe e de cor podiam ser agenciadas e reinventadas a depender de suas necessidade. De acordo com a historiadora Silvana Santiago:

(...) mulheres e homens, desempenham papéis múltiplos e, quase sempre, contraditórios e incoerentes. É como se continuamente se remodelassem em resposta as diferentes demandas e interesses, das sutilezas de um emaranhado de universos - ser mulher, ser pobre, ser negra, ser brasileira e assim por diante<sup>3</sup>.

O ponto de partida desse trabalho é perceber a existência de diferentes experiências de vida, por parte de homens e mulheres da classe trabalhadora, que negociavam e até mesmo improvisavam, seus papéis sociais com as autoridades, com as normas morais e com seus pares, diante de conflitos e tensões do cotidiano<sup>4</sup>. Para percebê-las, portanto, é preciso estar atento às diferentes versões que os sujeitos apresentam para cada caso, para as divergências existentes nos discursos e enredos. Como Sidney Chalhoub cita, o importante é perceber dentro dos conflitos, como se produzem as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso.<sup>5</sup> São diante da análise dessas versões, que é possível entender, como esses atores se percebiam, como experienciavam suas rivalidades, sociabilidades e como noções comuns a cerca do trabalho, moral, espaço da rua e da casa, são agenciadas e ressignificadas.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o cotidiano de homens e mulheres da classe trabalhadora do Recife entre os anos de 1890-1915 – período da valorização do debate sobre a moralidade sexual feminina e sua intersecção com o progresso

---

<sup>3</sup>SANTIAGO, Silvana. **Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas.** Campinas, SP, 2006, p. 18.

<sup>4</sup>Apesar de entendermos como papéis sociais plurais femininos, concordamos com o que Maria Odila Leite S. Dias, diz em seu trabalho sobre o cotidiano de mulheres em São Paulo o século XIX quando trata que “o papel social feminino (...) era composto de mediações sociais improvisadas, num contexto global de tensões e conflitos oriundas do processo capitalista e do seu sistema de dominação”. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995, p12.

<sup>5</sup>CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim.** O cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986(1ª ed.), p. 22-23.

do país, e, no caso de Recife, um momento de reestruturação da cidade<sup>6</sup> - considerando os seus modos de vida, o lazer, as concepções sobre família, relacionamentos amorosos, os conflitos decorrentes das condições de trabalho e sobrevivência.

Nossa pesquisa inicia-se no ano de 1890, pois este ano representa em termos jurídicos, a preocupação em torno da honra “feminina” e da proteção da família, a partir da publicação do Código Penal, onde crimes de ofensa sexuais passam a serem crimes não contra a pessoa, mas, contra “a segurança e honestidade das famílias”. Destarte, a honestidade das mulheres é definida pela análise de seus comportamentos, como sair só, ter vários namorados, trabalhar na casa de homens solteiros entre outros indicantes. Provar a honestidade era a condição legitimadora à mulher que buscava defender-se de algum abuso, crime de estupro, defloramento, ou rapto. As leis inscrevem as mulheres honestas no domicílio familiar, e ao fazer isso exibem a rua como um lugar de perigo moral. Finalizamos nosso recorte em 1915, por este compreender a conclusão do primeiro momento de reformas urbanas no bairro portuário do Recife, que deslocou uma população pobre da região central da cidade e demoliu o traçado urbano irregular de casarios antigos, dando lugar a prédios comerciais. A desapropriação desses prédios que em sua maioria eram residências consideradas insalubres, desalojou cerca de 3 à 5 mil pessoas<sup>7</sup>. O que pode ter ocasionado o adensamento de bairros como Afogados, Várzea e Beberibe.

Em dados censitários a cidade do Recife possuía entre os anos pesquisados (1890-1915), mais mulheres do que homens<sup>8</sup>. Dado este já característico do século XIX. O historiador, Marcus Carvalho já comentara a respeito dos recenseamentos de 1828 e 1856 em que a população feminina era maioria na cidade do Recife. Salientando que a reflexão sobre esses dados deveria ser feito com cuidado, “pois rebeliões e a criminalidade matavam mais

---

<sup>6</sup> Sobre a reestruturação urbana, refiro-me à reforma do porto ocorrida entre os anos 1909-1916, e iniciada durante o governo do prefeito Eduardo Martins de Barros que transformou o bairro portuário do Recife, antes composta por algumas moradias, em um espaço ligado ao comércio e a exportação. No decorrer das duas primeiras décadas do século XX reformas que propunham modernizar a cidade se espalharam por outros bairros da cidade. Ver: LUBAMBO, Cátia W. **Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife. CEPE/FCCR, 1991. SETTE, Mário. **Arruar: história pitoresca do Recife Antigo**. 3 ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Coleção pernambucana, 12).

<sup>7</sup>LUBAMBO, Cátia W. Op. Cit., p. 125.

<sup>8</sup>De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil o número de mulheres no Recife em 1890 e 1900 respectivamente era de 59.268 - 59.947 e o de homens 51.947 - 53.838, respectivamente. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1908-1912 – Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1908\\_1912\\_v3.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v3.pdf) Acessado em 14/06/2014.

homens do que mulheres, sem falar do recrutamento militar que fazia muitos deles se esconderem dos recenseadores”.<sup>9</sup>

Apesar das possíveis explicações que podem justificar o maior número de mulheres em relação ao de homens, na cidade do Recife durante aos anos acima citados, estas não invalidam a presença e a participação das mulheres no cotidiano de trabalho, nem tampouco sua importância. Marcus Carvalho ainda aponta, que muitas mulheres - oriundas do interior do Estado – foram absorvidas para trabalhos no comércio e nas casas da cidade, lado a lado com escravas, um reflexo da escassez de mão de obra cativa ainda antes do fim do tráfico em 1850, mostrando sua participação na transição entre o trabalho escravo para o livre<sup>10</sup>.

Não apenas o comércio nem os serviços domésticos, mas a prostituição também era um trabalho exercido como forma de sustento de muitas mulheres. Em meio ao debate sobre política de saneamento moral da cidade, valorização do trabalhador dócil, da intercessão entre moralidade da mulher e progresso do país, os mais negativos signos recaiam sobre o exercício da prostituição. Locar esta atividade no entorno de atos desviantes e crimes, era muitas vezes uma prática da imprensa, o que contribuía para a construção de uma imagem a respeito das classes menos remediadas.

O trabalho de Sidney Chalhoub reflete o esforço, em perseguir as experiências individuais de homens e mulheres através da análise dos processos criminais e periódicos, favorecendo a leitura de diferentes versões para o mesmo caso. Este autor, que a despeito de não deter-se especificamente às mulheres da classe trabalhadora e conceder apenas um subcapítulo às elas, irá delinear um debate acerca do trabalhador e suas relações de sociabilidade, que não a convencional: opressor-oprimido. Exibe relações de compadrios entre homens e mulheres, construídas a partir da relação de trabalho<sup>11</sup>. Cristiana Schettini<sup>12</sup>, num estudo que pode ser considerado um dos mais completos do Brasil sobre a prostituição no Rio de Janeiro, nos oferece um novo horizonte frente à análise do cotidiano das prostitutas, desviando-se da ideia de passividade e vitimização, ao apontar que, além de ser uma forma de experimentar a sexualidade, a prostituição foi também uma atividade de trabalho e meio de

---

<sup>9</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850** Revista: Afro-Ásia 2003 n. 30, 2003, p. 41-78. Universidade Federal da Bahia, p. 44. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003002>> Acessado em : 12/05/2014.

<sup>10</sup>CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. Cit., p. 44.

<sup>11</sup>CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ªed. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001 p.207.

<sup>12</sup>SCHETTINI, Cristiana **Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2006.

sobrevivência de muitas mulheres. Outro ponto importante é, como o meretrício foi central na definição de várias identidades e sociabilidades masculinas. Assim como Sidney Chalhoub, a autora salienta a participação dos jornais na empreitada de controlar e deslegitimar as experiências sociais das prostitutas.

Entretanto, os fatores de ordem econômica e as matizes de crescimento populacional, ligadas à maciça imigração internacional experienciada pela cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX abordado pelos autores, não corresponde à realidade do Recife por nós estudado. Robert Levine, reforça algumas dessas especificidades locais que destoavam da realidade de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, como, o contingente de escravos existentes em todo estado de Pernambuco, a abundância de mão de obra livre na zona açucareira o que amenizou o impacto da abolição nessas áreas, a tímida presença de europeus que não oportunizou o “branqueamento” da cidade, a conservação do percentual de não-brancos no Recife entre os anos 1872 e 1890, assinalando que a migração dos escravos alforriados das zonas rurais não se ocorreu tão massivamente. O cenário recifense possuía condicionantes diferentes dos propalados no Sul do país, para uma reforma urbana aos moldes da belle époque, pelo menos em termos estatísticos.<sup>13</sup>

Outra obra que contribui para nosso estudo é o de Silvana Santiago, já acima citada, que avalia como as mulheres despossuídas, em especial negras (mulatas) eram estereotipadas como sensuais, faceiras, sexualmente disponíveis e como esses estereótipos se faziam presentes em seus cotidianos. Segundo a autora, era na delegacia que se começava a delinear a mulher pobre negra, a mulher pobre prostituta e esse desenho de perfil não acabava nas diligências policiais, se estendiam ao processo criminal e lá se legitimavam. Santiago dá fôlego ao debate acerca da cor de nossas “sujeitas” e as implicações ocasionava em um cenário pós-escravista no Recife.

Maciel Henrique Carneiro da Silva<sup>14</sup> em sua tese estuda a formação da classe das domésticas e criadas na transição do XIX para o XX, apresentando um debate entre as experiências de mulheres da atividade doméstica de Salvador e Recife entre os anos 1870 a 1910. Seu trabalho evidencia a presença da migração rural nessas cidades que destoam de

---

<sup>13</sup> LEVINE, Robert M. **A velha usina: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.41.

<sup>14</sup>SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. História. Recife, 2011.

características do eixo Rio e São Paulo, de posse de uma imigração internacional pungente e da presença de um elevado número de escravos.

Nossa especificidade está nas características populacionais da cidade do Recife, que apesar dos discursos progressistas relativos ordenação da cidade, muito influenciados pelo que se fez no Rio de Janeiro de Pereira Passos, no início do século XX, a presença de libertos após 1889 refletiu o que já se sabia desde a proibição do tráfico: uma população de cativos consideravelmente menor do que as encontradas em São Paulo e no Rio de Janeiro. No estado do Rio de Janeiro, em 1887 existiam cerca de 162.421 escravos enquanto em Pernambuco 41.122<sup>15</sup>. Essa diferença se estende ao número de imigrantes. Rio de Janeiro e São Paulo contabilizavam números mais expressivos.

Os personagens históricos que buscamos apresentar aqui, não compartilham de uma condição identitária universal. Suas experiências são multifacetadas, inseridas em contextos que envolvem categorias como de classe, cor, gênero, e ao mesmo tempo denunciam a complexidade das múltiplas noções de identidade existente entre os agentes sociais. Essas noções são passíveis de mudança e resignificação todos os dias, negociadas e recriadas a cada novo embate e conflito. Segundo Leriche Garzoni “mais que constatar como as atribuições de determinadas identidades – de classe, de raça, de gênero – estigmatizam e constroem os sujeitos, [importa-nos] na medida em que tais identidades são acionadas [como] elas vão sendo contestadas e redefinidas”<sup>16</sup>. Utilizo o conceito de gênero e sua categoria relacional, proposto e discutido por Joan Scott<sup>17</sup> mas também tomo como base as considerações de Maria Clementina Pereira Cunha<sup>18</sup> e de Louise Tilly<sup>19</sup> pois nos ajudam, a entender como este conceito é fundamental na articulação de identidades sociais e como homens e mulheres negociavam essas essencializações.

Este trabalho nasceu inicialmente com intuito de perseguir experiências de mulheres pobres e seu cotidiano de trabalho, mas foi no perseguir das experiências multifacetadas

---

<sup>15</sup> REIS, J. J. Presença Negra: conflitos e encontros. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento* Rio de Janeiro, 2000. p.91. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/211DO>> Acessado em: 22/06/2014.

<sup>16</sup> GARZONI, Leriche. **Vagabundas e conhecidas**: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início século XX) Dissertação, 2007. UNICAMP, p.7-8.

<sup>17</sup> SCOTT, Joan. **Gênero**: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Recife: S.O.S. Corpo, 1995.

<sup>18</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. **De historiadoras, brasileiras e escandinavas**: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). *Tempo*, Rio de Janeiro, n.5, jul. 1998. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg5-9.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg5-9.pdf)> Acesso em: 03/06/2012

<sup>19</sup> TILLY, Louise. “Gênero, história das mulheres e história social.” IN: **Cadernos Pagu** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1994; n° 03: pp.11-84.

dessas mulheres, acabei por me deparar com as dos homens. Trazendo-me a noção de que eu estava a fazer uma história de gênero, considerando esta uma categoria relacional, deparamo-nos com a lógica de que ao buscar estabelecer suas identidades femininas no trabalho, no lazer, essas mulheres negociavam com as identidades masculinas à sua volta. Essas relações de feminilidade e masculinidade eram constantemente construídas, ressignificadas e manifestadas no cotidiano, nos relacionamentos amorosos, nas rivalidades, e nas vivências diárias.

Dessa forma, entendemos que o “papel social feminino”, promovido- nas teses de conclusão de curso produzidas aos cântaros nas faculdades de Medicina e Direito do país<sup>20</sup>- por intelectuais, médicos e juristas do século XIX, tinham a função, sobretudo, de promover uma hierarquização social e disciplinarização das classes menos remediadas. A análise desses discursos por sua vez, não davam conta da pluralidade feminina existente nas ruas, nas quitandas, nos bailes públicos e becos. Nem dos estigmas que carregavam a pele negra e parda na virada do século XIX para o XX<sup>21</sup>. Nem tampouco, exploram as experiências sociais relacionadas as diferentes formas de trabalho ou ofício.

Nesta empreitada, os processos criminais<sup>22</sup> e periódicos nos dão suporte para tentar descortinar as várias vivências de homens e mulheres, pois sua viabilidade reside na possibilidade de reconstituição de parte das experiências de sujeitos históricos antes silenciados por uma metodologia alinhada à análise do discurso. O processo criminal não permite ver o que realmente se passou, mas a partir das contradições e das repetições que aparecem em diferentes versões, descortinar os significados e penetrar nas lutas e

---

<sup>20</sup> Sobre trabalhos que analisam os enunciados médicos e jurídicos temos a exemplo o de Magali Engel **Meretrizes e Doutores**: o saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989 e Luzia Margareth Rago em **Prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>21</sup> Silvana Santiago apresenta em sua dissertação uma análise sobre os estigmas e estereótipos atribuídos à cor negra, parda e mestiça e como estes podiam interferir no cotidiano de mulheres pobres no início do século XX no Rio de Janeiro. Entende estigma como um processo de fixar significado às coisas, passível de gerar identidades contraditórias, constantemente recriadas e contestadas. **Tal Conceição, Conceição de Tal**: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Campinas, SP, 2006, p.1-2.

<sup>22</sup> A utilização deste tipo de fonte tem sua consolidação a partir da década de 1980, no seio de História Social e num contexto de redemocratização do país, que aguçaram leituras e pesquisas com temas sobre trabalhadores e suas articulações políticas não somente dentro do movimento operário mas fora dele também, no cotidiano. Sobre isso ler: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tânia Regina de. (Org.) **O historiador e suas fontes**. Ed. Contexto, 2012, p. 126.

contradições sociais dos sujeitos.<sup>23</sup> Como Sidney Chalhoub, enfatiza, os processos permitem ver em cada história “encruzilhada de muitas lutas”<sup>24</sup>.

A importância desse tipo de documento se dá na possibilidade de obter indícios dos pequenos fragmentos de vida de nossas personagens, e perceber o controle social exercido sobre elas. Na esquadrinha de seus “relatos” durante o interrogatório judiciário buscamos perceber a difusão dos padrões de moralidade expostos no palco jurídico, mas também investigar as dissonâncias existentes entre o “vivido” e a norma.

Utilizamos os processos criminais tutelados pelo Memorial de Justiça de Pernambuco (TJPE) em que figurem mulheres na condição de vítima, réu ou testemunha. Como a documentação encontra-se organizada por datas, o trabalho de eleição dos processos se deu a partir da leitura parcial dos conteúdos deles, sendo feita a leitura de mais de 200 processos. Dessa forma utilizados para este trabalho 31 processos-crimes, que tratam desde crimes de estupro e atentado ao pudor até crimes de agressão praticados por homens e mulheres, quer seja a companheiros amorosos quer seja a companheiros de trabalho. É importante frisar que os processos são valiosas fontes para a reconstituição de experiências e sua análise, não só pela fala das testemunhas e outros sujeitos, mas principalmente por nos permitir ter contato com mais de uma versão dos fatos, visto que, na maioria dos processos pesquisados, encontramos o inquérito policial. Dessa forma, pode-se perceber o quanto os discursos e as versões mudam ao longo do processo, investigar o porque das contradições. Os processos foram basilares por fornecerem inúmeros detalhes da vida desses sujeitos históricos, através da fala das falas de acusados, vítimas e testemunhas.

Os periódicos, *Correio do Recife*, *Jornal do Recife*, *A Província*, *Jornal Pequeno* e *O Besouro*, por sua vez, acrescentam outras facetas aos casos encenados nos processos judiciais e permitem uma leitura à contrapelo que busca ouvir o que está silenciado nas entrelinhas do noticiário. Oportunizam imagens sobre a rivalidade entre policiais e militares e a experiências desses homens em ambientes de sociabilidade. Coletamos em forma de amostras para o período pesquisado notícias sobre agressão física, crimes envolvendo homens e mulheres, e denúncias sobre prostituição e brigas em casas de cômodos e bares. Esse exercício, só é possível se pensarmos o documento a partir de seu contexto e refletirmos sobre seus os mecanismos de produção textual. Como e por que eram produzidos? Quais expectativas

---

<sup>23</sup>CHALHOUB, Sidney. Op.cit, p. 22-23.

<sup>24</sup> Idem.

representavam tais notícias? Como salienta Maria Clementina Cunha Pereira “as fontes sejam elas policiais ou judiciárias, literárias ou jornalísticas, falam eloquentemente por meio de seus silêncios, de seu indisfarçado investimento nos estereótipos e se de suas nem sempre bem ocultas intenções”<sup>25</sup>.

Para tanto se torna necessário também descrever que ao utilizarmos a o termo *classe*, nos referimos à ideia de que esta não é composta por personagens institucionalizados, ligados a movimentos operários e nem sempre circunscritos na relação capital-trabalho, tendo em vista que muitos dos ofícios e ocupações não eram operacionalizados com o pagamento de salário. Concordamos historiadora Flávia Fernandes ao dizer:

que a categoria classe social não pode ser definida de forma abstrata, esquemática ou isolada, mas apenas na complexidade de determinado contexto histórico, considerando-se as experiências dos indivíduos que, em grande medida, são determinadas por relações de produção, antagonismos e conflitos de interesses que geram condições de luta.<sup>26</sup>

## Capítulos

No primeiro capítulo analisaremos a partir de processos criminais as experiências de mulheres pondo em tela a cidade do Recife da virada do século XIX para XX, apresentando dados censitários e algumas nuances sobre a reforma do bairro do Recife. Perseguindo a influência das condições de trabalho, da falta de dinheiro, entre outros fatores na vida das mulheres e seu cotidiano de trabalho. Procuramos também a partir das fontes e da historiografia local estudar o diálogo entre a vida dessas mulheres na cidade, sua sobrevivência, buscando discutir as diferenças entre uma cidade que se apresenta no discurso dos jornais e uma cidade experienciada por personagens menos remediados.

No segundo capítulo, a partir da análise dos noticiários dos jornais discutiremos como os discursos de uma elite intelectual, se contrapõem à realidade de vida de mulheres e homens. Como os jornais podem trazer nas suas entrelinhas e numa leitura a contrapelo formas de criminalização e rotulação de práticas consideradas não civilizadas. Discutiremos a participação de policiais e outros homens de farda em divertimentos considerados ilícitos. Veremos que a insistente divulgação caricata de mulheres intituladas de forma masculinizada “bigode na venta”, ou pejorativamente chamadas de “arreliadas” são formas de apontar e exercer um controle sobre comportamento de mulheres trabalhadoras e pobres.

---

<sup>25</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Prefácio* In: SCHETTINI, Cristiana Op. Cit. p.15.

<sup>26</sup> SOUZA, Flavia Fernandes de. **Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História) UFRJ, 2010, p.23

No terceiro, capítulo por fim, apresentamos episódios envolvendo homens e mulheres em situações de conflito decorrente de crimes de estupro e crimes de agressão física, afim de discutir as negociações e divergências existentes dentro da classe trabalhadora heterogênea, que agenciam clivagens de gênero, cor e classe. Buscamos discutir como as várias identidades compartilhadas por homens e mulheres podiam ser articuladas em redes de solidariedade. Perceber as diferentes lutas dentro da mesma classe e como eles podem ser substituídos por relações de sociabilidades, parentesco e vizinhança de forma contingencial. Mostraremos como o trabalho pode ser espaço fértil para a construção de identidades que ultrapassam os limites de gênero, bem como um lugar de exposição de noções de justo, moral e legítimo.

E nó encaço das pegadas de trabalhadores domésticos, domésticas, prostitutas, cocheiros, agricultores recém-migrados das zonas rurais, padeiros, bicheiros, cigarreiros, costureiras, amas, jornaleiros, verdureiras, lavadeiras, no rastro de homens e mulheres, com uma infinidade de ofícios, outrora transeuntes e moradores da cidade em que hoje vivo, é que minha caminhada se inicia em forma de trabalho. Pelos becos, pelos bares, pelas casas de cômodo, pelos bondes que cortam a cidade, pelas casas de famílias e fábricas de bejús, pelos muitos locais de viver do Recife, apresentados a nós nas entrelinhas dos processos criminais, é que passeamos e refletiremos sobre a experiência desses mortos, que a cada nova leitura e no contato diário com as fontes se fazem vivos como se os conhecêssemos, como se vivêssemos por alguns instantes numa faceta do Recife de outrora.

## CAPÍTULO I

### OS CAMINHOS DA NORMA E NOS (DES) CAMINHOS DA EXPERIÊNCIA: MULHERES DA CLASSE TRABALHADORA, HONRA E MORALIDADE NA CIDADE DO RECIFE

#### 1.1 Uma leitura do Recife em tela...

O Recife dos primeiros anos republicanos experienciava, a dicotomia entre o projeto médico higienista/sanitarista<sup>27</sup> e a realidade das ruas, dos sobrados e mocambos.<sup>28</sup> De um lado, o discurso modernizante, a proposta de transformar – através de um conjunto de práticas e intervenções nos espaços públicos – a vida de homens, mulheres e crianças em “lugares” medicalizados, civilizados e aptos para o progresso nacional.<sup>29</sup> Do outro a população, formada por um contingente de trabalhadores heterogêneos jornaleiros, trabalhadores domésticos, mulheres viúvas, ambulantes, fruto da migração rural – se multiplicavam junto aos mocambos, bairros periféricos, os cafés-concerto<sup>30</sup>, os bares, as ruas da cidade do Recife. Caxeiros, cocheiros, prostitutas às portas das casas de cômodos, jogadores do bicho, policiais, marinheiros em tavernas, verdureiras, ganhadores, zeladores, frissureiros, cigarreiros e cigarreiras, personagens de diversas ocupações tinham na cidade o palco de suas histórias de vida e sobrevivência. Nela, homens e mulheres se encontravam, estabeleciam seus laços e suas disputas.

Thereza Catharina de Moura e seu esposo Ludgero viviam no Recife do início do século XX. Uma cidade portuária, das mais importantes do país, porém ainda dependente de uma economia rural voltada para o mercado externo, e que estabelecia uma relação muito próxima com as áreas agrícolas de seu entorno. Segundo Denis Bernardes:

---

<sup>27</sup> Sobre as reformas e projetos de políticas higienistas no Recife ver: LOPES, Gustavo Acioli. Op.Cit.

<sup>28</sup> Raimundo Arrais fala da Liga Social Contra o Mocambo que percebia esse tipo de moradia como um lugar aviltante e por isso se constituía uma preocupação para os intelectuais. ARRAIS, Raimundo Alencar **O Pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. SP. Ed. Humanitas, 2004, p. 46-47. Sobre as transformações urbanas na cidade do Recife durante o período estudado ver: LUBAMBO, Cátia. **Bairro do Recife**: Entre o corpo santo e Marco Zero. Recife, CEPE 1991.

<sup>29</sup> Raimundo Arrais, que trata de como a imagem do Recife na segunda metade do séc. XIX foi elaborada pelas elites em função da noção de progresso, instituindo nas obras públicas um sentido instrutivo e moralizador, uma vez que se tinha nelas a perspectiva de utilização de trabalhadores livres, além de inculcar hábitos europeus, como por exemplo, no uso dos passeios e jardins públicos. Investia-se, desta forma, a cidade de uma missão civilizadora. Apud. MAIA, Clarissa Nunes. **Policiaidos**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. (Tese de Doutorado – UFPE, 2001).

<sup>30</sup> Diversão das classes menos remediadas os cafés concerto ou cafés cantantes, situados nas ruas do centro e nos subúrbios do Recife, eram vistos pelas autoridades com certa desconfiança. COUCEIRO, Sylvania. **A sedução da noite nos cafés do Recife dos anos 1920**: entre prazeres e transgressões, p. 3. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Sylvia%20Costa%20Couceiro.pdf>> Acessado em 21/11/2013.

A história da cidade, aqui mais do que noutros espaços urbanos, é condicionada também pela retaguarda rural e pela sua função portuária. A agricultura açucareira, sobretudo, mas não exclusivamente, e a infraestrutura necessárias às atividades de importação e de exportação constituem os seus principais determinantes<sup>31</sup>.

Essa retaguarda rural será também influente na composição populacional da cidade, tendo em vista que o número de migrantes rurais chegou a representar, por exemplo, cerca de 35% da população do Recife em 1900<sup>32</sup>.

O Recife em 1890 possuía em média 111.556 habitantes chegando em 1920 a um total de 216.484<sup>33</sup> pessoas. Essa população, segundo Robert Levine, havia crescido substancialmente desde 1872 por conta das migrações internas, pois ainda segundo o autor, como a mortalidade na cidade era maior do que às áreas rurais, um crescimento assim não podia ter sido basicamente natural<sup>34</sup>. Muito embora ele considere que esse crescimento não era espetacular, uma vez que o estado de Pernambuco crescera no mesmo período mais do que a cidade do Recife.

O motivo das migrações internas, no período por nós abordado<sup>35</sup>, se deu principalmente por conta da modernização dos antigos engenhos e pelo surgimento das usinas centrais, de meados até o final do século XIX. Em linhas gerais, a produção de açúcar que contava com participação de arrendatários de terras, dada a ineficácia que era para o dono de engenho realizar o cultivo da cana sozinho. Esses arrendatários, com a ajuda de escravos e de seus familiares, cultivavam a cana-de-açúcar em pequenos lotes e também faziam plantações de subsistência. No entanto, com a modernização dos engenhos e a criação de usinas centrais, fez a necessidade de arrendatários diminuir e logo foi necessário encontrar novas formas de sobreviver fora do campo<sup>36</sup>. O Recife recebeu em grande parte refugiados das plantações da

---

<sup>31</sup> BERNARDES, Denis. **O Recife o Caranguejo e o viaduto**. 2ª Edição. Editora Universitária, UFPE, 2013. (Coleção Nordestina), p. 36.

<sup>32</sup> LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada Modernizante os Infiéis do Recife (1922-1926):** Higienismo, vadiagem e Repressão Policial. Dissertação de Mestrado- PPGH/UFPE, Recife, 2003, p.23.

<sup>33</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912), território e população. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. V. 1, xxxii, p.373. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1908\\_1912\\_v1.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v1.pdf) Acessado em 05/08/2014,

<sup>34</sup> LEVINE, Robert M. Op. Cit., p.44.

<sup>35</sup> Outros motivos, chamados de ocasionais, como a seca também trouxeram muitos migrantes, sobretudo do Sertão para a cidade. Sobre isso ver: LEVINE, Robert M. A velha usina: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

<sup>36</sup> Idem, p.59.

Zona da Mata<sup>37</sup>, que não conseguiram manterem-se nas regiões de plantação e cultivo da cana-de-açúcar.

Segundo a historiadora Noêmia Luz, o número de migrantes rurais, “não correspondeu ao crescimento de emprego da economia urbana. E em decorrência deste fato cresceu o número de pessoas desocupadas ou com precários vínculos empregatícios, que trabalhavam apenas para assegurar a sua subsistência”<sup>38</sup>. Ainda Robert Levine, acrescenta que “a migração das zonas de açúcar encheu os subúrbios mais pobres da cidade de mocambos (palavra africana que quer dizer caverna) e os miseráveis proliferaram nas encostas e baixios da periferia”<sup>39</sup>.

Diferente do que se pode observar na cidade do Rio de Janeiro, que possuía uma população escrava superior a de Pernambuco<sup>40</sup>, os cativos que ainda existiam locados nas regiões rurais não vieram massivamente para a cidade. É o que aponta Robert Levine, ao dizer que população de não brancos no Recife se manteve constante, entre os anos de 1872 e 1890<sup>41</sup>, um percentual de 55% e 56% respectivamente. Dessa maneira, pode-se supor que os negros após a abolição, engrossaram as fileiras juntamente com os trabalhadores livres do campo. A população escrava em Pernambuco no ano de 1888 era de 41.122 cativos<sup>42</sup>.

Outra diferença entre Pernambuco e o eixo Sul estava na imigração estrangeira. De acordo com dados no Anuário Estatístico, o número de estrangeiros que desembarcaram no porto do Recife, por exemplo, em 1908 foi de 1.683. Enquanto no Rio de Janeiro neste mesmo ano desembarcaram cerca de 46.216 imigrantes. Recife inclusive perdia pra Belém em número de imigrantes, a capital do Pará recebeu em 1908, cerca de 3.440 estrangeiros<sup>43</sup>.

No entanto, apesar de todas essas diferenças, Recife buscava modernizar-se, talvez não aos moldes e proporções da *belle époque*, do Rio de Janeiro, mas ao passo que suas pernas alcançavam. E, para tanto, obras no traçado urbano vão ser realizadas como o intuito de

---

<sup>37</sup>Ibidem, p.45.

<sup>38</sup> LUZ, Noêmia Maria Queiroz Pereira da. **Os caminhos do olhar: Circulação, propaganda e humor**. Recife, 1880-1914. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p.61.

<sup>39</sup> LEVINE, Robert M. Op. Cit., p. 45.

<sup>40</sup> A estagnação da produção açucareira no século em meados do XIX, os donos de escravos passaram a ver a venda de seus cativos para produtores de café do Sul como um negócio mais lucrativo. LEVINE, Robert M. Op. Cit., p.40.

<sup>41</sup>Idem. LEVINE, Robert M. Op. Cit., p.41.

<sup>42</sup> EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 183.

<sup>43</sup> Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1908-1912. p.457. – Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1908\\_1912\\_v3.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v3.pdf) Acessado em 14/06/2014

preparar a cidade e ordenar os espaços públicos. Os projetos de administração da cidade estavam acompanhados do desejo de ordenação moral da população, sobretudo as classes populares<sup>44</sup>. A faceta atribuída a ressignificação por meio do trabalho<sup>45</sup> (muito embora ele não fosse muitas vezes assalariado), o olhar vigilante sobre a infância pobre e desvalida, as práticas de higienização e limpeza dos espaços públicos compunham uma parte do leque de ações empreendidas pelas “elites letradas” no início do período republicano recifense, muito embora estas preocupações já estivessem em tela desde os oitocentos<sup>46</sup>.

Reordenar a população, traduzia-se em esforços que iam desde o remodelamento das regiões centrais da cidade, expulsando aqueles que destoavam da paisagem “civilizada”, à tentativa de controle de todas as esferas da vida e homens e mulheres. A respeito das mulheres, sobretudo das pobres, além de se inserirem no contingente populacional de trabalho da época, estavam no centro dos debates médicos e jurídicos, que atribuíam a elas responsabilidade de cuidar do lar e dos filhos, sendo também sua função atrair-los para o ambiente doméstico<sup>47</sup>.

A Reforma do Porto<sup>48</sup>, representou uma transformação estrutural empreendida por reformas urbanas que propunham o melhoramento da cidade e da atividade comercial ancorada em pressupostos de modernização e progresso. Este momento representou parte de um “projeto de modernização nacional que se efetivou entre o final do século XIX e início deste e que delineou, sobretudo um novo modelo ideológico e cultural do país”<sup>49</sup>.

Cientes de que estas transformações estavam interligadas aos interesses comerciais e políticos da elite local, empolgada pela expansão capitalista, os resultados dela se fizeram

---

<sup>44</sup> MAIA, Clarissa Nunes. Op. Cit.32.

<sup>45</sup>Em Pernambuco o debate sobre a importância do trabalho livre em detrimento ao trabalho escravo é iniciado desde a primeira metade do século XIX, mas em 1840 com inserção de mão de obra livre nas obras públicas durante o governo de Conde da Boa Vista. ARRAIS, Raimundo. Op. Cit.,p. 202.

<sup>46</sup>O controle da infância, ordenação do espaço urbano higiene e modernização a cidade são discutidos em trabalhos como estes: SANTOS, Manuela Arruda dos. **Recife:** entre a sujeira e a falta de (com) postura 1831-1845 - Dissertação de Mestrado, UFRPE, 2009; NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados:** O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas do Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume, 2008; MORAIS, Grasiela Florêncio de. **O “belo sexo” sob vigilância:** o controle das práticas cotidianas e formas de resistência das mulheres pobres livres, libertas e escravas no Recife oitocentista (1830-1850) - Dissertação de Mestrado UFRPE, 2011.

<sup>47</sup> ESTEVES, Martha. **Meninas Perdidas:** os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1989, p.75

<sup>48</sup> Sobre a reestruturação urbana, refiro-me à reforma do porto ocorrida entre os anos 1909-1916, iniciada durante o governo do prefeito Eduardo Martins de Barros que transformou o bairro portuário do Recife, antes composta por algumas moradias, em um espaço ligado ao comércio e a exportação. No decorrer das duas primeiras décadas do século XX reformas que propunham modernizar a cidade se espalharam por outros bairros da cidade. Ver: LUBAMBO, Cátia Op. Cit.

<sup>49</sup> LUBAMBO, Cátia. Op. Cit., p 21-22.

sentir no *modus vivendi* de quase de alguns e não poucos cidadãos. Cátia Lubambo afirma que o movimento de transformação decorrente dessas reformas “impôs a adoção de novos valores, novas atitudes novos comportamentos e novas relações entre os agentes sociais: Estado e o restante da sociedade”<sup>50</sup>. Isso será percebido nos processos de desapropriação das moradias residenciais do bairro do Recife, na retirada de um contingente de pessoas que não se adequavam aos ares comerciais do reformado bairro.

Os bairros de São José e Santo Antônio, no entorno do Recife, abrigaram parte de cerca dos 8.000 desapropriados entre os anos da reforma (1910-1913), porém o aumento da população se deu nos bairros periféricos. Em 1910, o número de pessoas residentes na Várzea e do Poço da Panela respectivamente era de 4.153 e 10.330 passando ter três anos depois a 13.887 e 23.857 distribuídos em prédios e mocambos<sup>51</sup>. Sabemos que essa população excedente não era fruto somente das desapropriações. A migração rural também era responsável pelo crescimento populacional da cidade.

A preocupação em modernizar a cidade não compreendia a construção de novas habitações para todos os desalojados. Na Várzea e no Poço da Panela, mil casas foram construídas entre os anos 1910-1913, entretanto o contingente de mocambos ao final desse período era muito superior. De acordo com o Recenseamento Municipal de 1913 na Várzea existiam cerca de 1.002 mocambos e no Poço da Panela um total de 2.438. Santo Amaro, possuía um total de 2.230 mocambos contra 914 prédios residenciais em 1913<sup>52</sup>. O cruzamento dos dados com o Recenseamento de 1923 nos permitiu ver que alguns dos bairros acima citados possuíam mais mulheres do que homens<sup>53</sup>. E este nos parece ser um motivo a mais na investigação das vivências de mulheres pobres, que além dos padrões morais de conduta tinham que lidar com a condição de pobres desalojadas em uma cidade que se reformava.

O combate à vadiagem, a mendicância, os comportamentos desviantes, o ócio eram parte do discurso de uma elite letrada interessada nos ideais europeus de sociedade, e temas como honra, família, casamento eram contemplados e abordados comumente no Recife em periódicos ligados a uma orientação acadêmica e publicações acadêmicas, ataviados aos discursos de modernização e progresso como no *Almanach de Pernambuco, Revista*

---

<sup>50</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 134-135.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>53</sup> De acordo com os Dados da Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária. **Recenseamento do Recife de 1923**. Departamento de Saúde e Assistência Ano 1924. (Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco), A Várzea possuía 15.866 mulheres contra 13.540 homens. Já o Poço da Panela 8.641 mulheres e 7.436 homens.

*Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* entre outros. Obviamente, ordenar os espaços públicos e combater a vadiagem não era apenas reflexo do esforço dos intelectuais brasileiros, ávidos pela implantação de moldes europeus de cidade. Esta ordenação também era reflexo de uma mudança socioeconômica e política como expõe Susan Besse ao dizer que a administração das cidades, agora nas mãos dos profissionais liberais, impôs uma linha positivista de ordenação dos espaços. O acúmulo de capital pôde financiar obras transformação em capitais como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife<sup>54</sup>.

Jornais e revistas do Recife no início do século XX, geralmente encabeçados por intelectuais interessados na discussão sobre progresso nacional e influenciados pelos valores positivistas, vão de forma frequente divulgar a honradez advinda do trabalho e a desaprovação da ociosidade. Esse momento, será acompanhado também por alguns intelectuais que em defesa aos ideais de progresso, que pregavam o trabalho feminino enquanto impulso para a economia e complemento da renda de seus cônjuges.<sup>55</sup> No Recife Sérgio Loreto irá compartilhar algo semelhante na Revista Acadêmica de Direito em 1922:

Em nossos dias, senhores, a mulher não tem que desempenhar somente o simples papel de companheira inefável do homem, em horas de prazer, ou de sublime consoladora, em horas de aflição. Com o contingente poderoso de sua atividade material e intelectual ela, deve colaborar e concorrer com ele nas justas afanosas do progresso humano. Todo penetrado de delicadeza e minúcia trabalho feminino é mesmo por vezes complemento do esforço masculino.<sup>56</sup>

Entretanto o trabalho feminino não poderia distanciar a mulher de seus deveres familiares, nem tampouco do que para eles seria um estereótipo de feminilidade. Era importante que esta “mulher” ficasse longe de trabalhos considerados inadequados ou perigosos.<sup>57</sup> Consoante a essa ideia novamente Sergio Loreto evidenciou que:

Se volvermos então um olhar para as instituições de caridade, para as sublimes organizações da Cruz Vermelha, como nos haveremos de convencer da valia completa do trabalho feminino! E é justamente no piedoso mister da enfermeira – que tanto se coaduna com a doce suavidade da alma feminina que mais se assinalam e evidenciam a perfeição e o esmero do labor da mulher.<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1999, p.16 e 17.

<sup>55</sup> Idem p.143-144

<sup>56</sup> LORETO, Sérgio. **A mulher do ponto de vista jurídico e comercial**. In: Revista Acadêmica da Faculdade de Direito. Recife, 1922.

<sup>57</sup> Ibidem p. 145-146.

<sup>58</sup> Idem p. 321

Percebemos que o professor Sérgio Loreto, se refere a uma determinada mulher. Mulher que poderia participar de entidades beneficentes, que possuía instrução suficiente para formar-se enfermeira e que como esposa auxiliaria o marido com seu trabalho fora de casa como reforço da renda familiar. Essa admoestação, porém não leva em conta o alto índice de viuvez feminina, – onde em Pernambuco das pessoas consideradas viúvas cerca de 70% eram mulheres<sup>59</sup> – o analfabetismo que chegava em 1900 a índices de 72% sobre o total da população maior de 15 anos<sup>60</sup>.

As mulheres das classes trabalhadoras a cerca de questões de honra, moralidade, virgindade, podiam expressar percebê-las de forma diferente das mulheres da elite, pois viviam em condições diferentes das apresentadas pelo corolário jurídico e médico da época. Segundo Sandra Graham, o conceito de espaço público das mulheres pobres era inverso ao conceito da elite, para elas a rua representava ao mesmo tempo, um espaço de relativa autonomia em relação aos padrões e de sociabilidade com os membros de sua comunidade.<sup>61</sup> A concepção de espaço público divergente do proposto pelas elites, resultará numa repressão maior à mulher pobre. Medidas coercitivas sobre a forma de se comportar, criar os filhos, se relacionar lançadas sobre seu o corpo, roupas, modo de amar, e viver serão negociadas, burladas e ressignificadas cotidianamente.

E é sobre os personagens que destoam do corolário da elite, que este capítulo se destina. Procuraremos perceber como as diferentes mulheres da classe trabalhadora, (domésticas, engomadeiras, lavadeiras, vendedoras ambulantes, prostitutas e etc.) construíram suas identidades sociais negociando ou não com as normas propostas por uma elite intelectual da época, composta por diferentes personagens como jornalistas, políticos, juristas, autoridades policiais entre outros.

---

<sup>59</sup> Anuario estatístico do Brasil (1908-1912), território e população. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. v. 1, xxxii, 471 p.266-267 Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br/index.php>> Acesso em 12/02/2014.

<sup>60</sup> Repertório Estatístico do Brasil, quadros retrospectivos. Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, p. 13 Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao\\_digital\\_publicacoes\\_multiplo.php?link=seriesestatisticarestrospectivas&itulo=Repert%F3rio%20estat%EDstico%20do%20Brasil:%20Quadros%20retrospec](http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=seriesestatisticarestrospectivas&itulo=Repert%F3rio%20estat%EDstico%20do%20Brasil:%20Quadros%20retrospec)>. Acesso em: 03/02/2014.

<sup>61</sup> GRAHAM. Sandra. IN: CAUFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**, Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Cecult, 2000. p 120.

## 1.2 Moralidade, honra, trabalho e valores negociados na cidade do Recife

Dentro de contingente populacional formado pelos mais diversos personagens sociais, a mulher, representava cerca 48% da população do Brasil em 1900<sup>62</sup>. No Recife em 1900, a população feminina correspondia acerca de 52,4 %<sup>63</sup> de um total de 113 mil habitantes. Em 1923, o número de mulheres continuou sendo maioria, segundo o Recenseamento do Recife esse número correspondia a 53,8 % ou seja, 164.286 mulheres dentro um contingente de 305.112 mil pessoas<sup>64</sup>.

Os debates direcionados a modernização e ao progresso nacional, estavam diretamente ligados à figura feminina. Atribuía-se à mulher o dever de cuidar do lar, da moral familiar e de atrair seus pares ao ambiente doméstico. Quanto a rua restava a ideia de lugar perigoso e desviante, onde transitaria livremente a figura masculina. Segundo Martha Abreu, a construção de uma ideologia positiva do trabalho veio acompanhada da “difusão de regras e higiênicas para os habitantes da cidade e dos bons costumes morais”<sup>65</sup>. Neste cenário, a autora afirma que o sexo passou a ser negócio do Estado, um assunto de todo corpo social, muito embora inicialmente essa preocupação não tenha se dado da mesma forma e intensidade em todo ele. A chamada “tecnologia do sexo”, para correção do “comportamento sexual da mulher, foi aplicada primeiramente às elites”<sup>66</sup>.

O Código Penal de 1890, além de se ater à organização e controle do trabalho de pobres e desocupados, discriminando o não-trabalho, refletiu o esforço da elite letrada sobre a proteção das mulheres e sua honra, bem como, o de difundir fronteiras entre o comportamento honesto e desonesto. Este trouxe à baila preocupações em torno da honra “feminina” e da proteção das famílias. Os crimes ligados à honra e moralidade da mulher, eram agora agenciados como crimes contra o progresso e desenvolvimento do país. Entretanto, Maria Clementina Pereira Cunha analisa que criar um ideal de comportamento feminino como objetivo de “demarcar o campo das ‘famílias de bem’, contribuía simultaneamente para

---

<sup>62</sup>Directoria Geral de Estatística, [187?] / 1930, Recenseamento do Brasil 1872/1920; IBGE, Censo demográfico 1940/2010. Até 1960, dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Diversas tabelas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79&t=dados-historicos-do-censo-demografico-populacao-dos-municipios-das-capitais>>. Acesso em 03/05/2011.

<sup>63</sup>Anuário estatístico do Brasil (1908-1912), território e população. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. v. 1, xxxii, 471 p. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br/index.php>> Acesso em 12/10/2012.

<sup>64</sup>Os dados acima citados se referem a um contingente de mulheres e homens adultos e menores, os números das crianças menores de um ano não foram computadas na nossa citação. Dados da Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária. **Recenseamento do Recife de 1923**. Departamento de Saúde e Assistência. p.3 ano 1924. (Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco).

<sup>65</sup> ESTEVES, Martha. Op. Cit.26-27.

<sup>66</sup> Ibidem, p.27.

estabelecer parâmetros de superioridade e para reforçar os elementos de suspeição contra as classes populares<sup>67</sup>.

Esses parâmetros de moralidade por sua vez, não conseguiam abarcar, em seu esquema *honestidade e desonestidade*, as multifacetadas experiências de mulheres das classes trabalhadoras, que faziam das ruas, há muito tempo, seu ambiente de trabalho sociabilidade e solidariedade. No caso do Recife, no início do século XX, esses parâmetros não dão conta da história individual de mulheres pobres livres, libertas, ex-escravas de ganho, que haviam servido portas adentro e portas à fora, fazendo da rua seu espaço de sobrevivência diária. Marcus Carvalho aponta que durante a segunda metade do século XIX, a cidade do Recife experimentou um crescimento populacional entre os 1822 a 1850, devido:

(...) à vinda de gente do interior imediato, área de engenhos decadentes, paulatinamente engolidos pela cidade. Muitos desses novos habitantes eram mulheres livres e libertas. Nos censos de 1828 e 1855, elas eram a maioria absoluta nos bairros centrais do Recife. A dinâmica da vida urbana atraía a população feminina, pois a cidade era percebida como o lugar da liberdade e do progresso. Lá havia mais oportunidades de trabalho e de vivências mais significativas do que na Zona da Mata submetida às duras regras não escritas do patriarcado rural<sup>68</sup>.

A cidade atraía as mulheres e a rua apesar de seus significados<sup>69</sup>, já era a muito um espaço transitado por elas, na busca de melhores oportunidades de vida. Vender comida na rua, costurar para homens, trabalhar nos negócios dos patrões, levar recados, ir na quitanda, lavar roupa no tanque das habitações coletivas, tudo isso fazia parte do dia-a-dia de muitas mulheres. Diante da configuração de novos comportamentos na cidade que se fazia impor “civilizada”, através da justiça ou polícia, na espreita de defender-se em algum conflito, podiam agenciar os parâmetros das elites ou distanciar-se deles completamente. São nos pequenos fragmentos de vida dessas personagens, nas suas diferentes experiências que pautaremos também o nosso trabalho.

---

<sup>67</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. **De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)**. *Tempo*, Rio de Janeiro, n.5, jul. 1998. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg5-9.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg5-9.pdf)> Acesso em: 03/06/2012.

<sup>68</sup> CARVALHO, Marcus. **Ah, essas ideias francesas!** Em tempos de revoluções, Recife tornou-se mais feminina e foi palco de crescente liberação sexual no século XIX. *Revista de História*. Edição nº 93 – Junho, 2013. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/ah-essas-ideias-francesas> Acessado em: 20/03/2014.

<sup>69</sup> Segundo Marcus Carvalho, a rua ainda era um desafio. O espaço público foi uma construção essencialmente masculina, do que resultou uma confusão semântica que perdura até os dias de hoje. “Mulher pública” era sinônimo de prostituta na Europa e no Brasil. CARVALHO, Marcus. Op. Cit.

De acordo com Sidney Chalhoub, o trabalho remunerado é um aspecto essencial da construção de uma identidade social da mulher pobre <sup>70</sup>. Mas muitas outras identidades serão construídas no entorno do cotidiano de trabalho. Zulmira Maria da Conceição <sup>71</sup> de dezenove anos de idade, profissão de serviços domésticos, parda <sup>72</sup>, filha de Domingos da Silva e Luiza Maria, já falecida, trabalhava e morava na casa do português Sr. Joaquim Silvestre Teixeira, dono de uma refinaria de açúcar localizada à rua Direita de Afogados. Era do conhecimento de seu patrão e de alguns trabalhadores da refinaria que a mesma namorava há algum tempo José Alves da Silva, de vinte dois anos, também funcionário da refinaria de Joaquim Teixeira.

No dia 13 de junho de 1901, dia de Santo Antônio, no portão do quintal da casa do seu patrão, Zulmira conversava com José, quando o mesmo manifestou o “receio de que ela não estivesse perfeita fazendo depender disto seu casamento” <sup>73</sup>. Supondo que José cumprisse sua promessa de casamento, Zulmira permitiu que o namorado comprovasse sua “perfeição” desvirginando-a.

A lista de testemunhas arroladas no caso era composta pelo patrão de Zulmira, que foi o primeiro a depor e alguns de seus funcionários. Em seu depoimento, Joaquim Teixeira, português, casado de quarenta e quatro anos, disse que José havia lhe pedido permissão para namorar Zulmira, criada de seus filhos, pelo que foi concedido e por vezes lhe perguntou se aprovava seu casamento com a mesma. Afirmou também que soube do defloramento por meio de seu outro funcionário, Manoel Geraldo de Sá, mestre refinador, com quem Zulmira havia confessado o ocorrido primeiramente e que depois de todos tomarem conhecimento do defloramento, foi abordado pela tia de José, que disse ter este já deflorado outras duas meninas sem que nada lhe ocorresse, esperava que desta vez seu sobrinho fosse punido ou reparasse o mal feito a menor.

O segundo a depor foi o mestre refinador Manoel Geraldo de Sá Cavalcante, de trinta e nove anos de idade, que afirmou “num dia de junho” ter sido procurado por Zulmira, que chorando solicitou que convencesse José a casar-se com ela, pois tinha sido deflorada mediante promessa de casamento. Manoel preferiu contar tudo ao patrão, pois temia que ao

---

<sup>70</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. 207

<sup>71</sup> *Denuncia*. José Alves da Silva, S/N, Caixa 1367, ano de 1901. Crime – Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco, fl. 09.

<sup>72</sup> Segundo o exame de corpo delicto. *Denuncia*. José Alves da Silva, S/N, Caixa 1367, ano de 1901. Crime – Comarcade Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco, fl. 11.

<sup>73</sup> *Denuncia*. José Alves da Silva, S/N, Caixa 1367, ano de 1901. Crime – Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco, fl.8.

conversar com José ele fugisse. Apesar de não ter certeza se existia entre os dois compromisso de casamento, afirmou que os dois namoravam “não por certos acenos e olhares que trocavam entre si”<sup>74</sup>, mas por ter visto José cochichar com a “agregada da casa” de seu patrão por várias vezes. Manoel era um dos antigos empregados da refinaria de açúcar e como ele mesmo disse “um homem que tinha família”, e sobre a dinâmica da refinaria disse que a mesma funcionava na mesma rua da residência do patrão e que Zulmira raramente sai de casa, indo à refinaria ou à rua sempre na companhia de alguma das filhas de Joaquim. Que a mesma recebia um salário por seu serviço e dava presentes ao namorado como frasco de cheiro e outros objetos.

Outro empregado da refinaria a depor foi Jovino Amâncio de Carvalho, também refinador de açúcar, disse ter visto os dois saírem na noite de Santo Antônio, por volta das seis horas da tarde, de uma carrapateira que ficava no quintal da casa de seu patrão, atribuindo o defloramento ao namorado de Zulmira. A quinta testemunha, Raimundo Ferreira Lima, quarenta e um ano de idade, refinador, disse no seu depoimento que “tendo visto por mais de uma vez José namorando a ofendida, aconselhara que não se metesse em enrascada e que se quisesse casar com a ofendida pedisse em casamento a seu patrão e a sua mulher”, mas diante disso José afirmou não namorar Zulmira nem muito menos querer casar-se com ela. E que num dia de domingo “depois ter feito a faxina” e tomado seu banho, quando já saía da casa de refinar açúcar, foi abordado pela menor que pediu que entregasse um frasco de cheiro a José, pelo que fez isso muito contrariado “por ter se prestado a esse inconveniente”. Disse por fim que apesar de não ter visto o defloramento, desconfiava que sua autoria fosse atribuída a José.

Ao longo do depoimento das testemunhas, José refutou todas as acusações dizendo que nunca havia deflorado a menor nem se quer a namorado. Talvez por já ter sido solto através de um Habeas Corpus dias antes da continuidade do processo, preferiu reservar-se a poucas palavras durante a acusação. Dizia esperar pela justiça. Em 25 de novembro de 1901, ao final do processo o juiz do 3º Distrito Criminal do Recife Dr. José Cavalcante Paes Barreto, julgou procedente a denúncia, contra José Alves incurso no artigo 267 do código penal expedindo o seu mandado de prisão.

Este caso nos permite visualizar alguns detalhes do cotidiano e das relações de solidariedade e paternalistas na relação patrão-empregado que podem surgir nestes espaços de

---

<sup>74</sup>*Denúncia*. José Alves da Silva, S/N, Caixa 1367, ano de 1901. Crime – Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco, fl10v.

trabalho e como as diferentes identidades se processam entre homens e mulheres da classe trabalhadora.

A refinaria de açúcar funcionava próxima da casa dono Sr. Joaquim Teixeira, exatamente na mesma rua Direita de Afogados. Essa proximidade física entre o local de trabalho ou negócio e a residência era muito comum, tanto para patrões como para empregados. Isso podia se dar por vários motivos, como o alto custo para o uso de transportes, como a permanência de práticas ainda ligadas a sentimento de proteção e tutela que o patrão exercia entre outras.

No depoimento, Manoel Geraldo, disse que em algumas vezes recebeu seu salário na residência do próprio Joaquim e que as visitas de Zulmira a refinaria sempre se faziam na companhia das filhas do mesmo. A visibilidade da casa do patrão era uma realidade que podia catalisar relações de conflito, mas também de compadrios. No caso de Manoel Geraldo, um dos mais antigos empregados da refinaria, a relação com o Sr. Joaquim Teixeira, podia ser de cooperação, uma vez que não hesitou em contar para o patrão o que se passara com sua criada e seu outro empregado dentro do seu estabelecimento. Mas isso não se restringe apenas à Manoel, tanto Jovino quanto Raimundo fizeram menção do patrão como alguém que deveria estar ciente do ocorrido. É claro que a relação de tutela que Joaquim, patrão de Zulmira, supostamente estabelecia com ela, podia encontrar sentido nas relações paternalistas que envolvem o trabalho de uma empregada doméstica assalariada, órfã de mãe do início do século XX, que morava na casa dos patrões, podiam ter. Mas também no que Sidney Chalhoub aponta para o chamado “papel do juiz doméstico” do patrão.<sup>75</sup> Joaquim estava mediando um conflito que envolvia seus empregados - a criada da casa e os empregados da refinaria. O ocorrido se deu dentro das dependências do seu estabelecimento e contra alguém que cotidianamente cuidava de suas filhas. Talvez não apenas a honra de Zulmira estivesse em jogo, mas sua autoridade de pai e patrão ante seus funcionários.

Todos os depoentes eram homens que estabeleciam uma relação de proximidade com a vítima que perpassava pela identidade de trabalho, por serem empregados do mesmo patrão e experienciarem semelhante realidade material. Outro fator importante é que os afazeres domésticos não estavam delimitados apenas aos trabalhos de casa. A historiografia local já se propôs em discutir as diversas e múltiplas facetas dos mundos o trabalho doméstico no Recife, e sob o aporte dessas pesquisas podemos afirmar que ser uma criada ou criado da

---

<sup>75</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., 45.

casa, não se restringia apenas às atividades do lar, abarcava também outros serviços como levar recados, fazer compras, entregar mercadoria e trabalhar em negócios dos patrões<sup>76</sup>. Ao longo do processo haverão passagens que denunciam não só a visibilidade da casa do patrão por parte dos empregados, como também frequente presença de Zulmira na refinaria, onde afirmou já ter recebido lá seu salário. A proximidade explicaria o porquê de Zulmira confessar o seu defloramento primeiro ao mestre refinador, Manoel Geraldo, e não ao seu patrão de fato.

Os pareceres das testemunhas, todos favoráveis a Zulmira nos leva a conjecturar três hipóteses: primeira, que o trabalho seria um elemento de identidade social que superava os limites de gênero, pois se pode sugerir que Zulmira possuísse algum prestígio por parte dos empregados do seu patrão, decorrente da proximidade que estabelecia a refinaria de açúcar e da semelhante realidade material em que viviam, imersos em relações de trabalho. Numa das passagens do processo, outro empregado do senhor Joaquim em seu testemunho, disse ter entregado um frasco de cheiro à José a pedido de Zulmira. Talvez tenha sido o suficiente para levá-los a testemunhar em defesa da sua honra, já que no processo não identificamos nenhum grau de parentesco dos depoentes com a vítima; segunda, que o fato de defenderem Zulmira poderia refletir o quanto aqueles homens, a partir de suas concepções pessoais, compartilhavam um tipo de conjunto de valores masculinos que coincidiam com os da elite letrada ao reprovarem o defloramento, e a terceira, que as testemunhas – funcionários da refinaria – foram coagidos a prestar depoimento a favor de Zulmira com forma de agradar o patrão, que por sua vez deveria exercer sobre a menor uma espécie de tutela.

Para, além das possíveis hipóteses acima, é possível perceber no decorrer do processo, dois pontos: que a menor trabalhava remuneradamente (dado um tanto quanto incomum na cidade do Recife no início do século XX), tanto que podia dar presentes a José como um frasco de cheiro e que era importante para o dono do negócio resolver esses conflitos ligados a honra e moralidade pela necessidade de zela pela reputação de sua casa e de sua autoridade. Desta forma tanto Manoel Geraldo mestre refinador, quanto todos os outros companheiros afirmaram ser a conduta da menor irrepreensível, acrescentando que Zulmira raramente saía de casa desacompanhada<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> LIMA, Tatiana Silva de. **Domésticos, servos e criados:** trabalho doméstico no Recife de meados do século 19. Revista ALPHA. Patos de Minas: UNIPAM, (10): 119-129, dez. 2009.

<sup>77</sup> *Denúncia*. José Alves da Silva, Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco – Crime S/N, Caixa 1367, ano de 1901.

Descrever a vítima mobilizando valores como o ato de não sair só, mas sempre acompanhada tentando inscrevê-la nos códigos de honra, nesses tipos de caso, não é nenhuma novidade, visto que para a justiça não importava especialmente o seu histórico de trabalho, mas que a conduta moral da moça informasse os valores de honestidade propostos. A defesa da honra da empregada doméstica foi feita também por seu patrão, que levou o caso a polícia e não só depôs em seu favor como endossou todo o seu testemunho.

Zulmira ao ver que o seu namorado não iria assumir o compromisso de casamento, confessou todo seu drama pessoal a um colega de trabalho, o mais antigo empregado da refinaria e o mais velho. Sua esperança era que o mesmo convencesse seu namorado a casar-se com ela, fazendo sugerir que Manoel, mestre refinador, desfrutasse de certo tipo de reconhecimento entre seus companheiros a ponto de poder ser influente na decisão de José. Este dado informa a presença de códigos de conduta masculina que deviam ser respeitados, na perspectiva desses trabalhadores. Faz supor também que nesses espaços de trabalho ou redes de solidariedades, construídos pela classe trabalhadora, podiam ser compostas por homens e mulheres mutuamente<sup>78</sup>.

João apesar de corresponder à expectativa lançada sobre os homens da época, se enquadrando no perfil homem trabalhador, não foi aprovado no quesito moral. Mostrando-nos que haviam também papéis atribuídos homens, e que estes eram agenciados em momentos de conflito.

A análise da conduta destas mulheres será amplamente exercida e vigiada através dos discursos médicos e principalmente jurídicos. A questão da conduta era valiosa principalmente se a personagem em questão fosse vítima de algum abuso, violência, defloramento ou estupro. A grande questão, entretanto, estava em estabelecer uma ligação entre o vivido e o propalado pelos juristas, uma vez que “a mulher pobre enfrentará as contradições entre o ato de trabalhar e ser constrangida a viver segundo a moral propalada”.<sup>79</sup>

Estas contradições se darão em muitos aspectos da vida cotidiana, quer fosse ao trabalho, nos arranjos familiares e nos relacionamentos. O caso de “Floripes Viana de

---

<sup>78</sup> Segundo Sidney Chalhoub as condições adversas de luta para a reprodução da vida material das classes populares, permite a criação de laços de solidariedade e ajuda mútua entre homens e mulheres sendo isto um aspecto fundamental de sua estratégia de sobrevivência. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ªed. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001 p. 185

<sup>79</sup> ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**, Paz e Terra, 1989, p. 62.

Carvalho, menor de 17 anos e órfã<sup>80</sup>, branca<sup>81</sup>, nos aponta algumas delas. A menor havia sido deflorada por seu primo e também namorado, Liberalino Vieira de Mello de 21 anos. Residiam na mesma casa Floripes, José, a tia de ambos Joaquina de Freitas Dias, viúva e a filha dela Elisa, à rua de Santa Rita Velha, nº 9. A partir do processo sabemos que Liberalino nem sempre morou neste endereço, constando nos autos que era morador da rua Valentina, nº76, denunciando que talvez fosse hóspede de Joaquina Freitas à pouco tempo. Apesar de ser viúva, doméstica e morar com duas moças que possivelmente eram donzelas, Joaquina permitiu hospedar Liberalino em sua casa. É muito provável que Joaquina não tivesse feito isso somente por que ele era seu parente, mas talvez por uma questão de sobrevivência financeira, visto que o acusado era vendedor ambulante podendo ser uma renda a mais para as despesas da casa.

O problema da carestia das habitações decorrentes da escassez de moradias e aumento da população no Recife do final dos oitocentos e início do século XX<sup>82</sup>, certamente contribuiu para a formação de diversos lares semelhantes ao de Joaquina Freitas, principalmente em bairros populares. Segundo dados do Recenseamento Estático Geral de 1920, a densidade domiciliária neste período na cidade do Recife era representada por: 678 pessoas para cada 100 domicílios<sup>83</sup>. O número mínimo de pessoas para cada domicílio podia ser de 7 pessoas. Maria Emília Vasconcelos, ao tratar do século XIX, ressalta algumas características importantes sobre o aluguel dentro das habitações populares e a sua relação com as condições de sobrevivência dos sujeitos menos remediados:

Em uma mesma casa poderiam residir pessoas sem nenhum laço familiar, com hábitos e gostos diferentes. Esta era uma das alternativas para se driblar a carestia ou a falta de recursos para pagar o aluguel. Pois, para aqueles que moravam nas áreas centrais da cidade, a locomoção para o trabalho ficava mais fácil, naquela região onde a oferta de empregos/ocupações era maior, porque os pobres na época não tinham poder aquisitivo suficiente para utilizar regularmente a maxabomba<sup>84</sup>.

---

<sup>80</sup> *Denúncia* Liberalino Vieira de Mello, S/N, Caixa 1367, ano 1901- Crime. Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco

<sup>81</sup> De acordo com o exame de corpo e delito. *Denúncia* Liberalino Vieira de Mello, S/N, Caixa 1367, ano 1901- Crime. Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco, fl.8v.

<sup>82</sup> COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. Tese (Doutorado em História), UFPE, Recife, 2003, Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História - UFPE, 2003, p. 43.

<sup>83</sup> **Repertório estatístico do Brasil, quadros retrospectivos**. Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. Pg 34. Disponível em:

<[http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao\\_digital\\_publicacoes\\_multiplo.php?link=seriesestatisticarestrospectivas&titulo=Repert%F3rio%20estat%EDstico%20do%20Brasil:%20Quadros%20retrospec](http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=seriesestatisticarestrospectivas&titulo=Repert%F3rio%20estat%EDstico%20do%20Brasil:%20Quadros%20retrospec)> Acesso em 02/02/2012.

<sup>84</sup> VASCONCELOS, Maria Emília de. Op. Cit., p. 43.

O processo de Floripes Viana, além do problema da habitação, e diferentes arranjos familiares e morais, nos fornece outras matizes sobre a visão de mundo das classes vigiadas. O conjunto de testemunhas formado por vizinhos e conhecidos da ofendida afirmou saber do defloramento, o próprio acusado confessou que havia deflorado a menor, mas que possuía o desejo de casar-se com a mesma.

Por conta da demora em oficializar a situação, Joaquina, a tia da ofendida, denunciou o acusado sugerindo que a certo tempo já soubesse do relacionamento sexual dos dois, informando que nem sempre era vantajoso levar os casos de defloramento a justiça, buscando-se meios informais de resolução. Interessante, porém será a declaração de Floripes ainda na Delegacia do 1º Distrito da Capital em 23 de Novembro de 1901, na denúncia do caso, afirmou que “caso Liberalino seja solto, continuará amasiada com ele, visto não ter gênio para casar”<sup>85</sup>. Assim como forma de inserção social das mulheres pobres, o casamento não era a saída utilizada por todas as mulheres. Apesar dos casos em que pais e mães iniciam um inquérito policial, para reclamar a honra de suas filhas, para outras mulheres o casamento poderia significar a perda da liberdade e das experiências sexuais. O curioso é que no decorrer do processo, Floripes, disse que seu defloramento se deu sob a promessa de casamento, fora forçada a se relacionar sexualmente, acreditando na promessa havia sido enganada. A denúncia contra Liberalino foi aceita e o mesmo preso em 1901. Porém, quatro anos depois, a ação penal foi extinta após efetivar-se o casamento dos dois. Não sabemos se ele esteve preso todo esse tempo, muito embora a pena para crimes de defloramento sob promessa de casamento ia de um a quatro anos de reclusão. O certo é que ambos apresentaram ao juiz o documento de casamento para assim dar baixa na culpa em que estava incurso Liberalino.

Os processos criminais nos permitem uma análise mais esmiuçada das possíveis expectativas dos nossos agentes históricos. Através das linhas de uma ação criminal, pode-se ler as angústias, as soluções provisórias, os conflitos e também as suas visões de mundo desses sujeitos diante das normas difundidas pela elite. Nestas análises, podemos perceber que os ditames normativos que pairavam na sociedade não eram totalmente apreendidos pelas classes populares. O que teria feito Floripes mudar de ideia e casar-se com Liberalino, em 22 de Janeiro de 1904, três anos depois do defloramento? Talvez essa não seja a pergunta cerne, mas sim, que situações de vida impulsionaram-na não permanecer dizendo não ter gênio para

---

<sup>85</sup> *Denúncia*. Liberalino Vieira de Mello. Memorial de Justiça de Pernambuco. Crime- Comarca de Recife S/N, Caixa 1367, ano 1901.

casar-se? Floripes talvez encontrasse agora na figura de moça honesta, órfã e deflorada, uma saída para sua sobrevivência, que no período da abertura do processo não se fazia necessária.

Outro aspecto importante do cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras no Recife estava em morar na casa dos patrões. Diante da pouca oferta de moradia e no intuito de evitar o aluguel, a saída de muitos trabalhadores e trabalhadoras em tempos difíceis foi essa. No entanto essa proximidade podia oportunizar casos de violência, abuso, estupros e furtos. Foi o que aconteceu com Francisca César de Lima e sua filha Antônia César de Lima, de dezessete anos ao se mudarem para a casa de Antônio Martins no Arraial. Segundo Antônia, ela e sua mãe juntamente com seu irmão Pedro Cesar de Lima, vieram morar no Arraial a cerca de dois anos numa casa de propriedade de Antônio Martins<sup>86</sup>. Pouco tempo depois, sua mãe solicitou a Antônio a proteção do seu irmão Pedro Cesar que não tinha meio de vida regular. Este deu então a Pedro, meios de se estabelecer através de uma pequena mercearia no Feitosa, Distrito da Encruzilhada para onde se transferiu, juntamente com sua mãe e irmã. Passados oito meses depois Pedro acabou com o negócio e posteriormente ingressou na polícia com praça. Segundo Antônia, no dia 7 de novembro de 1909, depois de ter sido abandonado por sua esposa, que o tinha deixado por outro, o senhor Antônio Martins teria ido a sua casa no Feitosa convidar sua mãe Francisca para trabalhar como doméstica na sua residência situada no lugar do Arraial. Antônio propunha que mãe e filha morassem juntamente com ele.

A proposta não foi aceita de imediato por Francisca, que pediu alguns dias para pensar sua decisão. Vinte dias depois, Antônio retornou com mais argumentos pelo que conseguiu convencê-las, levando as duas para sua residência no dia 25 de novembro. Ao chegarem, Antônio pediu para Francisca fazer um café enquanto conversava sobre a oportunidade que lhes oferecia. Por volta de meia-noite, no entanto, o novo patrão pôs em prática o que talvez já premeditasse há certo tempo. Indicou o quarto de Francisca e à força conduziu a menor Antônia para outro. Apesar do desespero da mãe “aflita e chorosa”, o homem continuou em seu intento ameaçando com um punhal à Antônia se ela não se calasse. De acordo com o depoimento de menor o criminoso “foi cruel não se sensibilizando com seu rogo nem as suas lágrimas”. Cercando a casa de criados, as encarcerou durante um mês, mantendo ao longo desse tempo relações sexuais com ela.

---

<sup>86</sup> *Denúncia*. Antônio Martins. Memorial de Justiça de Pernambuco – Crime – Comarca do Recife, Caixa789, ano 1910.

O processo seguiu o roteiro dos casos de estupro e defloramento de mulheres pobres. Desde o exame no corpo da menor, atestado de miserabilidade à ouvida das testemunhas. É neste momento que os fragmentos das vidas dessas personagens emergem, através das várias versões apresentadas por diferentes pessoas<sup>87</sup>. As contradições e as versões nos oportunizam perceber as muitas lutas travadas dentro, inclusive, da própria classe trabalhadora. Fazem-nos entender que estes conflitos não estavam somente circunscritos na busca pela sobrevivência, mas no direito de fazer valer suas identidades culturais específicas<sup>88</sup> e como Sueann Caulfield aponta, processos de defloramentos serviam para negociar as desvantagens de poder nas relações hierarquizadas<sup>89</sup>, como a relação entre homem e mulher, patrão e empregada. Ajuda-nos a entender como homens se viam donos dos corpos das mulheres e da sua sexualidade, da violência do machismo e a posse sexual simbólica<sup>90</sup>.

A primeira testemunha Luiz Lima, de trinta e oito anos, comerciante, residente na Encruzilhada, disse conhecer de vista a menor e sua mãe, por serem ambas freguesas em seu estabelecimento. O depoimento de Luiz Lima se referiu também à cor da mãe e da filha, dizendo serem elas “de cor brancas morenas”, pobres miseráveis nos termos da lei, bem como afirmou saber que a menor havia sido desvirginada por Antônio Martins. Luiz, parece em seu depoimento, ter sido questionado sobre a idade da menina, pelo que afirmou ser ela de aparência de dezesseis anos. O que também apareceu no testemunho do segundo depoente Gustavo Ernestino da Cunha Galvão, fiscal da Encruzilhada, que afirmou a menina aparentar ter dezesseis anos e pouco sabia de sua vida e de sua mãe. O outro fiscal da Encruzilhada o senhor [Nabor] de Paula Gomes, terceira testemunha, parece ir mais além ao tratar de Antônio. Acaba apresentando informações de sua condição econômica, dizendo ser ele dono de um talho de “vendagem de carne verde” na Encruzilhada de Belém. Disse conhecer a menor Antônia Cesar desde menina, pois sua esposa havia sua professora em Tracunhaém, podendo afirmar que sua idade era de dezesseis a vinte anos. E por estabelecer relações de amizade com a Francisca e a referida menor, sabe que esta sempre vivia em companhia de sua mãe, vivendo sempre honestamente “sem que em torno de seu nome ele tenha ouvido falar de

---

<sup>87</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p.22.

<sup>88</sup> Refiro-me a discussão empreendida por Martha Abreu Esteves quando trata sobre os valores morais das classes trabalhadoras, percebe que nem sempre só as questões de sobrevivência explicariam comportamentos distintos. Para ela “eles também são resultantes de concepções e valores diversos dos dominantes, são frutos de determinadas opções culturais”. Prossegue dizendo que “condicionar os comportamentos diferentes às circunstâncias de vida é desprezar todo um passado ‘herdado cotidianamente’ e toda uma tradição que trazem consigo ‘visões de mundo’ e culturas específicas”. ESTEVES, Marta. Op. Cit., p. 120 e 121.

<sup>89</sup> CAULFIELD, Sueann. Op.Cit., p. 53.

<sup>90</sup> Idem, p. 238.

namoros”. O testemunho, de [Nabor] encerra afirmando a miserabilidade das duas nos termos da lei sendo elas pessoas pobres que viviam de costuras. Nos últimos dois depoimentos, tanto o negociante José Peregrino Cavalcante quanto Pedro Antônio da Silva, atendente do gabinete da Delegacia Fiscal repetem as informações de que tanto mãe quanto filha possuíam comportamento honestos, eram pobres e costureiras, e que a referida Antônia era para eles de fato menor de idade.

Este debate sobre a idade da menor ao longo de todo processo pode sugerir que Antônio Martins em sua defesa tenha agenciado a maioridade de Antônia como forma de escapar da culpa, uma vez que o defloramento já tinha sido comprovado através do exame de corpo delito. A mãe de Antônia não apresentou o certificado de batismo da mesma que serviria para comprovar sua menoridade e assim encerrar com o processo. No entanto, a decisão do juiz foi favorável a Antônia, sendo, portanto expedido pelo juiz o mandado de prisão do ofensor em 19 de maio de 1910.

Antônia e sua mãe exerciam uma atividade específica como ficou exposto nos testemunhos, eram conhecidas por serem costureiras e não do serviço doméstico. A questão da sobrevivência talvez tenha levado a mãe da menor, aventurar-se ir morar na casa de um certo conhecido exercendo uma outra atividade profissional. Talvez, por esta oportunidade parecer aos seus olhos uma melhora nas suas condições de vida, em face não do pagamento de aluguel e ser seu patrão dono de um talho de venda de carnes, sugerindo que não fosse passar necessidades. Os testemunhos dos homens parecem assinalar um certo sentimento de solidariedade, talvez influenciados pela ideia de proteção às duas mulheres sozinhas. Muito embora, somente um deles tenha declarado possuir vínculos de amizade com a mãe da vítima. A ação desses homens esboçam que haviam outros significados a cerca da moralidade de mulheres sozinhas que trabalhavam. Agenciavam valores de moralidade da elite aliados a suas às suas formas de pensar, estes valores eram (re) negociados e (re) adaptados de maneira contingencial. Para estes que lidavam com comércio provavelmente desde muito cedo, nas ruas e mercearias a presença de mulheres no espaço público não era questão primeira de suspeição.

### **1.3Nos (des)caminhos: experiências femininas do lado de lá da norma**

Exercendo uma atividade de trabalho<sup>91</sup>, as prostitutas, se interligavam a outros atores sociais através de uma espécie rede de convivência<sup>92</sup>. Localizada ao redor de tavernas, em casas de cômodos e pensões, esta atividade interligava-se a outras num esquema composto por relações de troca e dependência cotidianamente desenhadas e posicionada entorno dos lucros que a prostituição angariava.

Ao redor dessas mulheres, haviam locatários de quartos, donos de tavernas, cafés e pontos comerciais, que desfrutavam de certo benefício com presença delas por atraírem uma freguesia masculina; existiam aqueles que estabeleciam uma relação de dependência como criadas e criados, e os que estavam ligados a essas mulheres por outros motivos referentes ao pecúlio que elas podiam juntar, sendo inclusive vítimas de furtos e assaltos, como sugere o caso de Alexandrina Olegária Jordão, conhecida por *Xandú*, dizendo ter “vinte e três anos de profissão de serviços domésticos”<sup>93</sup>. Em 20 de setembro de 1901, às 12 horas do dia, Alexandrina recebera em sua casa o situado a Rua Estreita do Rosário no 1º andar do prédio nº 12, Cícero Braulio de Acioly conhecido pela alcunha de “*Bexiga*”, “de cor quase preta, muito bexigoso, cabelos de cabeça quase carapinhos, com muito pouco bigode”. Dizendo estar de partida para o Pará dirigiu-se o mesmo à casa de Alexandrina, a convidando para tomar um copo de cerveja como forma de despedir-se. Entrando para a sala da casa, *Bexiga* mandou a criada da mesma comprar na venda próxima, uma garrafa de cerveja a fim de tomá-la com Alexandrina, que “cedeu” ao convite. *Bexiga*, ao abrir a garrafa da cerveja, solicitou um copo de água, alegando que a bebida estava quente. Alexandrina ao dar ordens à sua criada para trazer água, foi impedida por ele, pedindo-lhe que fosse a mesma buscar um copo de água, o que ocorreu. Alexandrina ao voltar à sala, encontrou os dois copos de cerveja já cheios. Após tomar daquela bebida sentiu-se um pouco adormecida e apesar da resistência oferecida à *Bexiga* o mesmo foi até à gaveta de uma mesa de quarto da vítima, onde “extraíu para si” as joias e objetos de ouro avaliados em (3:000\$000) três contos de réis, e ainda a quantia (33\$000) de trinta e três mil réis em dinheiro. Depois disto retirou-se da casa e fechou

---

<sup>91</sup> De acordo com Cristiana Schettini a prostituição era um trabalho disponível a muitas mulheres. Viabilizava estratégias de sobrevivência além de articular múltiplas redes de sociabilidade. SCHETTINI, Cristiana. Op. Cit, p. 22

<sup>92</sup> As redes de convivência estavam também na dependência que a atividade da prostituição podia gerar a pequenos taberneiros, comerciantes e dono de casas de cômodos. Sobre essa rede de convivência não a percebemos como uma rede de aceitação e “boa vizinhança” estabelecida sem conflitos ente vizinhos e prostitutas mas, de dependências econômicas gerada pela própria atividade que envolvia dinheiro, segundo informam Cristiana Schettini e Fabiane Popinigis. Cf. *Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano*. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 11, n. 19, p. 57-74, jul.-dez. 2009. Disponível em: <[www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF19/c\\_schettini\\_19.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF19/c_schettini_19.pdf)> Acessado em: 15/06/2014.

<sup>93</sup> *Denúncia*. Cícero Braulio Acioli Memorial de Justiça de Pernambuco. Crime - Comarca de Recife. Caixa 760, ano 1901.

pelo lado de fora a porta “que dá entrada para a sala”. Alexandrina despertou quinze minutos depois e ainda sem acreditar o que se passara, gritou pela criada que abriu a porta, tendo certeza de que foi vítima de um crime somente minutos depois.

Esta passagem também foi narrada pelo Jornal a Província, com o título *Narcotizador*. Nela Alexandrina Jordão é descrita como uma “rapariga de vida airada há pouco chegada do norte”. Que recebera a visita de um homem chamado Armelindo mais conhecido como *Bexiga*, requerendo de Alexandrina conhecida pela alcunha de *Xandú* favores que a mesma recusou. No dia seguinte, o mesmo *Bexiga*, esteve de volta a referida casa, tendo dito “embarcar para o Estado do Pará” indo fazer suas despedidas, oferecendo-lhe uma cerveja que foi aceita. O fato de ter adormecido após a bebida, converge com o já citado acima. A matéria apresenta quais os objetos furtados da casa de Alexandrina:

*umpasemain* de tartaruga, com perolas e brilhantes, um relógio de ouro, e *chatelaine com tetéas* do mesmo metal; um broche com um brilhante no centro; uma medalha de ouro cravejada de pérolas; outro broche com pérolas e safiras; uma vara de cordão de ouro; dois brincos com safira e pérolas, uma pulseira de ouro com diversas moedas; um botão de ouro com brilhante preto e cinco brancos ao redor; um botão de ouro com grande brilhante<sup>94</sup>.

Contudo, não faz menção da quantia em dinheiro de trinta e três mil réis que a mesma afirmou em seu depoimento no processo criminal, ter sido também roubada. Diante dessas informações, não é preciso ir muito longe para percebemos que Alexandrina se tratava de uma prostituta de condição apatacada. Visto que além de morar sozinha, – o que faz supor a documentação não contando nenhum indício de que dividisse sua casa com outra mulher – e possuir uma criada, cujo pagamento mensal, no início do século XX, poderia variar entre 10 mil a 15 mil réis<sup>95</sup>, a mesma também tinha, cerca de três contos de réis em joias. Este valor correspondia mais ou menos aos vencimentos anuais de um dos membros do oficialato do Estado Maior do Regimento de Polícia do Estado de Pernambuco<sup>96</sup>, como: o Capitão Secretário, ou Capitão Ajudante, ou capitão do Quartel-Mestre, os quais recebiam cada um 3:202\$000. Este valor também poderia pagar um ano de trabalho de um Capitão Comandante

---

<sup>94</sup> **Narcotizador**. A Província, 22/09/1900.

<sup>95</sup> SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais**: Recife e Salvador (1870-1910). Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. História. Recife, 2011, p.82-87.

<sup>96</sup> Esta planilha de gastos, *Tabela Demonstrativa dos vencimentos dos oficiais e praças do regimento policial do Estado*, foi publicada no Jornal do Recife, 27/05/1910.

de Companhia do 1º batalhão de infantaria. Para termos uma ideia de quanto fora este valor, o quilo da carne custava 2\$300 réis<sup>97</sup>.

A ação de Bexiga, não era algo inusitado no cenário da prostituição na cidade do Recife nas primeiras décadas do século XX. Casos de mal pagadores e furto às casas de meretrício, surpreendendo prostitutas e fregueses já eram noticiados com certa frequência nos jornais<sup>98</sup>. O caso envolvendo Alexandrina e Cícero sugere algumas das relações sociais que esta atividade mobilizava, bem como as diversas imagens que se poderia ter da prostituição, às vezes caracterizadas pelo alto luxo das polacas francesas e do baixo meretrício formada por mulheres nacionais<sup>99</sup>.

A primeira testemunha a depor ainda na delegacia foi o francês João Vochel, de trinta e três anos, profissão do “negocio” de vender biscoitos, na rua “oitenta e nove”. Disse conhecer Cícero Bráulio *Bexiga* no Estado do Bahia, de onde também vinha a cerca de dois meses, tendo o encontrado na praça da Independência, onde tomou café com o mesmo na *Puerta del Sol*. Segundo João, era comum ver Bexiga ainda lá na Bahia frequentar “clubes de jogadores” e por tal motivo achava ser ele um jogador estando em Recife por motivos de jogo. O segundo depoente, Geraldo José Alcoforado, negociante, mais especificamente fornecedor de amêndoas, desmente a distanciada relação que João Vochel disse ter com Bexiga. De acordo com ele foi João, quem o apresentou na pastelaria *Puertadel Sold* dizendo inclusive que Bexiga era caixeiro viajante. Tendo saído os três da pastelaria, Bexiga foi até o cabelereiro fazer a barba, perguntando-lhe onde poderia encontrar “uma prostituta boa” pois não queria dormir no Hotel. Geraldo o levou até a porta “de uma rapariga”, a rua do [*Caxias*]. Encontrando novamente dois dias depois Bexiga e o francês almoçando num hotel na praça Barão de Lucena, perguntou-lhe sobre a noite que passou com a prostituta, respondeu o mesmo, que foi boa. Tempos depois novamente os encontrou na frente da mercearia do Sr. Joaquim Christovão, na rua Cabugá, de onde saía *Bexiga* ao encontro de uma outra prostituta da rua das Trincheiras. No dia seguinte encontrando novamente, no hotel da praça Barão de

---

<sup>97</sup> COUCEIRO, Sylvia Costa. Op. Cit., p.287.

<sup>98</sup> Sobre isso ver: **A boa colheita**. A Província, 22/04/1913; O Besouro João Motta, depois de ter se encontrado com a prostituta *Maria Imbú*, dizendo não ter dinheiro para pagar o divertimento foi obrigado a deixar seu relógio. 16/05/1902.

<sup>99</sup> Sylvia Couceiro faz esta distinção entre as zonas do alto e baixo meretrício, interligados a casas luxuosas como cafés concerto e bailes em sua maioria localizada na ruas da Flores. Quanto às casas de baixo meretrício estas situadas as ruas Estreita do Rosário, Trincheiras, Aguas Verdes estavam localizados as prostitutas de menor poder aquisitivo. Op. Cit. 142. O caso de Alexandrina nos remete as fragilidades, dessas distinções. Vale salientar que essas mulheres apesar de estabelecerem seu “comércio” muitas vezes uma do lado da outra, não compartilhavam de uma mesma situação econômica. Apesar das ruas atribuírem o perfil das que ali transitavam não dá conta das redes que essas mulheres teciam e faziam parte.

Lucena, Bexiga e o francês João, perguntou-lhe como havia passado a noite com a meretriz da rua das Trincheiras. Respondeu frente do dono do hotel e do francês que tinha subtraído 10 mil réis da gaveta da prostituta sem que ela percebesse e com o mesmo dinheiro pagou-lhe a noite, supondo ela ser dele o dinheiro. Após esse depoimento acrescentou que desde o primeiro dia em que lhe foi apresentado a Bexiga, o mesmo perguntou quem era a “rapariga mais bonita e mais rica” da cidade, pelo que não soube responder, sendo interrompido pelo francês que disse ser a “rapariga de Sigismundo”<sup>100</sup>. Geraldo disse que após despedir-se dos dois ouviu na praça que um homem conhecido por Bexiga havia subtraído as joias de uma rapariga.

O dono do hotel na praça Barão de Lucena, Antônio José da Costa, português trinta anos, também foi chamado para depor, e disse que os três tanto Bexiga, quanto o francês e Geraldo eram vistos com frequência juntos em seu estabelecimento. Que hora conversavam alto e às vezes em forma de cochicho. Que havia emprestado para Bexiga cerca de cinco mil réis ,afiançado pelo francês que nunca foi pago. Que tempos depois ouviu pelo próprio Geraldo que Bexiga era gatuno, pessoa de má índole. O depoimento de Antônio, dono no hotel, contou com o recurso da fofoca<sup>101</sup> para compor a descrição de Bexiga. As informações que dispunha sobre o acusado foram formadas também pelo que ouviu falar dele.

Alexandrina volta depor novamente ainda na delegacia, interrogada pelo do Dr. Manoel Francisco Rêgo Barros<sup>102</sup>, dizendo que conhecia o francês João e soube que era amigo do individuo que a roubou por meio de Geraldo Alcoforado. Que encontrou com o francês, por ela chamado de confeitiro, em agosto, um mês antes do roubo na rua 15 de Novembro, quando este pediu-lhe para acompanhá-la até sua casa que na época ficava no povoado da Torre.A caminho percebeu que João olhava para as joias que ela usava chegando a dizer em tom de admiração “você tem boas joias”. João, chegou na mesma noite a fazer-lhe uma proposta de casamento afirmando que a apresentaria a conhecidos de posses onde ela teria a chance de angariar uma fortuna no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. A proposta foi negada e apesar de desconfiada, permitiu que João pernoitasse em sua casa, mas segundo ela na sala, pelo que se retirou logo cedo. O processo seguiu com os mesmo depoimentos, acrescido do

---

<sup>100</sup> Não sabemos ao certo sobre qual Sigismundo falavam, mas diante da referência feita a prostituta mais rica e bonita pertencer-lhe poderíamos pensar em Sigismundo Antônio Gonçalves, que nesta época tinha acabado de ser governador do Estado de Pernambuco, voltando a comandá-lo novamente em 1904.

<sup>101</sup> Segundo Maciel Carneiro este recurso era muito comum e insidioso. SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Op. Cit., p.293.

<sup>102</sup> Delegado de Polícia do 1º Distrito da Capital.

depoimento da criada de Alexandrina e do cabo de polícia a quem primeiro a vítima denunciou o crime. O que não mudou a autoria do crime por parte de *Bexiga* que foi condenado e preso. Importante assinalar que este processo nos fornece também uma discussão sobre questões do emprego da descrição da cor dos indivíduos. Nenhum dos personagens da trama aparecem descritos em termos de cor, somente Cicero Bráulio, o *Bexiga* é descrito como “indivíduo quase preto (...) de cabelos carapinhos”. E curiosamente somente ele foi preso pelo crime de roubo, apesar de ter contado com participação do francês João.

Alexandrina, *Xandú*, se dizia da atividade doméstica muito embora se tratasse de uma prostituta, descrita no jornal como uma mulher de “vida airada a pouco vinda do norte”, possuía uma criada e morava só na rua Estreita do Rosário, rua esta conhecida pelo intenso comércio sexual, pelas casas do baixo meretrício e de jogos proibidos. Suas joias e o valor que guardava em casa eram avultados se considerarmos a realidade de um trabalhador assalariado, e mais se considerarmos que esta operação trabalho-salário não era comum, fazendo supor que a prostituição de luxo não era mérito somente das polacas e francesas da rua das Flores. Manifesta o quanto lucrativa podia ser esta atividade e como existia uma rede de dependência no entorno da atividade dessas mulheres. Os perigos que uma prostituta tinha de enfrentar ante a sua profissão iam desde se desvencilhar de brigas com clientes e companheiras de ponto e com a polícia, à ação de gatunos disfarçados de clientes.

Importante assinalar que, este processo é um rico meio de discussão sobre as variadas imagens da vida e experiências de prostitutas, vendedores ambulantes, jogadores do bicho, empregadas domésticas, donos de hotéis e as relações que estabeleciam. A cidade do Recife que estes sujeitos nos apresentam é a dos encontros em cafés e almoços em endereços mais modestos, da articulação de redes de conhecimentos, dos golpes contra prostitutas com certos cobres. É uma cidade que abriga muitas relações, muitas redes de dependência e sobrevivência em torno de atos considerados ilícitos. A prostituição que pagava a empregada de Alexandrina, que mantinha a casa. A proposta de casamento do francês Vochel, que poderia ser a expansão dos negócios de Alexandrina para o Rio de Janeiro e Buenos Aires, exhibe como podiam se dar alguns agenciamentos. Esta cidade não era apenas a do footing da Rua Nova, era uma cidade plural, com gente rica, mas muita gente modesta. No capítulo seguinte analisaremos como os jornais desempenharam importante papel na construção de imagens caricatas, anômalas e violentas de homens e mulheres que pareciam experienciar o seu cotidiano de maneira distinta da “ordem”.

## CAPÍTULO II

### “E OS JORNAIS O QUE DIZEM?”: EXPERIÊNCIAS FEMININAS E MASCULINAS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

O objetivo deste capítulo é discutir como os noticiários desempenharam uma função de saneamento moral, através da produção exaustiva de “fatos” sobre a vida de homens e mulheres pobres. Pondo em evidência seus conflitos e experiências de vida de maneira a criar imagens caricatas e estereótipos dos atores sociais estudados. Os jornais exerciam sua influência como forma de rever e reorganizar as formas de controle e vigilância sobre uma classe trabalhadora heterogênea composta por trabalhadores domésticos, policiais, prostitutas, entre outros. Entendemos classe trabalhadora heterogênea formada por uma variedade de trabalhadores urbanos como caixeiros, empregados domésticos, vendedores ambulantes, estivadores, e inclusive prostitutas e aqueles também oriundos de outros estados e países.

Em meio uma política de transformação da cidade<sup>103</sup> e de suposta reordenação das relações de trabalho (a saber, que estas não foram realizadas de maneira linear)<sup>104</sup>, este capítulo sugere situar os lugares potencialmente perigosos do Recife sob a ótica dos jornais e discutir como os significados atribuídos a esses espaços incendiam sobre os que neles circulavam. Procuramos perceber qual a relação das mulheres de “vida fácil”, “bêbadas” ou “arrelhadas” com a cidade. Quais disputas que envolvem categorias como raça, gênero, classe e nacionalidade emergem nos espaços de sociabilidades como bailes públicos, tabernas e bares e quiosques.

#### 2.1 Toinha Bico de Ouro e um mundo não tão a parte assim.

No dia 24 de setembro de 1910, o jornal A Província noticiava em muitas linhas, a matéria sobre um crime de feição passional ocorrido na Rua dos Caldereiros, n. 33, durante a madrugada do citado dia. A sanguinolenta cena narrada tratava-se do assassinato de Antônia Florentina da Silva, conhecida no círculo das mundanas pela alcunha de Toinha Bico de Ouro e de um moço Clidenor com quem vivia maritalmente a cerca de dois meses, conhecido por ser negociante de joias e obras de ouro.

---

<sup>103</sup> Entre os anos de 1909 a 1918 se deu a Reforma Urbana do Recife, que foi responsável pela modificação das áreas centrais da cidade e expulsão dos moradores das classes pobres dos mocambos para regiões periféricas. Esta reforma se confunde com a Reforma do Porto da Cidade que vai até meados dos anos 20. Sobre este debate ver: LUBAMBO, Cátia. **Bairro do Recife: Entre o corpo santo e Marco Zero**. Recife CEPE 1991.

<sup>104</sup> Sobre a percepção de que a transição de trabalho escravo para o livre não se deu de maneira progressiva e linear ver: CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (publicação de 1990).

Toinha Bico de Ouro era uma semibranca<sup>105</sup>, de feições atraentes e maneiras insinuantes, mas que deixava compreender pelo modo de se expressar e incorreção na linguagem sua origem matuta e seu analfabetismo. Diziam ser ela natural do Rio Grande do Norte, tendo vivido muito anos em Nazareth. Veio para o Recife em 1906 onde inicialmente havia se hospedado no hotel Londres e posteriormente em casas de “mulheres de vida fácil”.

Segundo o jornal, “insatisfeita com a condição de mulher pública”, “Toinha já havia tentado estabelecer algumas ligações mais ou menos duradouras”, chegando a passar cerca de um ano amasiada “com um merceiro da rua da Concórdia, a quem prestava todos os serviços domésticos até ter sido despedida pelo mesmo sob a alegação de atrasos em seus negócios”. Depois de passar uns tempos na Bahia, retornou para o Recife já em companhia de Clidenor. Este era simpático e de boa aparência, conhecido por trajar-se corretamente e por gastar dinheiro com relativa largueza em jogatinas de bichos, onde, inclusive dias antes do crime, havia angariado avultadas somas de dinheiro nos últimos dias.

Os dois viviam isolados na dita casa, possuindo apenas a companhia de uma preta Severina da Silva, admitida como criada desde que foram morar ali. Severina, foi surpreendida quando ao entrar no quarto pela manhã, encontrou os dois corpos ensanguentados sobre o leito, buscando ajuda na mercearia do Sr. Minervino Costa, situada no n. quarenta e quatro da mesma rua. E foi de lá que o Sr. Alfredo Ferreira cliente da mercearia levou ao conhecimento do subdelegado do 1º Distrito de São José o ocorrido. Para a polícia, Clidenor suicidou-se depois de ter assassinado a sua companheira enquanto ela dormia.

A vida de Antônia Florentina descrita no jornal parece sugerir a história de uma desventurada mulher do interior, que contando apenas com sua atraente aparência foi tentar a vida na capital. A já citada origem de seu codinome logo no começo da narrativa jornalística denota a importância dada em situar esses personagens a partir de suas práticas e dessa maneira desenhar a ideia de que o perigo de um crime sanguinolento rondava a vida daqueles que estavam à margem das regras morais.

Traçar um perfil de alguém ciente de sua má condição de vida, quando se estabelece uma relação estável junto ao merceiro da rua da Concórdia, também é uma estratégia de

---

<sup>105</sup>Este termo era usado muito comumente no século XIX para descrever pessoas livres. Neste período não sabemos o que de fato significaria.

atribuir a Toinha uma identidade que talvez não fosse sua: alguém que encontrava-se “inconformada” no meretrício indo viver em companhia de um homem que lhe deu um trabalho honesto.

A imprensa desempenhava um papel de introdução de valores que buscava receitar práticas aos indivíduos<sup>106</sup> divulgando exaustivas imagens de bons e maus exemplos em suas páginas. Esses “fatos” desenhavam estereótipos femininos e masculinos que ao interagir com versões simultâneas de outros sujeitos históricos, acabava por construir identidades sociais, que constantemente apareciam nos jornais e eram utilizadas para descrever cotidiano de homens e mulheres<sup>107</sup>. Se estes não forem analisados com cuidado podem nos trazer uma visão obtusa das ações e modos de vida desses personagens.

Dessa forma não é somente sobre Antônia que recaem as informações negativas. Clidenor também é rotulado por ser gastador e dado ao jogo do bicho. Noticiou-se que o mesmo “desde que chegou aqui nunca fez outra coisa senão jogar”. No botequim que costumava frequentar, dizia-se que o mesmo chamava-se na verdade Enedino, havendo este servido ao exército no 40º batalhão de infantaria, tendo dado baixa em sua carreira para fazer do jogo seu único meio de vida.

A valorização do trabalho e o combate à ociosidade era uma preocupação que não se ausentava dos discursos das elites intelectuais da época nem tão pouco das páginas dos jornais. Esta agenda, previa que o trabalho deveria ser produzido com esforço, disciplina e competitividade<sup>108</sup>, diretriz oposta ao dinheiro fácil oriundo das rodas de jogos proibidos que frequentava Clindenor. O ideal de honra masculina era entendida como diversa da honra feminina. Um homem honrado era corajoso, devia defender a honra de sua família e agir com probidade nos negócios e nas atividades de trabalho<sup>109</sup>. Garantir que o home livre não sucumbisse aos vícios e ao crime era tarefa do Estado que por sua vez, não cessou em criar leis de combate e repressão aos vícios, à vadiagem e a ações ligadas prostituição<sup>110</sup>.

---

<sup>106</sup> SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. Op. Cit., p. 79.

<sup>107</sup> SCHETTINI, Cristiana. Op. Cit, p. 122.

<sup>108</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p. 103.

<sup>109</sup> SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. Op. Cit P.126-127.

<sup>110</sup> De acordo com Gustavo Acioli, o Código Penal republicano de 1890, já previa punição para os donos de “casa de tavolagem”, ou seja, jogos de azar e considerava como vadio (contraventor) os que viviam da jogatina. Em 1903 o Estado de Pernambuco promulga a ultima lei sobre “o bem viver” que enquadra também não somente os donos das casas de jogos, mas os jogadores, vistos como alvos da polícia. LOPES, Gustavo Acioli. Op. Cit., p. 109 e 112-113.

Segundo Clarissa Nunes, o jogo e vadiagem eram contravenções intimamente ligadas, sendo a primeira, praticada por todas as camadas sociais e de forte influência sobre as classes menos remediadas, tornando-se um meio dos pobres fugirem do trabalho honesto<sup>111</sup>. Por parte das autoridades havia o medo de que, as classes mais aquinhoadas perdessem numa banca de jogo todo seu patrimônio. Já sobre gente despossuída, tinha-se o medo de que o reflexo da influência do jogo afetasse de imediato a força de trabalho e a propriedade privada como um todo, uma vez que o jogador pobre podia facilmente transformar-se em criminoso (deixando de trabalhar e vivendo somente do jogo)exposto ao ócio que lhe permitiria talvez cometer delitos como assaltar seu patrão, lembrando que muitos destes trabalhadores moravam nas casas dos patrões<sup>112</sup>.

Notícias a respeito das casas de tavalagem, bancas clandestinas de jogo do bicho<sup>113</sup> e até mesmo o envolvimento de pessoas ligadas ao governo com banqueiros e bicheiros<sup>114</sup> eram recorrentes nas páginas dos periódicos do Recife, sobretudo, naqueles ligados à oposição como A Província<sup>115</sup>. Em um de seus números este jornal publicou no dia 07/02/1914 uma denúncia feita pelo Jornal do Recife, sobre a ocorrência do jogo na capital pernambucana, relatando que a os jogos de parada e de azar eram mascarados nas pastelarias e confeitarias da Rua da Imperatriz e que esses “antros do vício” eram também frequentados por:

Homens do governo, professores de escolas superiores, magistrados ou advogados, chefes de repartições, chefes de famílias respeitáveis cidadãos enfim, de quem a sociedade tinha a esperar outros exemplos e que levados por gentalha ínfima, uns pela sede do ganho fácil outros pelo vicio ali vão deixar o pão de suas famílias<sup>116</sup>.

Quem sabe, por conta da má fama que circulava sobre sua real atividade, Clidenor tenha resolvido dizer-se da atividade de joalheiro/ negociante ambulante de obras de ouro. Ou quiçá até mesmo exercer essa função nas horas vagas como um disfarce, dada a exposição negativa noticiada nos periódicos sobre os bancos de jogos do bicho e outros jogos de azar.

---

<sup>111</sup>MAIA, Clarissa Nunes.Op.Cit., p. 171.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 173.

<sup>113</sup> Sobre o jogo do bicho e as principais áreas de ocorrência ver: COUCEIRO, Sylvia Costa. **Op.Cit.**. 125-155.

<sup>114</sup> Em uma das passagens do romance o Passionário de TheotônioFreire, escritor pernambucano, aparece além da descrição da casa de jogos da Rua Direita como escura, suja de paredes manchadas por cuspe e chão com pontas de cigarro, a presença de altos figurões da sociedade. FREIRE, Theotônio. **Passionário e Regina**. Recife: 2ª Ed. do Organizador, 2005, p. 108-109.

<sup>115</sup> O jornal A Província era um órgão do partido liberal fundado por José Mariano em 1872. Ao longo do recorte que escolhemos este jornal terá muitos embates com o Jornal do Recife e Diário de Pernambuco por serem estes ligados ao governo da situação.NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco. Recife: Imprensa Universitária, 1966. v.7.

<sup>116</sup>A Província, 07/02/1914.

A relação do casal ao longo da matéria é tratada, a partir do depoimento da criada que residia na mesma casa onde o crime ocorreu, disse que os “dois arregavam, mas nada que tivesse causado a separação deles”. Segundo ela, Clidenor saía todas as noites para jogar sem nunca pernoitar e que justamente naquela noite proibiu Antônia de dar seus costumeiros passeios pela cidade. Relatou que na noite anterior ao crime, os patrões conversaram durante muito tempo, em um tom tão baixo que a mesma não conseguiu ouvir nem sequer uma palavra.

Enquanto a vida do casal de acordo o testemunho de Severina parecia tranquila, algo denunciar a certa instabilidade. De acordo com mesmo o periódico, dias antes do ocorrido, Clidenor havia sido detido no posto policial do 1º distrito de São José durante algumas horas, devido uma queixa feita por Toinha ao subdelegado do local.

A notícia finaliza, trazendo informações da supersticiosa personalidade de Toinha, que lhe fazia proceder com o costume de visitar com frequência “sessões de catimbau” na cidade. Sugere que a polícia visite na Rua Estreita do Rosário a casa n. 35, residência de uma italiana que subloca quartos para várias mulheres, onde lá supostamente poder-se-ia encontrar mais elementos sobre Clidenor<sup>117</sup>.

As imagens inseridas no relato, sobre o assassinato de Toinha Bico de Ouro vão muito além da descrição de mais um crime passional na cidade do Recife. Sidney Chalhoub discute a partir do caso de Zé Galego, a participação dos jornais na divulgação de estereótipos do trabalhador em geral. Informa como os periódicos construía imagens embrutecidas e violentas desses trabalhadores. Os conflitos desses personagens são tidos como banais e os relacionamentos amorosos aparecem como um campo de instabilidade, envoltos em cenas de ciúme e violência<sup>118</sup>. Dessa forma, o que está descrito na notícia como: o sangue banhando os corpos; a origem matuta e analfabeta; a cor da vítima semibranca; os estereótipos a cerca da vida das prostitutas; a ideia do que seria um trabalho digno versus a vida reprovável da jogatina e a presença de uma prática religiosa de origem africana, carregam significados. Tudo isso exposto, nos dá pistas de como essas imagens eram estrategicamente mobilizadas pelas elites e de como se experienciava a vida do lado “de lá” da norma.

A questão da origem de Toinha na matéria pode até convergir para considerável índice de migração rural na cidade do Recife entre os anos de 1900 a 1920, já citado no primeiro

---

<sup>117</sup>*Scena de Sangue*. A Província, 24/09/1910.

<sup>118</sup>CHALHOUB, Sidney. Op.Cit.

capítulo. Mas não trata dele especificamente. A matéria parece sugerir mais que uma comprovação da existência de elevado número de migrantes rurais em busca de uma vida melhor na cidade grande. Sugere uma identidade a Toinha, ao tratar que seu falar incorreto denunciava sua origem “matuta e analfabeta”. A identidade matuta se opõe à cidadina. Em alguns dos recortes dos jornais da época podem-se ver correspondências entre o matuto e a ingenuidade. A pouca instrução por sua vez, na ótica dos nobres jornalistas, parece justificar no fim das contas o envolvimento com a vida dissoluta e por fim trágica da ex-prostituta<sup>119</sup>.

Tanto a cor da vítima “semi-branca”, quanto da criada “preta” de nome Severina, presentes na matéria, informavam que valores ligados à cor da pele e a raça ainda eram acionados. Maciel Henrique Carneiro da Silva ao comentar sobre a presença da cor nos registros durante a virada do século XIX para o XX no Recife, afirma que em alguns setores da população a cor funcionava como elemento que explicava e justificava a existência de valores culturais distintos e “racializados”<sup>120</sup>.

Neste caso, acreditamos que descrição da cor da pele, marca a presença da ideia de racialização da sociedade, e que, em alguns casos tenderá a escurecer a cor da pele dos sujeitos a partir seu comportamento e sua classe social. Essa percepção poderia ser regulada por aspectos subjetivos, ante a miscigenação do nosso país<sup>121</sup>. Discutiremos essas relações conjunturais da “cor” ao longo do capítulo. O que agora nos cabe discutir é o quanto as práticas e os lugares frequentados atribuíam aos sujeitos identidades nas páginas dos jornais.

A casa de uma italiana que subloca quartos para mulheres de vida fácil como sendo um lugar onde a polícia encontraria mais informações sobre a vida de Clidenor, localizada na Estreita da do Rosário, nos informa que ele era conhecido naquele estabelecimento não frequentando somente as casas de jogos do bicho e o quanto essas atividades estavam interligadas. Esse dado também denuncia a ocorrência de sublocações de casas e sobrados no

---

<sup>119</sup> Este debate sobre instrução e moralidade tinha suas referências no corolário judiciário. Segundo Evaristo de Moraes, um dos maiores criminalistas brasileiros da virada do século XIX para o XX, a falta de instrução profissional era causa da vagabundagem e criminalidade dos menores masculinos e da prostituição feminina precoce. MORAES, Evaristo de. **Ensaio de Patologia Social**. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1921 ,p.76. apudMAZZIEIRO, João Batista.**Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos** - São Paulo 1870/1920. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1998, vol.18, n.35, pp. 247-285. ISSN 1806-9347.Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000100012>.> Acessado em: 02/06/2012.

<sup>120</sup>SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Op. Cit., p.26. Sobre o debate entre a descrição da cor da pele ver: SANTIAGO, Silvana.**Op. Cit.**,p.7.

<sup>121</sup> CAULFIELD, S. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). São Paulo: Ed. da Unicamp, 2000, p. 281-282.

Recife para a atividade da prostituição, mas também que os espaços de lazer, diversão e sociabilidades poderiam servir como pistas para descrever a índole dos sujeitos.

## 2.2 As casas de (in) cômodo, as ruas do Recife, a prostituição e os homens de farda

A prostituição, embora estivesse sob a mira das autoridades policiais e da elite intelectual da época, não era um crime, mas uma atividade imoral. O Código Penal Federal de 1890 criminalizava nos artigos 277 e 278 a prática de induzir ou promover a prostituição de alguém; levar mulheres ao tráfico da prostituição (...) auferindo lucros diretos ou indiretos da atividade<sup>122</sup>. No entanto, perseguir a prostituição significava perseguir outros delitos como, a sua exploração por terceiros, a vagabundagem, o ultraje público ao pudor<sup>123</sup> e os jogos de azar assim como no caso de Clidenor. As casas de cômodo, pensões e estalagens populares, além de ambientes que abrigavam “gente perigosa”<sup>124</sup>, eram também locais de exercício da prostituição.

Os anúncios de aluguel de casas e quartos nos periódicos eram corriqueiros. Estas casas geralmente localizadas próximas ao centro do Recife,<sup>125</sup> eram uma maneira de famílias, de mulheres viúvas e comerciantes aumentarem suas receitas mensais tanto no arrendamento de cômodos como na venda de comida<sup>126</sup>. Constituíam outra atividade comercial de estrita dependência com a classe trabalhadora heterogênea que circulavam pela cidade e por sua vez a saída para o problema da falta de moradia experienciada por esses trabalhadores nas regiões centrais do Recife<sup>127</sup>.

---

<sup>122</sup> Código Penal de 1890. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=50260> Acessado em:12/07/2014.

<sup>123</sup> SCHETTINI, Cristiana. Op. cit., p. 141.

<sup>124</sup> Referimo-nos a ideia apresentada por Sidney Chalhoub em Cidade Febril no momento de reordenação da cidade do Rio de Janeiro a partir de parâmetros médico-higienista, onde para a elite intelectual as “classes pobres” e “classes perigosas” seriam sinônimas. A pobreza impunha o sujeito à condição de suspeito, logo cria-se a ideia de “suspeição generalizada” que segundo o autor foi base para a ação da polícia desde o início do século XIX e que recaiu principalmente sobre a parcela menos remediada da sociedade. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

<sup>125</sup> As ruas das Trincheiras, Estreita do Rosário, de São Francisco, da Concórdia aparecem com frequência nos jornais pesquisados como A Província, Jornal do Recife e Jornal Pequeno.

<sup>126</sup> A Província, 01/09/1913.

<sup>127</sup> A falta de moradias nas regiões centrais do Recife já era um problema vigente desde o século XIX, devido a progressivo aumento da população composta por migrantes das zonas rurais atraídos, segundo Marcus Carvalho, pela abertura dos portos em 1808 e a Independência bem como pela busca por melhores oportunidades. No século XX, o aumento a população e as reformas nos bairros centrais do Recife, incluindo a Reforma do Porto, que desapropriaram prédios antigos convertidos em casas de cômodo e pardieiros vão ocasionar uma aquecida procura e o suposto aumento dos aluguéis nas regiões próximas. Ver respectivamente: CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** Rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850, Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001, p. 76-77. LUBAMBO, Cátia W. Op. Cit., p.125.

O leque de clientes desta atividade era vasto, e por conta disso tornava-se necessário algumas vezes, na descrição do anúncio, discriminar que o aluguel se destinava a “empregados no comércio”<sup>128</sup> ou explicar que a casa que alugam cômodos pertencia a uma “família de respeito”. Anúncios de rapazes solteiros buscando quartos ou pensões com janelas em casas de “família séria”<sup>129</sup> eram frequentes. Este cuidado não se dava à toa, pois as casas de cômodo, pensões e estalagens abrigavam todos àqueles que pudessem pagar seu pernoite, inclusive prostitutas em seus encontros de trabalho.

Morar no centro do Recife, pra os trabalhadores, significava morar perto do trabalho. As regiões centrais da cidade comportavam variados tipos de negócios e comércios inclusive, o do corpo. Os bairros de Santo Antônio e São José, ao longo de suas ruas abrigavam hotéis, cafés, pensões, tavernas, mercearias, “casas de tolerância” e etc., que compunham o roteiro de diversão e sociabilidade de homens e mulheres dos mais variados perfis aquisitivos<sup>130</sup>.

Em ruas como Trincheiras, Bella, das Aguas Verdes, Estreita do Rosário, do Fogo, Imperador, Duque de Caxias, Imperial, Crespo, da Cruz, de São Francisco, das Hortas, no Pátio do Carmo, Larga do Rosário entre outras<sup>131</sup>, se localizavam casas de cômodo e pensões que lidavam com a prostituição. Diferenciadas dos lupanares mais refinados por conta do preço baixo, e por serem compostas de mulheres pardas, crioulas, semibrancas, mulatas<sup>132</sup> e etc., algumas oriundas do interior como Toinha Bico de Ouro, e de outros estados, essas casas eram frequentemente noticiadas como ambientes disseminadores dos vícios, de doenças, local de desordem e retratadas como ambientes insalubres e ameaçadores. O moleque Ricardo, de José Lins do Rego, ao se referir sobre as mulheres da Estreita do Rosário dizia que: “pediam dinheiro e coragem” ao saber das histórias de marinheiros e soldados brigando com navalhas a cortar barrigas nessa rua<sup>133</sup>.

---

<sup>128</sup> A Província, 01/09/1913.

<sup>129</sup> A Província, 01/05/1913.

<sup>130</sup> Sylvia Couceiro fala das áreas mais refinadas localizadas na rua General Abreu e Lima e rua das Flores, composta de uma freguesia formada por fazendeiros, comerciantes funcionários públicos, e profissionais liberais, onde tais proventos poderia pagar pelos serviços de “polacas” de francesas. Op. Cit.,p.103.

<sup>131</sup> Essas ruas apareceram de forma recorrente em nossa amostragem nos jornais, A província, Jornal do Recife e O Besouro.

<sup>132</sup> Algumas das notícias de agressão e brigas nessas ruas davam conta de indicar a cor das mulheres de vida fácil sendo comum expressões como “parda” e “crioula”.

<sup>133</sup> O romance O moleque Ricardo, de José Lins do Rego, é uma obra de 1935, que trata da vida dos trabalhadores urbanos, alguns deles oriundos do interior do estado que no intento de conseguir melhores condições de vida, migram para a cidade do Recife. A história que matiza algumas nuances das lutas e mobilizações desses trabalhadores, também dá conta das características da cidade do início o século XX e lugares de sociabilidade. REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961, p.55.

As prostitutas faziam sua clientela tanto nas janelas de casas de cômodo, de forma avulsa em encontros casuais alugando quartos por hora ou pernoite, como também agenciadas por terceiros chamados nos periódicos de “cáfens” ou “lenocidas” com os quais dividiam o lucro de sua jornada de trabalho. Estes com os quais, as meretrizes dividiam o lucro de sua jornada de trabalho, eram caracterizados como exploradores e tinham a função de recrutar na cidade e no interior novas meretrizes<sup>134</sup>. Muitas das casas de tolerância eram chefiadas por meretrizes mais velhas que conseguiram juntar dinheiro em sua atividade. Essas mulheres faziam proveito das calamidades da vida de meninas e moças afligidas pela pobreza, pelo abandono das famílias, ou pelo abuso sexual oferecendo-lhes casa e comida, em troca do poder de mercadejar seus corpos como a denúncia do jornal *A Província* faz sobre existir na travessa dos Expostos:

(...) uma casa de tolerância, de uma mulher de vida fácil chamada Izaura, cafetina perigosa e repugnante” que tudo *envida* para atirar à prostituição moças novas e dignas de serem exploradas não somente pela beleza mas pela pouca idade como atualmente está acontecendo com duas belas jovens filhas de um viúva bastante conhecida nesta cidade que tiveram a infelicidade de serem seduzidas por essa indigna cafetina, que hoje mercadeja com as mesmas sem para isso ter punição do seu crime<sup>135</sup>.

O crime de lenocínio em nossa amostragem documental não era registrado tão rotineiramente como os de agressão, defloramento, ultraje público, vadiagem e etc, mas suas poucas aparições nos jornais traziam na ideia o envolvimento de estrangeiros com a prática de rapto e exploração de mulheres, como o caso da prisão de Meyer Sak na frente de um hotel na rua das Flores em 19 de março de 1914, que segundo a notícia “ há muito anos explorara pela América do Sul mulheres de vida fácil” sendo por estes crimes “ processado pela polícia londrina”<sup>136</sup>.

Outro estrangeiro preso sob a acusação do mesmo crime, o italiano José Zimardi ou “Gimarchi”, teve que se explicar quanto a sua real atividade no Brasil, depois de uma denúncia feita no jornal Diário de Pernambuco sob o título de *Prostituição Forçada* no dia 14 de dezembro de 1901. O italiano fora acusado por Rosinda Jesus de Oliveira<sup>137</sup> de deflorá-la e prostituí-la. Zimardi ficou preso por cinco dias e após ser solto escreveu numa carta resposta

---

<sup>134</sup> NASCIMENTO Alcileide Cabral do; LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. **Liberdade, transgressão e trabalho:** cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1870-1914) IN: Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 5, n. 1, jan-jul., 201, p.114.

<sup>135</sup> A Província, 27/03/1910.

<sup>136</sup> *Prisão de um “caften”*. A Província, 19/03/1914.

<sup>137</sup> Rosinda de Oliveira era de nacionalidade portuguesa, é o que diz uma outra notícia do Jornal do Recife, **Espancamento**. 10/07/1902. Quando Zimardi é preso novamente por agredí-la.

veiculada pelo A Província, afirmando que seu envolvimento com Rosinda nada tinha haver com sua atividade de mulher pública. Conhecera tal mulher no Pará, já exercendo a referida profissão, em cuja qual já havia sido agredida “com dois golpes de compassos nas costas”. Depois de dois anos vivendo “martírios” ao lado dela, o italiano resolveu ir para Pernambuco sozinho, embarcando por coincidência, uma vez que não a via a mais de um mês, no mesmo paquete que Rosinda. Ao desembarcar no Recife, ela teria pedido em lágrimas para Zimardi aceitá-la de volta. No entanto, após três meses alojada no Hotel Estrela do Norte em sua companhia, “cedendo aos seus instintos resolveu ir para 2º andar nº 52 na rua da Cruz” onde voltara a exercer a antiga profissão”. Zimardi finaliza sua carta defesa dizendo ser “mercador ambulante de fazendas” possuidor de “diversos documentos” que comprovariam sua “honorabilidade<sup>138</sup>”.

Apesar de toda sua alegação, Zimardi aparecerá mais algumas vezes no noticiário entre os anos 1901 e 1902, envolvido em confusões ligadas ao álcool, desordens em cafés e hotéis, e à violência contra meretrizes. Sua assiduidade às delegacias se dava por motivos geralmente ligados a violência contra mulheres públicas<sup>139</sup>. Numa de suas encrencas foi solto sob a condição de “embarcar” no dia seguinte, condição esta que apelou dizendo novamente se tratar de um comerciante “ambulante de fazendas” e morador do Hotel Estrela do Norte.<sup>140</sup> Zimardi e Rosilda são exemplos do quão multifacetada era a experiência da prostituição. Rosilda de fato deve ter chorado para embarcar com seu ex-companheiro, talvez quisesse voltar a ser agenciada por ele por não ter tido sorte em se virar sozinha. E diante das duras negociações feitas entre prostitutas e lenocidas, não é exagero dizer que tenha voltado para Zimardi por que talvez não tivesse tido sorte com outro agenciador.

A estratégia do embarque forçado de imigrantes desordeiros destinava-se também a expulsão de cafténs colaboradores da degeneração dos costumes morais. Em 1900, no Jornal do Recife uma matéria enaltecia as ações de combate ao lenocínio realizadas na capital federal – dentre elas as constantes deportações– e admoestava que elas fossem empreendidas com mesmo afinco em Recife, “onde estes miseráveis que exploram *depudorosamente* mulheres pobres, a custa de cuja prostituição eles passam uma vida ociosa, em *regabafones* contínuos”<sup>141</sup>. A presença do estrangeiro não se ataviou apenas ao embraquecimento da raça nacional. Neste momento às imagens do rapto, do tráfico, do lenocínio e do não trabalho, trarão suspeição a sujeitos de outras nacionalidades. Cristina Schettini analisa a mobilização

---

<sup>138</sup> A Província, 17/12/1901.

<sup>139</sup> A Província 21/12/1901

<sup>140</sup> A Província, 16/07/1902.

<sup>141</sup> Jornal do Recife, 23/08/1900.

dessas imagens aos estrangeiros como uma forma política de controlar as classes trabalhadoras heterogêneas, composta também por uma parcela de imigrantes. Esta mobilização feita, sobretudo nos jornais, tratava de ataviar valores como a modernidade, civilidade, a disciplina policial e das classes trabalhadoras à República, e o oposto disto ao recente passado monárquico do país<sup>142</sup>.

Dessa forma, torna-se mais fácil entender como imagens a cerca da prostituição eram agenciadas junto as palavras “exploração” e “escravatura branca”<sup>143</sup>. O atraso do período monárquico, do passado colonial escravista era mobilizado como forma de demonstrar o retrocesso que tais práticas significavam para o país.

Contudo, sabemos que no Recife a promoção da prostituição não era somente realizada, por estrangeiros. Em algumas passagens dos jornais, tanto homens e mulheres brasileiros eram donos de casas de cômodos e pensões estando também na mira das autoridades policiais. Como foi o caso de Marcelina da Silva Soares de Britto, “uma parda de 55 anos de idade, residente a rua do Forte, que alugava ali aposentos para entrevistas amorosas”. Sendo denunciado o seu comércio, a mulher Marcellina teve que dar explicações ao delegado do 1º Distrito da Capital Dr. Barros Rego que depois de interroga-la admoestou-a a mudar de vida, pelo que tendo o desobedecido tempos depois, fora recolhida a casa de Detenção<sup>144</sup>.

Outros estabelecimentos como os de Marcellina virão a lume nos noticiários como locais de brigas e violência. Este é o caso do primeiro andar do prédio nº 21 na rua do Imperador, onde residiam mulheres de vida fácil<sup>145</sup>. A uma hora da manhã, achavam-se diversos de rapazes tomando cerveja neste local, inclusive Antônio Ramos de Araújo conhecido por Tonhé, quando o mesmo foi surpreendido por Manoel Alexandre, dono de um açougue na rua Estreita do Rosário, que empunhava uma arma tentando naquela ocasião detona-la contra ele. O pânico se estabeleceu e a polícia local foi chamada. “A dona da dita casa Anna de Tal saiu da contenda ligeiramente ferida no braço esquerdo”. O turbulento fugiu indo refugiar-se num prédio contíguo residência da meretriz conhecida por Julia Peixe boi, sendo encontrado no quarto de uma mulher de alcunha Maria Italiana. “Esta, assim como o desordeiro foram conduzidos para o quartel de Santo Antônio, e depois de lavrado o termo de flagrância, deram entrada na casa de Detenção”.

---

<sup>142</sup>Schettini, Cristiana. Op. Cit. P. 113 -117.

<sup>143</sup>*Escravidão Branca em Recife*: a profissão dos castens. A Província, 03/04/1917.

<sup>144</sup>*Lenocina*. Jornal de Recife, 16/01/1900 e A Província 16/01/1900.

<sup>145</sup> A Província, 08/04/1913.

Apesar de não sabermos qual o real motivo da contenda entre Tonh e e o dono do açougue Manoel Alexandre, esta passagem apresenta alguns aspectos do cotidiano desses espaços: a bebida vendida era servida muitas vezes pela dona da casa de meretrício; a clientela formada de rapazes que se divertiam com mulheres e bebidas em plena madrugada; as rixas pessoais muitas vezes eram ali resolvidas; a presença da polícia para resolver os conflitos; e estabelecimentos de prostitui o funcionando lado a lado como um comércio, denotando haver ali uma freguesia avolumada.

Outro aspecto importante   a rela o que estes homens estabelecem com algumas dessas mulheres e as indetermina es da aplica o da lei, não pela incompetência mas por diversos fatores tais como baixo efetivo de praças de polícia para fiscalizar tais estabelecimentos. Maria Italiana, foi presa por ter escondido Manoel Alexandre em seu quarto. Se não fora obrigada a fazer isso sob alguma ameaça, esta atitude demonstra que havia alguma rela o entre ela e o fugitivo por mais corriqueira e ef mera que pudesse ser ter sido.

Quanto   aplicabilidade da lei, não era novidade a regulamentac o dos espaços e dos horários de diversão por parte das autoridades judiciais e policiais da época. As posturas municipais do século XIX, já previam horários de circula o de indivíduos nas locais públicos, bem com o funcionamento de estabelecimentos comerciais e de diversão<sup>146</sup>. No século XX, as campanhas levando em conta o cumprimento da legisla o municipal se farão perceber a cada nova mudança de Chefe de Polícia na sua promessa de exterminar os vícios da cidade<sup>147</sup>.

A contenda ocorreu na madrugada,   uma hora da manhã e tanto Anna de Tal quanto Julia Peixe<sup>148</sup> boi, donas de casa de meretrício na rua do Imperador, após a presença da polícia, não foram conduzidas a delegacia por crime de lenocínio. O que sugere que atua o da polícia a respeito da prostitui o e o lenocínio não pode ser explicada de forma simplista. Segundo Sylvia Couceiro, ao se referir às autoridades que operacionalizam a atua o policial diz que “a atua o policial oscilava entre verdadeiras campanhas repressoras e moralizadoras

---

<sup>146</sup> Segundo a Postura Municipal de 1873 todos os estabelecimentos de negócios, tabernas casas de bebida do Recife eram proibidas de permanecerem abertas depois das 9 horas da noite. APEJE, **Leis Provinciais de Pernambuco**, Lei n  1129, de 26 de junho de 1873, art.187.

<sup>147</sup>Um exemplo disso foi Souza Leão, Chefe de Polícia que fez fama em 1926, por empreender uma campanha enérgica de cumprimento às leis municipais relacionadas   prostitui o, ao funcionamento de casas de jogos do bicho, rinhadas de briga de galo e demais diversões populares. COUCEIRO, Sylvia Costa. Op. Cit., 2003, p 257.

<sup>148</sup>Num outro registro que temos de Julia Peixe Boi, este agora no Jornal do Recife, quase 12 anos depois do fato narrado acima, seu nome aparece como Julia de Souza, dona de uma pensão onde uma prostituta teria tentado suicídio sob o efeito da cocaína. O notícia intitula a “pensão da Julia” de casa de “mercadejamento de carne humana”, “alcouce” e “cortiço”, localizada na rua do Sol. *Os que fogem a vida*. Jornal do Recife, 15/05/1925

e momentos em que as autoridades fechavam os olhos às atividades das meretrizes e donas de bordel, num jogo que reproduzia a representação ambígua que se tinha desse ramo de negócio”<sup>149</sup>. Torna-se, entretanto, necessário perceber esses personagens como sujeitos que se relacionam no cotidiano. Não somente numa teia de poder exposto no binômio *policiais e policiados*<sup>150</sup>, que permitissem ações ora enérgicas ora passivas, como um fechar de olhos. Essas acomodações podiam ser motivadas por relações de proteção, de compadrios e até mesmo pelo poder de sedução que elas mulheres exerciam<sup>151</sup>. Chamar a polícia para solucionar conflitos entre prostitutas e clientes, dentro de uma casa de prostituição, era mais corriqueiro do que se podia imaginar. É necessário contudo, relativizarmos a ideia de repressão visto que outras negociações estavam em jogo para policiais e trabalhadores da noite, por exemplo.

Na rua das Águas Verdes, João Gomes de Oliveira conversava amistosamente com diversas “mulheres de vida fácil” que residiam na casa de nº 100, quando uma delas dirigiu-lhe um gracejo que lhe pareceu insultuoso. Neste momento ele sacou um punhal tentando ferir a mulher sendo impedido por suas companheiras. A polícia foi chamada comparecendo ali o major Christovão Breckenfeld, subdelegado do distrito, que prendeu o “visitante desabusado”, fazendo-o recolher à casa de Detenção<sup>152</sup>.

A presença do subdelegado que atende ao chamado de socorro e prende o visitante que passou dos limites, não parece informar que essas mulheres eram alijadas da proteção policial, nem tampouco que elas os viam apenas como agentes de repressão ou inquisidores da justiça na campanha moralizadora de caça as prostitutas. Em um dos mais completos estudos sobre a polícia carioca, Marcos Luiz Bretas analisa que a relação com entre policiais e “a prostituição era tão íntimo – em muitos sentidos – e constante que não podia ser meramente repressivo”<sup>153</sup>.

---

<sup>149</sup> COUCEIRO, Sylvania Costa. Op. Cit., p.132.

<sup>150</sup> Uma questão importante sobre o equívoco em perceber atuação da polícia e as forças armadas com agente repressor e braço eficaz do Estado perita em conter as ações ilegais como por exemplo a capoeira, os jogos de azar, e localiza-la como bloco antagônico, está na discussão empreendida por Israel Souza, quando trata de questionar a campanha de extermínio da capoeira no Recife dos primeiros republicanos. OZANAM, Israel. Brabos ou capoeiras? Repensando a repressão republicana no Recife. Revista Tempo Histórico, v. 2, p. 01-17, 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistatempohistorico/index.php/revista/article/view/15>> Acessado em 12/03/2014.

<sup>151</sup> COUCEIRO, Sylvania Costa. Op. Cit., p 146.

<sup>152</sup> A Província 04/07/1911.

<sup>153</sup> BRETAS, Marcus Luiz. **Ordem na Cidade**: O exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Ed. Rocco - Rio de Janeiro, 1997, p.199.

A notícia sobre agressão de uma mulher, chamada de “vida fácil”, residente a rua Imperial de nº 344, exibe um pouco do quanto relação com os policiais e as autoridades policiais era dinâmica e indeterminada:

A mulher de vida fácil Esther de Oliveira apresentou ontem queixa ao Dr. chefe de polícia contra o indivíduo João Rufino Lobo, vigia das obras que se estão procedendo em uma casa naquela rua, de propriedade do Sr. Antônio Vieira de Lima. Disse a queixosa que, estando ontem pela manhã, à porta de sua casa, foi inesperadamente agredida com palavras injuriosas pelo referido indivíduo, que ainda tentou espanca-la não o fazendo devido a intervenção de terceiros. O Dr. chefe de polícia mandou prender o agressor, em cujo poder foi encontrada uma pistola Manser<sup>154</sup>.

O caso de Esther além de mostrar que valores relativos à moralidade estigmas e normas eram mobilizados por essas mulheres, seja como forma vingar-se de um cliente mal pagador, seja pelo direito de não se permitir injuriar, mostra-nos também que o ato de ir queixar-se diretamente ao chefe de polícia<sup>155</sup> era tão possível quanto comum. A relação que estas mulheres estabeleciam com o polícia, não pode anular a relação que estabeleciam com os policiais. Muitos desses homens mantinham algum contato com prostitutas e trabalhadoras em geral.

A atuação dos policiais não se dava apenas em arbitrar discussões entre prostitutas e clientes. O envolvimento de praças do corpo urbano e outros homens de farda com prostitutas fazia parte do cotidiano das ruas do Recife nas primeiras décadas republicanas. Como quando em 1911, num bonde com destino a Madalena subiram, na esquina da Quinze de Novembro, “os primeiros sargentos José Severino e Telemaco de tal e o cabo Peixoto do 1º Batalhão além de três mulheres de vida fácil entre elas Francisca de tal conhecida como *Chiquinha carnaval*”, pronunciando ali obscenidades entre eles, “portando-se inconvenientemente deixando revoltados os demais passageiros”<sup>156</sup>.

De acordo com Cristiana Schettini, “a convivência desses homens com as prostitutas (...) permitia a explicitação de uma determinada masculinidade que informava suas identidades como militares, envolvendo a exibição pública de valentia e transgressões disciplinares”<sup>157</sup>. Em 08 de abril de 1900, o sargento de polícia “Alfredo de Tal do 1º corpo de policia” se já afamava desordeiro de farda, quando à uma hora da manha na rua de São Francisco, acompanhado de outros praças, tentou entrar na casa de uma “mulher pública” que

<sup>154</sup> A Província 11/03/1915.

<sup>155</sup> O chefe de polícia no governo de Emídio Dantas Barreto nesta ocasião era Maurício Wanderley.

<sup>156</sup> A Província 21/01/1911.

<sup>157</sup> SCHETTINI, Cristiana. Op. Cit., p.45.

ao se recusar recebê-lo, teve destruídas as portas de janelas de sua casa. No mesmo jornal em outra secção, uma denúncia feita na redação, por Antônio Leal, Henrique Tavares de Mello e João Gomes, informava que ao voltarem de “um carrossel acompanhados de uma mulher, foram agredidos” pelo referido sargento Alfredo de Tal no dia anterior, acompanhado de “duas praças do 14º batalhão de infantaria, armados de sabre e de um punhal, tentando apoderar-se da referida mulher”<sup>158</sup>.

Outras passagens vão tratar do mau comportamento de policiais, soldados, bombeiros, sargentos do Exército, guardas municipais, marinheiros entre outros nas ruas da cidade, nos cafés e tavernas, encenando contendas versadas como violência e indisciplina. A que envolveu um soldado<sup>159</sup> de polícia do corpo urbano e um soldado do exército, as doze e meia da tarde na mercearia Cunha & Soares<sup>160</sup> na rua de São Francisco, nº 70 exemplifica isso. O soldado de polícia André Guilherme da Silva quando retornava da chefatura da subdelegacia de Santo Antônio onde prestava serviço “entrou no aludido estabelecimento para tomar um cálice de aguardente e retirou-se para um reservado”. Pouco tempo depois o “cabo do 40º Batalhão de infantaria Luiz Bezerra da Silva acompanhado de dois soldados do mesmo corpo” chegaram ao mesmo sitio. André ao retirar-se pediu em “tom amistoso e delicado licença ao cabo que o agrediu bruscamente”, tirando-lhe o sabre. Foi então travada a luta entre os dois que percorreu toda a mercearia espalhando sangue pelo local, resultando em ferimentos graves para ambos, que foram recolhidos ao Hospital Pedro II. Compareceu ao lugar do ocorrido o superior do dia na guarnição, o capitão Joaquim Villar Barreto Coutinho e uma força do 40º batalhão de infantaria<sup>161</sup>.

O jornalista dá seu ponto de vista acerca do sucedido logo no início da matéria, ao dizer que os conflitos entre soldados de polícia e soldado do exército se reproduziam “revivendo rivalidades descabidas e injustificáveis”. A existência dessas rivalidades entre as corporações é uma possibilidade que este documento (e outros)<sup>162</sup> apontam, tal hipótese seria consistente com o que Cristiana Schettini encontrou no Rio de Janeiro no início do século

---

<sup>158</sup> A Província 08/04/1900.

<sup>159</sup> A mesma noticia no Jornal A Província informa André Guilherme como cabo e não como soldado.

<sup>160</sup> Também aparece como taverna em outras passagens de jornais.

<sup>161</sup> *Conflito entre praças*. Jornal do Recife, 11/05/1900.

<sup>162</sup> Sobre os variados conflitos entre soldados de linha e a polícia na cidade. O jornalista aponta como uma rivalidade e de velhos ódios e convoca a todos pensarem como brasileiros em fraternidade. **Em prol da ordem**. Jornal do Recife, 12/05/1900.

XX<sup>163</sup>, mas não localizamos documentação suficiente para dar apoio a essa hipótese, e nem encontramos bibliografia que lhe dê suporte.

### **2.3 Bailes públicos e os espaços de sociabilidades de homens e mulheres**

A divulgação de notícias e de denúncias de moradores de forma exaustiva nos periódicos não traduz somente a preocupação que as autoridades tinham, nem tampouco a falta de pulso dos políticos locais e da polícia com tais acontecimentos. Estas passagens jornalísticas, produzidas aos cântaros, nos informam um esforço em atribuir identidades aos que se interligavam a prostituição, ao jogo, a vadiagem e etc., e do próprio comportamento dos policiais e seu cotidiano. Outro esforço se referia em descrever os espaços de diversão e lazer frequentados por gente menos remediada, como ambientes de suspeição e perigo.

Nos bailes públicos, clubes, cafés, maxixes, sambas de São José e Santo Antônio os atores da classe trabalhadora se divertiam, bebiam, dançavam e se relacionavam. Havia também os quiosques, as tavernas, quitandas e mercearias onde os empregados do comércio, os ambulantes, estivadores, policiais, prostitutas, podiam parar seu trabalho para encontrar um conhecido e trocar uma conversa rápida, ou até mesmo tomar refresco ou aguardente como fez o policial André Guilherme. O tempo de lazer e de trabalho se confundia para aqueles que exerciam seu trabalho nas ruas<sup>164</sup>. Mas era também nesses locais que se originavam e eclodiam muitos dos crimes e desavenças noticiados. As trocas de ofensas, ciúmes, a ação do álcool, rixas pessoais, rivalidades de nacionalidade e etc., eram fatores que contribuía para desencadear um conflito. Dessa forma ao longo das primeiras décadas do século XX, serão comuns incursões policiais a divertimos no intuito de fechá-los. O caso no lugar da Macaxeira, em que diversos indivíduos se divertiam num samba por volta de uma hora da manhã, é um exemplo. Quando o sargento de polícia José Dionísio Correa juntamente com três praças mandou fechar o local em nome do subdelegado do distrito, “os sambistas não quiseram atender a ordem travando-se luta”. O conflito resultou na morte de Manoel Marianno da Silva conhecido como Manoel Rouxinho, que era dono “de um estabulo à rua Treze de maio, de várias carroças de bois e trabalhava para as casas Amorim & Irmãos”, houve também ferimentos nos praças de polícia e no sargento José Dioniso, bem como a

---

<sup>163</sup> Cristiane Schettini debate as tensões existentes entre as diferentes corporações, originadas pelo processo de formação de autoridades nas ruas até, a presença de outros homens fardados nos mesmo lugares, como marinheiros, soldados do Exército, bem como a explicitação de uma masculinidade perante as prostitutas. Op. Cit., p.29-45.

<sup>164</sup> COUCEIRO, Sylvia. Op.Cit., p.266.

prisão dos que tomaram parte do divertimento entre eles Manoel Francisco Alves, o capitão Teotônio Costa e as praças Carlos Lopes e Bellamino Gomes como condutores<sup>165</sup>.

A presença de prostitutas nesses referidos locais propiciava “a afirmação de um vínculo de uma certa identificação masculina”<sup>166</sup>. Isto porque, nesses espaços de sociabilidade se construía e se compartilhavam identidades sociais das mais diversas. Homens fardados buscavam reforçar sua autoridade nas ruas frente às prostitutas e seus conflitos envolvendo outros homens; caixeiros, carroceiros, jogadores, vendedores ambulantes, empregados do comércio, também faziam do momento de diversão na presença de prostitutas um lugar de exibição de um tipo de masculinidade ligada à ousadia, valentia e humor<sup>167</sup>.

No *Jornal do Recife*, uma nota chamava a atenção da policia para uma “rapaziada divertida, alegre e arreliada”, que nos sábados a noite tomava o bonde no arrabalde da Madalena para “pintar o padre”. Estes seguiam a fazer canções brejeiras, intercaladas com frases obscenas, dando pancadas secas nas costelas do próximo, “e não raras às vezes a bicuda rutila a luz mortiça do farol do bonde resultando disto distúrbios e ferimentos, dois quais quase sempre são causas das rivalidades pela posse de mulheres sacudidas que também vão na pandega”<sup>168</sup>. Segundo Cristiane Schettini, “as prostitutas jogavam um papel fundamental na organização das hierarquias e identidades entre eles”<sup>169</sup>.

A morte de um português proprietário sócio da mercearia Cunha & Soares em 1901, tem muito a nos dizer sobre essas hierarquias e identidades bem como as possíveis rivalidades entre trabalhadores e patrões em espaços de sociabilidade. Num baile público na Camboa do Carmo, nº 28 no primeiro andar de um prédio, achava-se o português Francisco da Costa Soares, coproprietário da mercearia Cunha & Soares. Encontrando, dentre as “mulheres de vida fácil” que ali estavam com a de nome Laura Passos, sua velha conhecida, dirigiu-lhe “graçolas”. Ao sair Soares do baile por volta da meia noite, e logo em seguida Laura que estava acompanhada de Abdom Mendes de Azevedo, desentendeu-se com o acompanhante travando uma com ele, que começou na escada e que foi terminar na rua do referido prédio. Abdom apunhalou Soares, que caiu morto a poucos passos dali. Ainda no baile antes do crime, Abdom já tinha se desentendido com o copeiro da Pensão Siqueira, chamado João de

---

<sup>165</sup> A Província, 08/01/1905.

<sup>166</sup> SCHETTINI, Cristiana, Op. Cit., p. 51

<sup>167</sup> Ibidem, Op. Cit., p. 51

<sup>168</sup> *Com a policia*. Jornal de Recife, 12/10/1900.

<sup>169</sup> SCHETTINI, Op.Cit., p. 51

tal “o qual pretendia dançar com Laura” não havendo briga por intervenção de Luiz Clarindo, o talhador. Com chegada do subdelegado do distrito de Santo Antônio ao local do crime, o sócio de Soares, Manoel Cunha recolhera dos bolsos do morto, 24 réis, relógio, botões e correntes de ouro, um maço de cigarros e uma faca embainhada em seu colete. Foi João Temerario e Alexandrina Maria Rodrigues, dona da casa onde residia Laura Passos que informaram ter sido Abdom o assassino. Ciente disto, a autoridade dirigiu-se a citada casa de Laura no beco do Peixe Frito, interrogando-a e a sua companheira Alexandrina, pelo que Laura ainda com as vestes do baile, negando tudo, resolveu confessar o fato acima narrado. Seguiram os policiais então à rua de São Miguel, em Afogados, pondo em cerco a casa dos pais de Abdom, que não foi encontrado. Segundo o pai do foragido momentos antes da força chegar ele havia montado em um cavalo dizendo ir se refugiar-se em um engenho em Tracunhaém, partiu a galope. Ao final da matéria, o jornal denuncia que este não fora seu primeiro crime:

a 28 de maio do ano passado próximo, na rua das Hortas feriu com uma facada o cabo do 40º batalhão Umbelino Teixeira de Farias, pelo que estava pronunciado, afiançado. Antes ferira uma mulher. Já por duas vezes tentara matar o próprio pai uma em Afogados e outra no Hotel Refeições Guarany, á rua larga Estreita do Rosário<sup>170</sup>.

Neste caso, muitos aspectos podem ser ressaltados como, por exemplo, o perfil dos trabalhadores que participavam destes divertimentos. Talhadores, copeiros, prostitutas entre outros, diferentes grupos de trabalhadores frequentavam estes bailes, e talvez por este motivo o jornalista solicite no início da matéria a providencia da polícia em fechar maxixes, bailes públicos, “antros de gente mal reputada ou pouco escrupulosa, onde as cenas de pugilato reproduzem-se quase sempre que diariamente”.

Eram nesses espaços que os personagens “mal reputados”, à ótica do jornalista, construía suas conexões e sociabilidades. Que por sua vez eram marcadas pela presença da exposição de um tipo de masculinidade e de hierarquização social. Queremos dizer que, nos espaços de diversão de trabalhadores, rixas e conflitos ligados a clivagens de nacionalidade, cor, e gênero e classe eram acionadas. Segundo Maciel Carneiro, “no Recife, particularmente, a nacionalidade era um elemento constituinte das tensões sociais em praticamente todo o século XIX, sobretudo envolvendo homens portugueses, mulheres negras e mestiças”<sup>171</sup>. Sobre Francisco Soares o jornal informava apenas, que era um português de 25 anos, sócio de

---

<sup>170</sup> A Província, 05/03/1901.

<sup>171</sup>SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Op. Cit., p.27.

uma mercearia no bairro de Santo Antônio. Sua profissão de merceeiro apesar de não garantir-lhe prestígio frente aos grandes comerciantes da cidade, era melhor remediada se comparada àqueles que frequentavam o baile público na Camboa do Carmo e seu estabelecimento na rua de São Francisco<sup>172</sup>.

Porém quanto aos portugueses, as imagens que fomentavam clivagens nacionalistas durante o século XIX no Recife, sustentadas pelo antilusitanismo<sup>173</sup>, pela concorrência entre nacionais e estrangeiros (pequenos comerciantes) pelo comércio da cidade, bem como pela disputa por empregos no mercado de trabalho<sup>174</sup>, poderão ser ainda mais complexas. Sidney Chalhoub, em seu estudo sobre o Rio de Janeiro, analisa que as rivalidades entre portugueses e trabalhadores nacionais estudadas por outros autores não davam conta de milhares de indivíduos - “ambulantes, vendedores do bicho, mendigos, biscateiros”<sup>175</sup> - que estavam fora da disputa de um tipo específico de “mercado” de trabalho em transição. Fazendo concluir que as motivações dessa rivalidade não estariam somente inscritas em traços continuístas, nem tampouco na memória internalizada pelos trabalhadores de uma raiz portuguesa exploradora do Brasil, mas que eram “reativadas e até reelaboradas pela classe trabalhadora”. Abdom já se afamava desordeiro quando matou Soares, seu conflito com o comerciante não parece ter começado em uma disputa por postos de trabalho, mas provavelmente por ciúmes de Laura, sua companhia naquela noite. Laura Passos era uma prostituta bastante conhecida por sua beleza. Era o que fazia supor o humorístico jornal *O Besouro*, destinado ao um heterogêneo público masculino, que realizava periodicamente através dos votos de leitores o concurso da mais bonita “estrela”<sup>176</sup> do Recife, e neles Laura era quase sempre eleita a segunda mais bonita<sup>177</sup>.

Em outra passagem do referido jornal, numa espécie de brincadeira que fazia referência ao corpo de polícia era divulgado uma listagem de prostitutas da cidade que

---

<sup>172</sup> Em nossa série documental pudemos perceber que muitos dos casos de brigas envolvendo policiais e marinheiros e brigas entre homens do comércio e outros envolvendo prostitutas aconteceram na Mercearia Cunha & Soares.

<sup>173</sup> Sobre este debate e o processo de nacionalização do comércio e participação dos portugueses, neste processo durante a segunda metade do século XIX em Pernambuco ver: CAMARA. Bruno Dornelas. **O “retalho” do comércio**: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870. Tese (Doutorado), UFPE, 2012.

<sup>174</sup> CAMARA, Bruno Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial**: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira, (Dissertação) Mestrado, UFPE, 2005.

<sup>175</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p. 37.

<sup>176</sup> Estrela era o nome dado às prostitutas. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco. Recife: Imprensa Universitária, 1966. v.7, p.74.

<sup>177</sup> O Besouro, 05/11/1902

poderiam compor o *Batalhão das Camélias que tem que guarnecer o Lazereto dos Coiós*<sup>178</sup>, entre os postos de comandante à soldadas rasas, Laura ocuparia o de *Tenenta* junto com Alice *Botão de Ouro*<sup>179</sup>. A beleza Laura talvez tivesse causado muitos ciúmes em Abdon naquela noite, no entanto, ela não justificaria a tamanha valentia do assassino, nem informa por quais motivos homens da classe trabalhadora brigavam e matavam seus pares em locais de diversão. Afirmar que Abdon era apenas um desordeiro incorrigível também não nos permite ir muito longe da perspectiva dos jornalistas da época.

Esses espaços de diversão poderiam contribuir para a construção de identidades e sociabilidades bem como a definição de hierarquias sociais de homens e mulheres da classe trabalhadora. No caso de Abdom uma determinada masculinidade dotada de valentia, poderia fazer-se explicitar nos conflitos em bailes, maxixes, e pastoris em que esteve envolvido. Soares por sua vez, tenha agenciado outro tipo de masculinidade ao soltar gracejos a Laura Passos, e no fim das contas, tanto ele quanto o seu assassino acreditavam mobilizar naquele lugar a identidade de “*ser homem*”. Novamente Sidney Chalhoub, referindo-se a afirmação masculina, que pode ser nesse caso ser verificado como uma forma de masculinidade, afirma que este “é um corpo de valores que induzem os nossos personagens à ação. O homem despossuído constrói sua identidade social a partir do que faz e não, obviamente a partir do que tem, pois por definição ele nada ou pouco possui”<sup>180</sup>. Talvez fosse esse o caso de Abdom, não somente em relação à Soares, por ver nele um rival de condições econômicas remediadas, mas principalmente quando agride no começo do baile ao copeiro João de tal por motivos de ciúmes. Agir para Abdom talvez representasse sua identidade social enquanto homem, diante de Laura e sua hierarquia social diante de outros homens, que podiam compartilhar os mesmos valores. Laura inclusive após esse crime continuaria a estar em companhia de Abdom<sup>181</sup>, o que poderia indicar que para ela esse modelo de masculinidade não era desagradável e talvez fosse até desejável.

---

<sup>178</sup> Coiós eram chamados aqueles que casais que exageravam em seu namoro causando escândalos. NASCIMENTO, Luiz do. Op. Cit., p. 74.

<sup>179</sup> O Besouro, 09/05/1902.

<sup>180</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p.223.

<sup>181</sup> Também encontramos outros crimes e conflitos em que esteve envolvido Abdom Mendes em um deles ele teria assassinado seu companheiro de pandega quando voltavam de um pastoril. Na presença de Laura Passos e Argentina de tal. A Província em 07/10/1902.

## 2.4 Outras imagens e semelhanças: noticiando “gente bárbara”.

As imagens agenciadas para tratar de mulheres que experienciavam outros modos de vida que não os de casamento formal, trabalho, moradia higiênica entre outros elementos de normatização, estavam relacionadas quase sempre a ideia de suspeição. A respeito dessa suspeição, mobilizada pelos noticiários, podemos dizer que serviam para descrever homens e mulheres pobres como um grupo homogêneo, dados a violência, à imoralidade, à desorganização entre outras faces negativas. O caso de uma mãe presa sob acusação da morte de sua filha, pode nos mostrar como determinados comportamentos punham em suspeição homens e mulheres de realidade material modesta. Amélia Maria da Conceição, moradora da rua do Chamego foi solta no dia 05 de abril de 1911, um dia depois da morte de sua filha Noemia, de quatro meses<sup>182</sup>, após o resultado do “exame médico legal procedido no cadáver” apontar a causa da morte da menor ter sido uma varíola em erupção. Amélia, que segundo outro jornal era “amasiada”<sup>183</sup> com João Boa Ventura de Assis, era também “dada o vício da embriaguez”, fato que colaborou para os boatos espalhados entre os seus vizinhos que houvesse estrangulado a criança, ou simplesmente ébria deitado em cima da menor enquanto esta dormia ao seu lado.

João Boaventura de Assis, que pela manhã foi solicitar na delegacia uma guia afim de sepultar sua filhinha, encontrou o delegado ciente dos boatos dos vizinhos. “Tendo chegado porém a seu conhecimento boatos de que a menor não tivera morte natural e sim fora assassinada, aquela autoridade recusou dar o documento pedido e foi ver a pequena extinta em sua residência no beco da Macaxeira, daquele distrito”. A boataria de que a mãe ébria havia sufocado a criança, chegou aos ouvidos do Dr. Manoel Calixto, subdelegado do distrito de Santo Amaro e o caso foi parar tanto nos jornais quanto na delegacia, como provocou a realização de uma investigação sobre a causa da morte, pois o cadáver da criança apresentava manchas roxas. Chegando ao local, transportou o corpo da pequena para o necrotério no caixão que João havia comprado a fim de enterra-la e prendeu a mãe, mandando apresenta-la ao delgado do 2º Distrito Policial Dr. Leovigildo Maranhão. Interrogada, Amélia disse não saber o que havia ocorrido com sua filha. Ao final da matéria os dados que aparecem sobre Amélia são o de ser natural de Goiana e filha de José Siqueira da Silva. Ainda segundo o

---

<sup>182</sup> **Infanticídio!** Jornal do Recife, 05/04/1911.

<sup>183</sup> **Criança Morta** A Província, 04/04/1911.

jornal A Província, seu “amasio” não havia dormido em casa na noite anterior a morte da criança e desaparecido depois do envolvimento da polícia no caso<sup>184</sup>.

No dia 05 de abril de 1911, mediante o resultado do laudo médico sobre a morte da criança, foi confirmado que a mesma havia sido vítima de varíola e não de um crime brutal nem tampouco da irresponsabilidade de sua mãe: “Em vista do exame médico legal procedido no cadáver da menor Noemia, o qual deu como causa *mortis*, como varíola em início de erupção, ficou evidenciada a não existência de crime no caso ocorrido ante-ontem na rua do Chamego, distrito policial de Santo Amaro. Por esse motivo foi posta em liberdade a mulher Amélia Maria da Conceição acusada de ter *morto* sua própria filha e que estava recolhida á Casa de Detenção”.<sup>185</sup>

Os personagens expostos carregam na discrição da notícia, nuances negativas e todo o caso foi construído em torno da má reputação da mãe “dada ao vício da embriaguez”. Esse vício foi o que motivou a proliferação dos boatos sobre a morte da bebê Noemia. Outro ponto se refere a condição dos pais, que não eram casados e sim amasiados, o pai que deixara a mãe sozinha com uma criança recém nascida e que depois da aparição da polícia resolver desaparecer no mundo. Estes pontos não estão soltos, eles estão interligados. Construir uma narrativa que posicione esses personagens em papéis de violência, irresponsabilidade e em cenas de fatalidade era um forma de formar opiniões. A má reputação da mãe porém não partira somente dos noticiários, mas inicialmente dos vizinhos, o que nos leva a pensar que homens e mulheres pobres a embriaguez era algo negativo sobretudo quando se tratava de uma mãe cuidando de uma criança. Denota que da vizinhança não emanava apenas relações de solidariedade mais também julgamentos.

Quanto aos jornais, este caso nos expede permite-nos refletir que as narrativas não apenas constroem o acontecimento à sua maneira, mas também descrevem a vida dos sujeitos a partir de sua relação com os valores de moralidade expedidos por elite letrada da sociedade. Circunscrever as experiências de vida desses atores em modelos reprováveis de família, mãe e mulher, era uma estratégia de controle social que os jornais ajudavam a difundir.

Na rua 13 de maio, encontramos o caso de Maria das Dores, este narrado também pelo Jornal Pequeno, ocorreu em 1902 e tratava de uma denúncia feita por alguns vizinhos da mesma, moradores do distrito de Santo Amaro, que alertavam para o fato da mulher acima

---

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> **Infanticídio!** Jornal do Recife, 05/04/1911.

citada estar constantemente embriagada e a “ofender com palavras injuriosas aos moradores dali”. Os vizinhos pediam a ação policial como forma de conter a mulher em sua conduta reprovável<sup>186</sup>.

A embriaguez não era só reprovada pela elite, e por pessoas de boa condição como também era noticiada pela imprensa de forma exaustiva, que a destacava em suas páginas como um mal que precisava ser solucionado urgentemente. Dessa maneira, nos jornais prisões de mulheres embriagadas envolvendo lesões corporais, atentado ao pudor e brigas entre homens sob o efeito do álcool apareciam como pano de fundo para solicitar das autoridades providências afim cenas de arruaças e uma punição mais efetiva.

Os casos de embriaguez envolvendo mulheres e homens pobres, e que em seu resultado envolvem confusões, violência e morte serão frequentes no noticiário cotidiano dos principais jornais da cidade do Recife. O caso da “mulher Maria Laurinda, residente na rua da Palma, 27”<sup>187</sup> é um exemplo. Segundo o jornal A Província, a dita mulher “que gosta muito de pinga”, encontrava-se embriagada quando seu “amasio” Geraldo Alves de Souza, chegou para e jantar e, “indignou-se com o estado da sua companheira, reprovando lhe seu condenável procedimento”. Desta feita, instaurou-se uma discussão entre eles, quando Maria Laurinda “cheia de cólera, puxou a toalha atirando no chão a louça e as iguarias que estavam na mesa”. Geraldo “engalfinhou-se com ela, e lutaram os dois assim durante algum tempo trocando bordoadas”. A contenda só foi desfeita, com a intervenção dos vizinhos, e com a chegada da polícia, que levou os dois a Casa de Detenção.

A embriaguez estará nessas notas quase sempre ligada a atos reprováveis, desviantes<sup>188</sup> e criminosos. A desarmonia do casal fora causada, segundo a nota do jornal, por conta do ato de embriagar-se de Maria Laurinda, que por sua vez já não era casada e sim “amasiada”. Esses termos não aparecem, em casos como esses de forma incontestante. Carregam significados, essas experiências de vida diferentes das propostas por uma elite jurídica e letrada quase sempre estão muito próximas de palavras como “confusões”, “tempestade doméstica” entre outros.

Mas a embriaguez não será caso de polícia, apenas quando esta intervinha e separava os contendores. O caso de Odilon, praça de polícia é um exemplo disso. Estando alguns de

---

<sup>186</sup> Mulher das Arábias. **Jornal Pequeno**, Recife, 20/01/1902, p. 18.

<sup>187</sup> A Província, 29/09/1904.

<sup>188</sup> Becker empreende uma discussão sobre desvios, diferenciando os dois. O primeiro seria um fenômeno relacional onde (indivíduos, grupos) “criam o desvio ao fazer as regras que cuja a infração cria o desvio. Nesse ponto de vista o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas a consequência da aplicação por outros de regras e sanções ao infrator” Estes infratores seriam chamados de *outsiders*. BECKER, Howard S. 2008 [1963]. *Outsiders*. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar.

seus companheiros na rua das Florentinas tentando prender um estrangeiro embriagado, Odilon mais embriagado do que ele “apresentou-se no local prontificando-se auxiliar o serviço. Mas fez começando a esbordoar os curiosos que naturalmente se aglomeraram ali”.<sup>189</sup>

A reação de determinados empregados também era noticiada. Casos de empregados cobrando seus direitos eram tratados como rebeldia. Segundo o *Jornal do Recife*<sup>190</sup>, Benedicto de Tal tendo sido despedido ontem da casa do senhor Joaquim, que era dono de uma padaria localizada no Pátio do Terço, foi reclamar de seus honorários não sendo nem na porta atendido por seu ex-patrão. Que no dia seguinte indo receber a quantia que julgava ser dele por direito, recebeu somente “tremenda descompostura” por parte de Joaquim. Indignado Benedicto de tal, com tal procedimento de seu ex-patrão deu-lhe “uns sopapos e cacetadas”. Sendo por isso recolhido por dois praças que ali passavam.

O carroceiro Manoel Eloy, que trabalhava na cocheira localizada no Viveiro do Muniz, insatisfeitos por ter sido despedido por seu patrão, passou a maltratar o animal que trazia, e na hora de sua substituição, pegou três sacos de açúcar que estava sob a confiança de seu substituto e rasgou, derrubando toda a mercadoria “de modo acintoso”. Tendo também insultado na frente da cocheira o seu ex-patrão e desatendendo a ordem de seu patrão, só entregou a carroça ao seu referido dono, depois da policia perseguiu-lo<sup>191</sup>.

Sugerir práticas civilizadas<sup>192</sup> aos que habitavam a cidade já era agenda das elites desde o século XIX<sup>193</sup>. No século XX, com a maior circulação de ideias médico- higienistas, questões como progresso e civilização<sup>194</sup> e salubridade terão suas intercessões desta forma serão comuns notícias sobre casas insalubres, moradias não higiênicas, fedentina e maus costumes, quase se referindo às moradias de gente pobre e pouco aquinhoadas.

As denúncias nos jornais sobre os que sujam e depredam a cidade se darão quase que diariamente como forma de agenciar alguma solução das autoridades e depreciar os comportamentos “destoantes”. No *Jornal Pequeno* do dia 03 de abril de 1912, em uma matéria sobre a “imundície” de algumas ruas do bairro de Santo Amaro, falava-se de um prédio de

---

<sup>189</sup> A Província, 12/07/1904.

<sup>190</sup> *Acerto de contas*. *Jornal do Recife*. 10/05/1900.

<sup>191</sup> *Desabusado*. *Jornal do Recife* 19/01/1900.

<sup>192</sup> Refiro-me a ideia de civilização proposta por Jean Starobinski, por entendê-la como uma descrição próxima do que os letrados propalavam. Sendo ela um “abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento a polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo.” STANROBINSKI, Jean. *As máscaras de civilização: Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14.

<sup>193</sup> Sobre esse debate ver: ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2005 e SILVA, Sandro Vasconcelos da. **O Costume da praça vai à Casa: As transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830-1880)**

<sup>194</sup> STANROBINSKI, Jean. Op. Cit., p. 15.

nº149 sito à Rua da Aurora (trecho de Santo Amaro) onde ocorriam a matança de porcos e por consequência o aparecimento de ratos e cães espalhavam a sujeira por toda ela. A denúncia seguiu fazendo referência aos hábitos existentes nos mocambos da região: “Os mocambos dos lugares Coqueiros<sup>195</sup> e Coqueirinhos são verdadeiros focos de infecção; na maior parte deles matam-se porcos”. Ao fim da denúncia Anninha, “uma crioula”, moradora de “um dos casebres” da rua, também conhecida como “Aninha *idiota*”, é aludida na notícia como alguém de hábitos imundos: “segundo nos dizem apanha galinhas e perus mortos, nas praias para fazer quitutes e comer”<sup>196</sup>.

A cor é uma das primeiras coisas citadas na denúncia, vindo inclusive antes do nome de Anninha. A preocupação em mencionar a cor só perdeu em ordem de importância, dentro da matéria, para a descrição da residência da mulher, “um casebre”. Um casebre, situado numa rua suja com cães, ratos, mocambos matadouros de porcos e uma crioula, sendo assim disposto em matéria jornalística, difícil é não cogitar importância da cor como um aspecto de diferenciação social carregado de significação. Esta infere julgamentos locais sobre a índole dos sujeitos. Fazendo lembrar o caso de Toinha, a prostituta que nem era parda, nem preta, nem mulata, era na verdade uma semi-branca. Este caso de Anninha, talvez se encaixe na discussão que Olivia Maria Gomes faz ao estudar a diferença entre raça e cor, em processos de vadiagem do início do século XX no Rio de Janeiro,

‘fronteiras naturais’ que diferenciavam e nomeavam a espécie humana. Já as categorias relativas à ‘cor da pele’, por seu turno, faziam referências a um conjunto singular de possibilidades conjunturais. Conjugavam representações locais sobre categorias *cidadão* e *criminoso* em um complexo sistema simbólico, no qual eram interpretadas através do seu contraste, relação, e suas respectivas relações de valor. Sua compreensão era de uso restrito e sujeita a interpretações locais<sup>197</sup>.

Muito embora a ausência da cor nos processos judiciais e documentos policiais entre os anos de 1900 a 1920, sugerida pela ideologia de branqueamento tenha participado também

---

<sup>195</sup> O Coqueiro é citado na obra de Theotônio Freire como uma região onde pessoas se reúnem para dançar uma espécie de dança chamada de “coco”. É caracterizado na obra como um lugar onde ocorrem mortes, repleto de promiscuidade e doenças. Mas sabe-se que este era um espaço de sociabilidade de gente da classe trabalhadora, de diversão e lazer, talvez por isso fosse descrito como um lugar perigoso. FREIRE, Theotônio. **Passionário e Regina**. 2 ed. Recife: Lucilo Varejão Filho, 2005, p 101.

<sup>196</sup> *Santo Amaro*. Jornal Pequeno, 03/04/1912, p.03.

<sup>197</sup> CUNHA, Olivia Maria Gomes da. **Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002. Apud GARZONI, Leric de Castro **Vagabundas e Conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início século XX)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007, p 132.

do processo de invisibilidade da população negra<sup>198</sup> e do passado escravo<sup>199</sup>, sua ocorrência em jornais, informava que seu agenciamento carregava significados. A cor da pele era descrita pelos empregadores em seus anúncios que buscavam amas e governantas.

Precisa-se de uma boa copeira, com prática de serviço, prefere-se cor parda ou branca; a tratar na rua da Soledade, nº 82<sup>200</sup>.

Precisa-se de uma ama que saiba cozinhar para três pessoas, prefere-se crioula e de meia idade, tratar no Largo do Forte n. 46<sup>201</sup>.

Preferências como nacionalidade, cor e a idade dessas mulheres, denotavam tanto que era comum declará-la como também, poderia sugerir que essas características eram associadas à determinados tipos de pessoas, localizando como pessoas preferíveis para específico tipo de serviço em detrimento de outras.

Mesmo desalojados, abrigados em outras áreas, as regiões compostas por mocambos e habitados pelos desafortunados não deixarão de ser fiscalizadas. Como a exemplo da notícia do Jornal Pequeno que dizia na estrada de Ferro do Limoeiro funcionar um maxixe. O subdelegado do Espinheiro, Dr. Francisco Villar de Albuquerque Mello mandou fechar tal divertimento afirmando ser lá um lugar de arruaças. Em tom cômico, a matéria é finalizada, comunicando que um indivíduo de nome Francisco Ramos “foi dançar sem licença, pelo que foi preso e recolhido ao xadrez”<sup>202</sup>. Ao que sabemos nesta região ao longo de toda linha férrea, existiam numerosos mocambos. Lá ocorriam também os alguns pastoris e maxixes, que serviam de palco tanto para a diversão quanto como lugar de acerto de contas de entre desafetos<sup>203</sup>. Áreas também mais distantes do centro como o Arraial do 14º batalhão, Entroncamento, Encruzilhada<sup>204</sup>, Campo Alegre e etc., também apareceram nos jornais matérias sobre as incursões policiais à espaços de diversão e conflito dos trabalhadores, como pastoris, maxixes e bailes.

---

<sup>198</sup> DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas:** cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas de Feira de Santana, 1890-1920. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011, p.80.

<sup>199</sup>SANTIAGO, Silvana. Op. Cit., p.9.

<sup>200</sup> A Província, 07/07/1901.

<sup>201</sup> A Província, 01/05/1913.

<sup>202</sup>Jornal Pequeno, Recife, 05/07/1915, p.2.

<sup>203</sup> Sobre um debate acerca dos significados atribuídos aos pastoris como lugares de mulheres de reputação duvidosa, de arruaceiros ‘brabos e valentões’ ver: ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **Recife, culturas e confrontos:** as camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911. Natal: EDUFERN, 1998; e COUCEIRO, Sylvania Costa. Op. Cit., p 292.

<sup>204</sup>Assassinato, A Província, 1201/1910.

## 2.5 “Me diz *onde* andas que te direi quem és”: outros espaços da cidade.

A frequente aparição de ruas em matérias e notas jornalísticas, sendo cenários de confusões, brigas, ferimentos, e algumas vezes morte, irá contribuir para a construção de uma má reputação da localidade, e dos que nelas moram ou costumam frequentar para se divertir. Esses espaços, geralmente eram locais de sociabilidade de gente despossuída, pobres e trabalhadores. Policiais, marinheiros, ganhadores, prostitutas, vendedoras, cigarreiras, entre outros, moravam ou simplesmente divertiam-se, resolviam suas pendências pessoais, ou simplesmente encontravam-se depois do trabalho em alguma mercearia, quitanda ou quiosque. Como Amaro Gaspar de Mello<sup>205</sup>, que em um quiosque, localizado á rua da Aurora, por volta das 8 horas da noite, quando deparou-se com uma antigo desafeto, José Dantas de Oliveira. Vibrou contra José uma facada, atingindo-o na omoplata esquerda. Sendo por isso perseguido pela polícia e preso no distrito de Santo Antônio.

A rua de São Francisco também era frequentemente noticiada como local de brigas entre policiais como em confusões envolvendo “mulheres de vida fácil” Como o caso de Jovina Bezerra da Silva e Luiza Maria da Conceição, ambas moradoras do prédio de número 43, “se intrigaram com as mulheres Maria Amélia de Souza, Silveria Rosa Maria da Conceição e Antônia Pereira, residentes numa casa fronteira”. Quando pela manhã, em uma nova discussão o grupo de mulheres foi surpreendido pela polícia que as conduziu presas ao posto policial de Santo Antônio e recolhidas “ao xadrez”.<sup>206</sup>

As casas das ditas “mulheres de vida fácil” onde ocorriam confusões motivadas por ciúmes, também compunham o cenário de perigo, que constantemente provocava nos jornalistas pedidos de providências. Como na nota do jornal A Província, em que se solicitava providências contra algumas mulheres “de vida fácil”<sup>207</sup> “que residindo em casas térreas na rua Duque de Caxias, comentem escanda-los, com anelas abertas, sem respeitar os transeuntes”. Não pouco eram noticiados também eventos como esse envolvendo um empregado do “melhoramento do porto”<sup>208</sup> o senhor Raul Lins Barradas, que encontrava-se na casa de duas” mulheres de vida fácil” Maria Emília e Amália Lins de Oliveira, residentes a rua larga do Rosário, número 6, no 2º andar. Por diversas vezes Raul Lins procurou agredir Maria Emília, que sempre fugiu de suas “garras”. Por volta de meia noite porém, Raul

---

<sup>205</sup> A Província, 15/02/1910.

<sup>206</sup> A Província, 30/09/1910.

<sup>207</sup> A Província, 02/03/1920.

<sup>208</sup> **Caixeiro Ferido** A Província, 07/06/1913.

executou sua agressão, atirando contra Maria Emíla no momento em que esta conversava com dois homens na sala de sua casa. Os dois homens, Antônio João da Rocha, caixeiro do café Santo Antônio, e Antônio arruda, comerciante de joias, tentaram se esconder quando a bala atingiu a coxa de Antônio João da Rocha. A polícia foi chamada e deteve Raul Lins, que havia se escondido e em cima do telhado do sobrado.

Esses casos, chamam a atenção não somente para as ruas como principalmente para as atividades, realizadas por homens e mulheres trabalhadores.

Divertir-se na rua das Trincheiras<sup>209</sup>, por exemplo, podia representar algo de muito negativo, para aqueles que se preocupavam com a boa fama. Talvez por que esta rua abrigava as pensões e casas de cômodo do baixo meretrício e apareciam nos jornais como palco de brigas, crimes, prostituição, bebedeiras e de conflito com a polícia. Sylvia Couceiro, em sua tese menciona inúmeras vezes os significados atribuídos a esta rua, incluindo no que chamou de “zona tórrida”. Entre outras como a Rua Estreita do Rosário, Rua da Roda, Rua do Fogo, das Águas Verdes, Beco da Bomba e etc., mencionadas e caracterizadas nas páginas dos jornais como lugares aviltantes de prostituição e jogos proibidos<sup>210</sup>.

Essas ruas pareciam constituir uma espécie de complexo do meretrício. Totalmente interligadas e compostas de uma freguesia avolumada, mas de posses modestas, eram com frequência casos de polícia, onde se deflagravam brigas que podiam se dar pelos mais variados motivos e envolvendo moradoras seus desafetos e rixas. Como o caso de Umbelina de Tal, moradora da rua das Trincheiras, casa de nº. 25, que em companhia de outra mulher cujo nome não se sabe e um tal de Felinto, andavam fazendo serenatas “ao som do clássico violão, quase que diariamente”. Este evento irritou outra moradora de nome Maria, do nº. 28, que descontente com a cantoria o “quis desmancha-lo a pedradas”, pelo que resultou numa confusão repleta de “pornografia” e de quase luta corporal. As mulheres arreliadas, título dado à matéria do Jornal Pequeno, foram chamadas à presença do Dr. Barros Rego, delegado do 1º distrito da capital<sup>211</sup> e exortadas “para não repetirem a graça, senão... senão...”<sup>212</sup>.

---

<sup>209</sup> Esta Rua bem como sua paralela a das Laranjeiras desapareceu após a abertura da Avenida Dantas Barreto em meados do século XX. Sobre isso ver: COUCEIRO, Sylvia Costa. Op.cit, p.141.

<sup>210</sup> Idem, p.142

<sup>211</sup> Dr. Manoel Francisco de Barros Rego, nomeado delegado do 1º Distrito da Capital desde 1898, gerenciava nove subdelegacias: Recife, Santo Antônio, 1º e 2º Distrito de São José, Afogados, Magdalena, Pere Boa Viagem e Torre.

<sup>212</sup> *Mulheres Arreliadas*, Jornal Pequeno, Recife, 03/05/1912, p 03.

Dirigimo-nos desta vez, a partir da matéria *Jornal Pequeno*, para outra rua de má fama, a rua das Flores<sup>213</sup>, adjacente à rua Nova. Segundo o periódico, a modernização da cidade oportunizada pela Reforma do Porto não trouxe bons resultados a referida rua, que se transformara num espaço de prostituição de mulheres estrangeiras “trazidas pela nova onda do progresso e da prospera situação financeira do Estado”. A matéria descreve o que seriam os sinais da modernização da cidade: “rasgaram-se as avenidas; desapareceram velhos pardieiros e surgiram belos palacetes; automóveis e bondes elétricos cruzam a cidade, pensões luxuosas são inauguradas e casas de diversões instaladas”.

Entretanto aponta que estas transformações atraíram para a rua das Flores pensões, casas de cômodos e cafés habitados para a prática do meretrício. E por não haver aqui uma localização específica para este tipo de comércio, “medida alias que só ultimamente foi tomada na capital do País”<sup>214</sup>, afirmava ser “rara a rua, no centro da cidade, em que não [existissem] casas de cômodo”.

O engodo maior da rua das Flores não se destinava apenas a presença das polacas, mas também “as canções livres, acompanhadas de gestos pouco descentes, gritos, correrias” que ali ocorriam. Ciente disso o Dr. José Vieira, 1º delgado de Santo Antônio prometera mandar para a cadeia todo aquele estivesse envolvido em atos obscenos, o que já havia resultado na prisão de uma mulher até a data da publicação da matéria.<sup>215</sup>

Considerando que a prostituição não era crime, outros aspectos dessa profissão poderiam incriminar as mulheres de “vida fácil”, como os atos obscenos, caracterizados no Art.282 do Código Penal de 1890, um delito crime de ultraje ao pudor público com pena prevista de um a seis meses de reclusão<sup>216</sup>.

A intersecção entre o comportamento sexual e a desordem, que associava o ato de sair só à noite, beber, frequentar quiosques e quitandas ou viver em ruas do meretrício, não dava conta do perfil de pluralidade algumas mulheres. Às vezes outros aspectos do comportamento sexual eram agenciados como a masculinidade.

---

<sup>213</sup> A Rua das Flores era considerada um espaço para o meretrício sofisticado e frequentada pelos endinheirados da cidade. E lá onde se encontravam as chamadas “polacas”, prostitutas estrangeiras. COUCEIRO, Sylvia Costa. Op. Cit., p.133 e 143.

<sup>214</sup> O repórter se refere à ação empreendida pelas autoridades do Rio de Janeiro no início do século XX, que visava transferir as zonas de meretrício para áreas menos visíveis da cidade. Neste tipo de ação viam-se refletidos os preconceitos de raça, etnia e classe das elites locais. Sobre isso ver: CAULFIELD, Sueann. **O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942.** Tempo, Rio de Janeiro nº 9, ano 2000. pp. 43-63.

<sup>215</sup> *A Rua das Flores de ontem e de hoje: uma medida policial.* **Jornal Pequeno**, Recife, 12/07/1915.

<sup>216</sup> Código Penal de 1890. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em 16/09/2013.

Não é raro encontrarmos mulheres cometendo homicídios munidas de navalhas e punhais. O caso de Maria Vapor que acusara Maria Jacintha de tê-la roubado é um exemplo desses. Segundo a matéria “há tempos Maria Jacintha havia roubado um par de brincos de ouro de Maria Vapor” afirmando, porém de tê-los achado e não roubado. Insatisfeita com a explicação e depois de ter travado luta com a suposta ladra, Maria Vapor foi queixar-se ao subdelegado “que tentou apaziguá-las não conseguindo”. Mais tarde a queixosa feriu com duas punhaladas à Jacintha. José Anastácio de Oliveira, “um amigo de Maria Vapor” havia ido à casa de Maria Jacintha e travou luta com Pedro Alexandrino, pelo que acabou sendo morto a punhaladas. Pelo que está exposto na matéria José Anastácio era amasio de Maria Vapor<sup>217</sup>.

A atitude de Maria Vapor, de resolver suas diferenças com Jacintha à base de punhaladas, se assemelhou com a de seu suposto amigo José Anastácio. Os aspectos de fragilidade geralmente atribuídos às mulheres não têm lugar nesta passagem, pois a violência empregada denota certa uma “truculência” que não se manifesta apenas entre sujeitos masculinos.

Os casos de ciúmes que acabavam em brigas e homicídios não apenas enchiam as páginas dos jornais e agenciavam identidades a homens e mulheres. Estes crimes passionais, em geral ocupavam lugar de destaque nos jornais sendo relatados com uma gama maior de detalhes.

Nota-se que o problema do controle social da classe trabalhadora “compreende todas as esferas da vida desses sujeitos, todas as situações possíveis do cotidiano, pois este controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação de trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando também pela vigilância contínua do botequim e da rua e espaços consagrados ao lazer popular”<sup>218</sup>.

É certo de que os noticiários dos jornais repletos de mulheres embriagadas, ciumentas, de pouco asseio, e má fama não buscavam apenas informar mais formar. Afinal de contas figuravam em uma notícia e outra ao lado de matérias sobre mulheres na margem contrária, as filantropas, as donas de casa, as caridosas e etc. A divulgação exaustiva dessas imagens, não pode ser relacionada apenas ao fato de suas repetidas ocorrências, mas também ao objetivo de minar esses comportamentos relacionando-os ao atraso, a barbárie, a falta de polidez e pudor.

---

<sup>217</sup> *Assassinato*. Jornal Pequeno, Recife, 29/01/1902.

<sup>218</sup> CHALHOUB, Sydney. Op. Cit. 31.

Os perfis dessas mulheres podem ser transversais à suas escolhas sexuais, e comportamentos que quase sempre dirá qual a sua índole, podendo determinar até mesmo se era ou não uma assassina como o caso de Amélia Maria. A cor aparecia como coadjuvante, mas possuía seu peso e significação como o caso de Aninha a idiota.

O objetivo deste capítulo foi analisar como os jornais vão desenhar não só o comportamento das mulheres, mas também as ruas, os espaços e receitar o que pode ser ou não divertido. Construindo uma cartografia, que expõe lugares considerados imorais, descrevendo as experiências de homens e mulheres trabalhadores do Recife como perigosa e insalubre, os periódicos também terão importante influência na discussão sobre os papéis de gênero, como também nos papéis sociais dos sujeitos. A ideia seguinte é perceber como em conflitos e em situações adversas os trabalhadores e trabalhadoras recifenses podem construir a partir de suas identidades, tanto laços de compadrios como dissidências. Analisaremos como estes sujeitos se reconhecem ou se diferenciam contingencialmente à medida que suas identidades são agenciadas.

### CAPÍTULO III

#### NÃO É SÓ SALÁRIO, NÃO É A JORNADA: GÊNERO E CLASSE TRABALHADORA: OS MUNDOS DO TRABALHO NA CIDADE DO RECIFE.

Os estudos clássicos sobre a classe trabalhadora, por muito tempo, tinham como objetivo o coletivo de pessoas envolvidas nas relações de capital-trabalho. Dessa forma, as atividades que não se acomodavam nesta relação, tornavam-se objetos de estudos à parte, assumindo papéis periféricos no mundo do trabalho. O objetivo desse capítulo, e, desta pesquisa em suma, é discutir em que medida esses personagens, (sem uma aparente organização institucionalizada, desprovidos de um trabalho dito moralmente respeitável e tido como hoje convencionamos chamar de “informal”) estavam inseridos e participavam dos diversos “mundos” do trabalho da cidade do Recife e como conceitos de gênero, cor e classe eram acionados por personagens de mesma realidade material em situações de conflito ou de solidariedade.

Diverso e também cheio de incertezas. Isso por que, a própria relação de trabalho em troca de um salário, parece não ter sido operacionalizada com tanta frequência numa cidade de industrialização rudimentar, basicamente ligada à produção de açúcar e tecidos, presa a pouca autonomia e ao isolamento da região Nordeste que possuía um mercado consumidor pequeno<sup>219</sup>.

Trataremos aqui, em discutir a complexidade, inerente ao espaço social composto por uma gama variada de trabalhadores, ofícios, atividades e formas de sobrevivência. Partindo da ideia que estes, ditos “informais”, também são trabalhadores. Pois como citou Marcel Van de Liden, “nossa concepção moderna de que a classe trabalhadora constitui-se apenas de trabalhadores livres é um produto de repressão histórica”<sup>220</sup>. Segundo Flávia Fernandes, ao referir-se ao mesmo autor e seu estudo sobre a classe trabalhadora, diz que: “a mercantilização da força de trabalho pode assumir várias formas” o que sugere a inserção de uma nova visão de mercantilização: a troca de força de trabalho por meios de subsistência<sup>221</sup>.

---

<sup>219</sup> Segundo Robert Levine, fábricas de tecidos e de açúcar representavam cerca de 77% do valor total de produção de Pernambuco, apesar da existência de outros ramos fabris, como cigarros, fósforos, pólvora e resinas. Segundo ele, a disponibilidade de trabalho barato, desencorajava o uso de métodos capitalistas mais eficientes e intensivos, bem como a renda per capita baixa, depreciava o nível dos investimentos na região. LEVINE, Robert M. A velha usina: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 71.

<sup>220</sup> **Apresentação.** Dossiê: Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho IN: Revista Mundos do Trabalho. v. 1, n. 2 (2009), p. 5-8.

<sup>221</sup> SOUZA, Flavia Fernandes de. **Para casa de família e mais serviços:** o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) UFRJ, 2010, p. 58.

A análise da vida de homens e mulheres, prostitutas, policiais, jogadores do bicho, jornalheiros, artistas entre outros personagens fora da relação capital-trabalho, afastou seus nomes na dita “classe trabalhadora” tradicional. E não somente isso, percebê-los como um grupo homogêneo, silenciou muitas das solidariedades horizontais, que envolviam questões não só de classe como de gênero<sup>222</sup> e raça/cor. Silenciou as disputas sociais que agenciam essas dimensões, silenciou suas histórias. Para tanto, discutiremos como dentro desse grupo diverso, às vezes não assalariado, existiam afinidades, leituras semelhantes, e também estigmas que podiam ou não convergir com a visão de intelectuais e letrados.

\*\*\*

Já passavam das oito horas da noite, quando Francisco Ferreira, encontrara a menina Maria Laurinda, ensanguentada sem conseguir dar um passo, no sótão da casa de seu patrão Álvaro Arthur do Rego Chaves, de vinte dois anos, que era dono de uma taverna sito à rua do Marisco em que Francisco trabalhava. Maria Laurinda, de treze anos de idade era empregada da casa de Álvaro. Um sobrado localizado à rua do Dique no bairro de São José, onde residia juntamente com Francisco e a família de seu patrão. No dia 24 de março de 1900, a menina foi surpreendida com a presença de seu amo na dita casa, por volta das sete horas da noite. Álvaro há certo tempo, havia mudado com a família para um sítio em Beberibe<sup>223</sup>, afim de, tratar-se de uma doença. Diariamente, vinha para o Recife acompanhar o andamento de seu comércio e todas as noites voltava para o “sítio”, no último trem que seguia para Beberibe às sete horas<sup>224</sup>.

Em seu primeiro depoimento, na inquirição da delegacia, Maria Laurinda da Conceição, de cor parda, descrita assim no exame de corpo e delito, respondendo ao auto de perguntas, disse que antes de ir morar na casa de Álvaro tinha sido ama na casa de um sargento do 40º Batalhão de Infantaria chamado Fenelon, mas, por ser maltratada fugiu e foi abrigar-se na casa de Manoel Figueira da Silva, empregado público, morador da rua Vidal de

---

<sup>222</sup> De acordo com Fabiane Popinigis e Cristiane Schettini, o gênero é uma das mais significativas diferenças que compõe o quadro das disputas sociais “que desenrolam os processos de formação de classe”. IN: Revista Mundos do Trabalho. Dossiê: Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. 1, n. 2 (2009), p. 5-8.

<sup>223</sup> Beberibe foi descrita no início do século XIX pelo cronista francês Tollenare, como um arrabalde entre Recife e Olinda com um povoado pitoresco de fisionomia bucólica, composta por casas que se fixavam no entorno do rio Beberibe. Confirmava a presença de sítios e chácaras semi-urbanas. Aponta também a forte presença de negros e mulatos na várzea do rio. *apud*. Sobre Beberibe ler: HALLEY, B. M. De Chapéu do Sol a Água Fria: numa trama de enredos, a construção da identidade de um bairro na cidade do Recife. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

<sup>224</sup> *Denúncia*. Álvaro Arthur do Rego Chaves. Memorial de Justiça de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1200, ano 1900, fl.11.

Negreiros. A esposa do mesmo encaminhou Maria Laurinda através de sua ama, para a casa do taverneiro Álvaro. Ao descrever o defloramento praticado por seu patrão, disse que fora convencida a ceder-se a ele em troca de um par de sapatos e um vestido. Que o mesmo e seguida, deitou-a no assoalho da casa e a deflorou<sup>225</sup>.

Francisco Ferreira da Costa, de dezoito anos de idade, empregado da taverna, morava na mesma casa de Laurinda e foi um dos primeiros a encontrá-la após o defloramento. Disse ter sido convidado por Álvaro, para tomar conta da taverna enquanto ele se recuperava de uma doença. Por estar “desempregado”<sup>226</sup>, Francisco aceitou o convite muito embora fizesse questão de mencionar, que não era caixeiro nem amo da casa. Apenas que cuidava da taverna na ausência do dono. “Nem era empregado nem associado”<sup>227</sup>. Em seu depoimento, disse estranhar a presença de Álvaro na taverna por volta das sete horas da noite, e que chegou a avisá-lo sobre o avançar da hora para que ele não perdesse o trem de volta à Beberibe. Pelo que Álvaro, dizendo seguir para tomar o trem, saiu, retornando à taverna por volta das oito e meia da noite. Nervoso e “de aparência perturbada” Álvaro pediu para que seu ajudante fosse à sua casa, fechasse a porta da escada e não permitisse que Maria Laurinda fosse dormir na casa de Manoel Figueira, como era de costume na ausência de seus patrões. Do contrário daria uma surra nela, quando “voltasse do mato”. No dia seguinte, Álvaro volta à taverna, e ao perguntar se a polícia esteve à sua procura, confessa a Francisco que havia estuprado Maria Laurinda na noite anterior.

A segunda testemunha a comparecer à delegacia, foi Firmina de Figueiredo, uma costureira de quarenta e um anos, que não sabia ler nem escrever, moradora da “loja” térrea do sobrado de Álvaro. Em seu depoimento, disse que mantinha grandes relações com a família do mesmo, sendo freguesa assídua da taverna, comprando ali rotineiramente gêneros para sua casa. Que no dia do ocorrido, às cinco horas da tarde, avistou Álvaro da varanda de seu sobrado conversando com a esposa de Manoel Figueira, dizendo ter ganho, cerca de “sessenta mil reis no jogo do bicho”<sup>228</sup>. Disse só ter sido informada do defloramento por volta das sete e meia da noite, quando, ao chegar em casa encontrou a esposa do senhor

---

<sup>225</sup> *Denúncia*. Álvaro Arthur do Rego Chaves. Memorial de Justiça de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1200, ano 1900, fl.10 e 10v.

<sup>226</sup> *Denúncia*. Álvaro Arthur do Rego Chaves. Memorial de Justiça de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1200, ano 1900, fl.11.

<sup>227</sup> *Denúncia*. Álvaro Arthur do Rego Chaves. Memorial de Justiça de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1200, ano 1900, fl.11.

<sup>228</sup> *Denúncia*. Álvaro Arthur do Rego Chaves. Memorial de Justiça de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1200, ano 1900, fl.13.

Manoel Figueira à sua porta, chamando-a para subir no primeiro andar do sobrado de Álvaro e socorrer a menina Laurinda, que já se encontrava ensanguentada. Diante dela, de Francisco (ajudante da taverna), de Manoel Figueira e sua esposa, Laurinda confessou ter sido Álvaro o autor do defloramento.

O terceiro a depor foi Fenelon Siqueira de Campos, vinte e seis anos, casado, “segundo sargento do quarenta batalhão de Infantaria, morador a rua de São João, número oitenta e um”<sup>229</sup> no bairro de São José. Disse ter ouvido sobre um defloramento ocorrido na rua do Dique, sem saber ao certo se era boato ou não. Um dia depois, ficou sabendo por seu amigo Manoel Figueira, que se tratava do defloramento de sua antiga criada. Após ter ido conversar com Laurinda, que estava abrigada na casa de Manoel, o sargento Fenelon levou o caso imediatamente ao conhecimento ao subdelegado do Distrito, solicitando “as mais severas providências”<sup>230</sup>.

Manoel Figueira da Silva, “empregado municipal”, “de trinta e dois anos”, morador da rua Vidal de Negreiros, bairro de São José. Fora o mesmo que abrigou Laurinda quando fugiu da casa de Fenelon, onde dizia ser maltratada. Em depoimento, pronunciou que ao chegar do trabalho, por volta das oito e meia da noite, “soube por sua mulher que Álvaro Chaves tinha estuprado a menor de nome Maria Laurinda e que a mesma ainda se conservava em sua residência”. Em companhia de sua esposa e de D. Firmina, subiram ao primeiro andar do sobrado e encontraram a menor ensanguentada com as mãos entre as pernas.

Álvaro Chaves só compareceu a delegacia no dia 11 de maio, para responder um auto de perguntas, dez dias depois dos outros depoentes. Nele, afirmou que Maria Laurinda era sua criada sem salário, tendo apenas a obrigação de dar-lhe comida e roupa. Disse também que não empregou violência nenhuma, apenas prometeu a menina um vestido e um par de sapatos. Depois de responder as perguntas, Álvaro foi encaminhado a casa Detenção, onde ali aguardaria o julgamento.

O auto de exame realizado três dias depois do crime, comprovou o estupro, mas sem constatar violência. Sugerindo que Maria Laurinda tivesse cedido a vontade de Álvaro, sem resistência. Após a ouvida de todas as testemunhas o caso é encaminhado à justiça. Em juízo,

---

<sup>229</sup>Denúncia. Álvaro Arthur do Rego Chaves. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1200, ano 1900, fl.14.

<sup>230</sup>Denúncia. Álvaro Arthur do Rego Chaves. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1200, ano 1900, fl.14v.

o processo contou com a participação das mesmas pessoas como depoentes, que repetiram as mesmas informações, a exceção de Francisco, que não compareceu a ouvida.

O acusado, que um ano antes havia estuprado outra menor, livrando-se da cadeia apenas por casar-se com ela, não podia reparar o mal feito a Maria Laurinda. No entanto, empreendeu meios de atenuar sua culpa. No dia 7 de maio, pouco tempo depois do defloramento ser encaminhado à Justiça, Laurinda casou com o varredor de rua Anísio, mediante quantia de 200 [ilegível] paga por Álvaro Chaves. Dez dias depois o esposo da menor, solicita o encerramento do caso, alegando que este processo atentava contra sua honra de homem e causava-lhe prejuízo a sua moral. No entanto, o juiz do 3º Distrito Municipal Dr. José Cavalcante, negou o pedido afirmando que a honra da menor não podia ser reparada com um terceiro. Desta maneira, Álvaro Chaves foi preso.

Um caso de defloramento como este, numa leitura apressada pode nos ocultar as diversas redes sociais estabelecidas entre trabalhadores de diversas ocupações. Pode nos impedir, de ver quais as imagens que estes trabalhadores tinham de si e de seus ofícios. Quais as concepções de justo, de moral, de abuso ou honra agenciavam e compartilhavam em momentos de conflito e de lazer. E que a relação entre trabalho e salário, não era operação comumente realizada. Nas ruas e becos da cidade do Recife do início do século XX, algumas permanências do chamado passado escravista ainda estavam à mesa juntos as novas concepções de trabalho.

### **3.1 Nem tudo é negociável: relações de solidariedade horizontal e identidade de gênero**

A rua do Dique, cenário da trama, nos parece, a partir da fala das testemunhas, movimentada. A rua Vidal de Negreiros citada no processo ficava bem próxima e ambas estavam localizadas no bairro de São José.

Neste bairro em que se encontrava o pequeno comércio varejista<sup>231</sup>, e, abrigava não somente tavernas, quitandas, fábricas, mas também áreas conhecidas por “baixo meretrício”, era experienciado no vai e vem dos comerciantes e compradores nas vendas, nas casas de gênero alimentício, no Mercado de São José. Na descrição da historiadora Sylvia Couceiro:

---

<sup>231</sup>LOUREIRO, Cláudia; AMORIM, Luiz. **O Mascate, o Bispo, o Juiz e os outros:** sobre a gênese morfológica do Recife. IN: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº 2 / Outubro, 2000 pp.19- 38, p.32. Disponível em:<<http://unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/download/44/30>> Acessado em 20/12/2014.

“bairro de ruas mais estreitas, becos e travessas, como a Travessa do Ciúme, ou do Cirigado, do comércio mais barato e popular, das moradias de trabalhadores de menor poder aquisitivo”<sup>232</sup>. Este bairro sofreu adensamento, por ter recebido uma considerável parcela da população expulsa do bairro do Recife durante o período da reforma do porto<sup>233</sup>. Segundo Cátia Lubambo entre os anos de 1910 a 1913 a população de São José saiu de 21.500 habitantes para 32.404<sup>234</sup>. Esse contingente populacional era composto também por migrantes rurais, oriundos do interior de Pernambuco e de outros estados, especialmente durante a recessão econômica entre os anos de 1890-1904 que prejudicou a produção de açúcar no Nordeste<sup>235</sup>. O surgimento das usinas centrais em Pernambuco substituindo a velha forma de arrendamento de terras motivada pela mecanização do engenho, entre meados do século XIX e anos iniciais do século XX, garantiu ao produtor de açúcar, diminuir os custos de produção centralizando e controlando todo o processo. Dessa forma famílias inteiras perderam seu espaço de produção de subsistência dentro dos lotes de plantação de açúcar<sup>236</sup>.

Maria Laurinda era natural de Palmares, município na Mata Sul reduto dos principais engenhos do Estado<sup>237</sup>, que durante o século XIX possuía grande concentração de escravos<sup>238</sup>, localizado a mais de 100 quilômetros de distância do Recife. Órfã de mãe fora trazida para a

---

<sup>232</sup> COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade:** conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. Tese (Doutorado em História), UFPE, Recife, 2003, Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História - UFPE, 2003, p. 38.

<sup>233</sup> Lembrando que a reforma do Porto teve início em 1909, no entanto outras reformas no entorno do bairro do Recife estavam sendo realizadas. As desapropriações de prédios insalubres, casas térreas, sobrados para o alargamento de ruas e construção de avenidas se dão desde 1880. LUZ, Noêmia Maria Queiroz Pereira da. **Os caminhos do olhar:** circulação, propaganda e humor, Recife (1880-1914). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p.74. Sobre o adensamento do bairro ver: LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926:** Higienismo, vadiagem e repressão policial. (Dissertação de Mestrado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2003, p.86; ROCHA, Artur Gilberto Garcéa de Lacerda. Discursos de uma modernidade: **As transformações urbanas na Freguesia de São José (1860-1888)**, Recife, 2003, Dissertação de Mestrado em História.

<sup>234</sup> LUBAMBO, Cátia W. **Bairro do Recife:** Entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife. CEPE/FCCR, 1991. SETTE, Mário. **Arruar:** história pitoresca do Recife Antigo. 3 ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Coleção pernambucana, 12), p.136.

<sup>235</sup> LEVINE, Robert M. A velha usina: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.95.

<sup>236</sup> Sobre esse processador ver: LEVINE, Robert M. Op. Cit. p. 58-61.

<sup>237</sup> “A Mata Sul era um centro de produção de açúcar da província Pernambucana. Ao longo do século XIX a economia dessa localidade esteve orientada para a plantação de cana, produção de açúcar e de alguns dos seus derivados, como a aguardente, o mel e a rapadura”. SANTOS, Maria Emília de Vasconcelos. **Em busca da liberdade:** mulheres escravizadas e os caminhos da abolição –zona da mata sul de Pernambuco década de 1880 IN: Interfaces Científicas - Humanas e Sociais • Aracaju • V.2 nº. 3 p. 23 - 33 Jun. 2014, p. 25. Disponível em em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/1314> Acessado em: 22/01/2015.

<sup>238</sup> Segundo Marcus Carvalho, por ser uma região de grande produção açucareira de um total de 89.000 cativos da Província de Pernambuco em 1872, esta região concentrou de um cerca de 31.255 escravos. CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife. 1822-1850. Recife: Editora da UFPE, 1998.

capital pelo sogro do sargento Fenelon<sup>239</sup>, afim de que trabalhasse como criada na casa do mesmo. O serviço doméstico em casas de família era uma forma, de fugir da vida árdua e da penúria dos tempos de seca ou de produção insuficiente no campo. No romance *O Moleque Ricardo*, o autor José Lins do Rego em sua descrição do Recife nos primeiros anos do século XX, mostra através de seus personagens um pouco do que seria a condição dos migrantes rurais na cidade, em busca de novas oportunidades de vida. Suas relações de solidariedade, os valores agenciados, as relações de gênero, tudo isso é discutido ao longo de romance. Ricardo, personagem principal, era ainda moleque quando saiu de um engenho, e veio tentar a vida na capital sob o ideal de empregar-se. Em sua primeira viagem de trem diante da ansiedade e do medo que sentia, no desafio que parecia ser morar no Recife, lembrara que:

No engenho os trabalhadores eram alugados. Achava bonito, quando a negra Joana dizia na ‘rua’ falando de uma filha que se fora para o Recife: ‘Maria está empregada em casa de uma família’. Joana mesmo frisava para ofender a todos eles que eram escravos, sem dia de serviço pago, trabalhando pelo que comiam, pelo que vestiam.<sup>240</sup>

A partir da fala dos sujeitos envolvidos no caso, percebemos que direta ou indiretamente, todos ali estabeleciam vínculos, e que estes não estavam necessariamente ligados somente ao trabalho ou à conexão de vizinhança. Estes personagens não podiam se intitular apenas vizinhos ou colegas de trabalho. A relação entre eles movia não apenas uma identidade de classe motivada pelas experiências de exploração patrão-empregado.

Das duas mulheres que são citadas no caso apenas D. Firmina, a costureira, depôs. A esposa de Manoel Figueira apesar de não constar como testemunha, e nem ao menos sabemos o seu nome, prestou ajuda e socorreu a menor avisando ao marido e a vizinha sobre o defloramento. Fora a esposa de Miguel, que “arranjou” o novo serviço para a menina, quando ela fugiu da casa do sargento Fenelon. O ato dessas mulheres, além de assinalar profunda solidariedade e valores de proteção com os mais indefesos acena para o agenciamento da identidade de gênero. A posse da experiência de ser mulher pobre, trabalhadora, quer seja no ofício de costureira como Firmina ou como dona de casa, talvez tenha mobilizado as duas mulheres em torno da menina órfã, expropriada trabalhadora estuprada por seu patrão. É claro que a mobilização dessas mulheres, podia suscitar a hipótese de ser motivada por aspectos de moralidade e honra, afinal de contas eram mulheres. Mas esse agenciamento não exclui o primeiro. Firmina era costureira, solteira a loja térrea alugada no sobrado de Álvaro,

---

<sup>239</sup> *Denúncia*. Álvaro Arthur do Rego Chaves. Memorial de Justiça de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1200, ano 1900, fl.35v.

<sup>240</sup> REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961, p.36.

além de seu lar era também seu comércio. O que desejo dizer é que a mobilização de um determinado grupo transporta vários significados, leituras e associações que podem ser convergentes ao corolário da elite, ou, não. E mais, que nessas redes comunitárias<sup>241</sup> compartilhava-se não apenas solidariedades mas, também códigos de reprovação. E foi a reprovação que recaiu sobre Álvaro. Comerciante conhecido por todos os depoentes e apesar de manter boas relações com os vizinhos, como ficou exposto no depoimento de Firmina, não se livrou da condenação do crime de defloramento.

Os valores de justiça agenciados por, Francisco, Manoel Figueira e Fenelon não aprovavam a ação de Álvaro. Para eles estuprar uma menor não fazia parte da identidade masculina que experienciavam. Em comparação aos três homens, o acusado, era o que possuía melhor condição financeira, sendo dono de uma taverna e um sobrado. Os outros três, eram de ocupações menos remediadas, respectivamente; ajudante de taverna, empregado municipal, e segundo sargento do Batalhão de Infantaria. Francisco em seu depoimento disse que “não era empregado nem associado”<sup>242</sup>, apenas que aceitou o convite de “servir Álvaro” por estar “desempregado”. E que seu serviço era exclusivo da taverna, muito embora morasse na mesma casa do patrão.

Uma passagem do romance de José Lins do Rêgo, nos demonstra um pouco do que seria a relação entre um dono de comércio e seu empregado. Neste caso o empregado era Ricardo, o moleque vindo do Engenho Santa Rosa. Depois de um ano trabalhando como entregador de pão na padaria de Seu Alexandre, um português. Julgando seu serviço pesado demais para um ordenado de noventa mil-réis Ricardo comentara:

O que diabo eram noventa mil-réis? O povo da padaria bem que tinha razão, o galego queria era encher o rabo às custas dele. Foi ao Seu Alexandre e falou. O portuga abriu a boca no mundo: – Dou-lhe almoço e janta, senhor Ricardo. Dou-lhe, dormida, o senhor tem um quarto para dormir. Pago-lhe bem, o que mais o senhor quer?<sup>243</sup>

---

<sup>241</sup> Nike Savage, em uma análise sobre o estudo da classe trabalhadora, e das novas formas de analisa-la afirma que: “Em outros termos, se a distribuição desigual de recursos materiais na sociedade torna os trabalhadores um grupo muito vulnerável às incertezas da vida, a resposta a isso é a constituição de redes comunitárias, a formação de identidade locais, envolvendo relações familiares e de vizinhança, o desenvolvimento de inúmeras estratégias de sobrevivência, que o historiador não pode olvidar em nome da suposta primazia conferida às lutas desenvolvidas nos locais de trabalho”. IN: BATALHA, Claudio H. M., SILVA; Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). Culturas de classe. Campinas, SP: Unicamp, 2005; p.14

<sup>242</sup> *Denúncia*. Álvaro Arthur do Rego Chaves. Memorial de Justiça de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1200, ano 1900, fl.11.

<sup>243</sup> REGO, José Lins do. Op.cit. 56-57.

No caso de Ricardo, seu patrão como forma de negar-lhe aumento quis agregar valor ao fato de dar-lhe um quarto e comida, configurando que este benefício, seria parte de um pagamento. A comida e moradia eram às vezes, o único benefício que certos trabalhadores recebiam em troca de seu serviço. Muito embora este fosse um traço mais específico no serviço doméstico, esse tipo de negociação era muito comum.

O historiador Maciel Silva, sobre a regulamentação do trabalho doméstico, comenta que esta não foi firmada a contento durante o início da República e deixou uma lacuna no tocante a padronização das relações de contrato entre patrões e empregados, permitindo a existência de negociações baseadas em acordos pessoais e informais<sup>244</sup>. Esses acordos muitas vezes eram tidos como mais vantajosos em relação a um salário regular<sup>245</sup>. O valor dessa remuneração mensal como citamos no segundo capítulo, no caso de Alexandrina, podia ser em torno de 10 a 15 mil réis<sup>246</sup>. O serviço de lavadeira poderia render 30 a 40 mil réis<sup>247</sup>. Valores que não davam conta do alto custo que era morar no Recife. O preço de víveres alimentícios era alto, os jornais informavam da carestia que chegava a por um quilo de carne verde a 1 mil e 200 réis<sup>248</sup>. O preço de um litro de leite chegava a 200 réis<sup>249</sup>.

Em todos os processos selecionados<sup>250</sup>, neste trabalho encontramos apenas um caso em que se expressa o pagamento de jornada de trabalho a uma “criada da casa”. Este é o caso de Zulmira, citado no primeiro capítulo, que mesmo morando na casa dos seus patrões recebia remuneração mensal por seu serviço de doméstica, muito embora o valor não tenha sido citado.

Já Manoel Figueira, dizia-se “empregado municipal”. Ao certo não sabemos qual função ele desempenhava, mas Anísio da Costa marido de Laurinda, que também se dizia “empregado municipal”, em outra passagem fora descrito como varredor de rua. Ao certo Manoel exercia uma função de remuneração modesta, dada a localização de sua casa, seu bairro e as redes de relacionamento que estabelecia. Fenelon era sargento, sua posição social simbólica da farda, apesar de representar autoridade, não lhe fazia dispor de grandes cifras de dinheiro. Esses homens, que tinham em comum a situação de poucos recursos, sinalizavam

---

<sup>244</sup>SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Op. Cit. p.330

<sup>245</sup>Idem. p. 113.

<sup>246</sup>Ibidem.,p 100.

<sup>247</sup> Ibidem.,291.

<sup>248</sup> A Província. *O aumento do preço da carne verde*.15/10/1917, fl.1.

<sup>249</sup> COUCEIRO, Sylvia. Op. Cit.p.287.

<sup>250</sup> 31 Processos-crime do Memorial de Justiça de Pernambuco- Comarca Recife.

para o que consideravam imoral e inadmissível. Fenelon, mesmo depois de não ter mais responsabilidade patronal sobre Laurinda, apesar do engajamento dos outros depoentes no caso, foi o primeiro a levar o ocorrido à polícia, ou seja, um dia depois do defloramento. Mostrando também que sua função de sargento, representante da ordem, foi acionada por ele e por seus vizinhos.

O acordo entre Laurinda e Álvaro estava baseado em uma troca mercantilizada diferente, a moeda paga em troca dos serviços domésticos era abrigo e comida. Talvez para a menina órfã, parda, do interior - que desde cedo teve de lidar com as agruras e a dureza de uma vida marcada pela penúria e pelo abandono - esta negociação não parecia absurda. Não era absurda nem incomum para a grande maioria dos trabalhadores de uma cidade com elevando índice de migração rural e larga oferta de mão de obra. Laurinda talvez estivesse tão longe da operação trabalho-salário que a promessa de um par de sapatos e um vestido, foi capaz de convencê-la. O esforço e suor produto do serviço de doméstica, não garantia um salário, nem trazia a menina Laurinda um sentimento de independência, pelo contrário, estava presa a ele por uma relação de direta dependência. Sobreviver na cidade grande era uma tarefa complexa e sem dúvidas o maior desafio na vida de homens e mulheres, meninos e meninas pobres. Além de mostrar-nos que a relação trabalho-salário não era comumente operacionalizada este caso também aponta que as relações paternalistas e sua face mais negativa ainda continuavam a se manifestar, pois a lógica utilizada por Álvaro de dar um presente em troca de uma relação sexual, responde a herança fundamentada no período da escravidão, que imputava a visão de disponibilidade sexual das criadas<sup>251</sup>. Esse sentido de negociações informais e de impunidade, fez com que Álvaro se envolvesse num casamento para Laurinda, pagando a taxa do documento, que acreditamos ter sido 200 réis. Só depois que o casamento foi consumado, ele apareceu pra depor na delegacia, acreditando já ter resolvido o embaraço com a criada.

---

<sup>251</sup> Cristiana Schettini, fala que “o trabalho doméstico estava vinculado de várias maneiras no Rio de Janeiro, estando ambos associados à escravidão”. PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. Cad. Pagu [online]. 2005,n.25, pp. 25-54, p.53 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000200002>. Acessado em 04/12/2014. No Recife o historiador Maciel Silva diz, que havia uma negociação e lutas entre mulheres empregadas negras pardas e seus patrões por haver imbricada sem suas relações um paternalismo que “significava pouco mais do que a posse de direitos sexuais sem obrigações de casamento ou qualquer vínculo; para a criada solteira de cor”.SILVA, Maciel Henrique Carneiro da.Op. Cit., p. 204.

O importante é atentar que apesar de Laurinda ser uma criada, inserida em relações de dependência e seu trabalho agenciado a um passado de servidão<sup>252</sup>, ela dispunha de uma liberdade espacial, e foi o que provou ao fugir da casa de Fenelon. Talvez na casa de Álvaro a menina não fosse maltratada, talvez houvesse escolhido continuar lá, apesar de não sabermos a quanto tempo. Para o advogado de Álvaro, a menor era uma vendida<sup>253</sup>. Para a justiça, Álvaro, era um exemplo do que não se deveria ser. Juridicamente, em especial depois da promulgação do Código Penal de 1890, o crime contra a honra feminina constituía crime contra as famílias. Sendo assim proteger a virgindade da mulher, era garantir a longevidade dos lares e das famílias e por fim da sociedade. Um homem que atentasse contra e honra de uma mulher, estava atentando contra todo corpo social<sup>254</sup>. Anular o processo por conta do casamento de Laurinda, “era manter impune um estupro e assim deixar a porta aberta aos criminosos”. Para os seus ajudadores, amigos ou vizinhos e companheiros de trabalho, a menor foi violada e enganada, por alguém como mais recursos do que eles todos juntos, um patrão. Para o marido de Laurinda até então peça surpresa no processo, sua visão parece uma incógnita. Afinal havia casado com a mesma ignorando seu defloramento, mas solicitara o fim do processo, julgando ser uma desonra ter sua esposa envolvida em um pleito assim. Ora, será que Anísio, julgava realmente uma desonra, uma afronta? Será que ele se via desonrado ou aceitou fazer a petição de encerramento do processo por outros objetivos que não a desmoralização “nas praças” como expunha o advogado de Álvaro? Podemos conjecturar que Anísio fez apenas parte do plano de Álvaro para escapar da acusação de estupro, que levantou novamente o elemento da honra, agora de um homem casado. A estratégia de um casamento arrumado, pode ter sido a saída de muitos estupradores e defloradores com boa condição financeira.

### **3.2 Quando eles não se reconhecem: diversidade e identidades**

As experiências que compartilhavam os trabalhadores de condição menos remediada do Recife: as dificuldades de sobrevivência pelas incertezas de oportunidades de emprego/trabalho, os estigmas da cor/raça, o estigma do trabalho braçal, de residirem em

---

<sup>252</sup> Sobre o trabalho doméstico no século XIX para o XX Maciel Carneiro comenta: “paraos valores da época, os trabalhos domésticos, especialmente quando remunerado, eram vistos em sua proximidade com a escravidão, com a cor de pele mais escura”. SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Op. Cit., p 49.

<sup>253</sup> Numa das petições de encerramento do caso, o advogado de Álvaro, afirmando que Anísio seu marido da menor também pedia o encerramento da denúncia disse que ele a tomou por mulher, ignorando seu passado e que “ainda mesmo que perdida, de lábios poluídos pelos beijos vendidos”. <sup>253</sup> *Denúncia*. Álvaro Arthur do Rego Chaves. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1200, ano 1900, fl.26.

<sup>254</sup> Sobre a honestidade masculina ver ALVES, Noelia. IN: MÉTIS: história & cultura – SOUSA, Noelia Alves. jul./dez. 2010

bairros perigosos e em moradias insalubres, a questão da moralidade e honra em suspeição, as formas de sociabilidades em tavernas, quitandas e botequins, entre outros aspectos, elementos de construção de suas identidades sociais não garantiam homogeneidade nem a ausência de conflitos. É nos conflitos que essas identidades vão ser marcadas por outras clivagens como gênero, ofício e raça/cor.

Ocupação	Vítima %	Acusado %	Testemunhas %	Total %
Serviços Domésticos	16,85	0	4,49	21,0
Costureira	0	0	4,46	4,4
Cocheiro/Carroceiro	0	0	3,38	3,3
Jornaleiro	2,24	4,49	13,48	20,2
Agricultor	0	0	4,49	4,4
Negociante	1,13	3,37	17,64	22,0
Militar do Exército	0	1,13	3,38	4,5
Cigarreiro	1,13	0	0	1,1
Caixeiro	0	0	4,49	4,4
Refinador	0	1,13	1,13	2,2
Artista	0	1,13	4,49	5,6
Frissureiro	0	1,13	0	1,1
Bagageiro	1,13	0	0	1,1
Empregado Público	0	0	2,24	2,2
Guarda Fiscal	0	0	2,24	2,2
<b>Total</b>				<b>100,00</b>

**Quadro 1 – Ocupação dos envolvidos (vítima, réu e testemunha) nos processos–crime (1890-1915).**

A diversidade das ocupações de homens e mulheres na cidade do Recife poderia ser um condicionante agregador, mas também desagregador. De acordo com a documentação coligida percebemos que o número de negociantes (incluindo nesse grupo “proprietários de comércio”, “comerciante” e os que aprestavam apenas a palavra “negociante”) é em termos estatísticos maior que outras ocupações. Seguidamente temos a ocupação doméstica, com (21%), onde só estão inseridos nesse grupo pessoas que foram intituladas domésticas e se disseram domésticas. Em terceiro lugar a ocupação dos jornaleiros, com (20,2%). Ineri nesse grupo também os “ganhadores”, pois é comum num mesmo processo, a alternância entre esses dois nomes.

Fernando Teixeira, em sua análise sobre a cultura do trabalho dos estivadores do Porto de Santos, afirma que identidades de gênero, ofício e classe estão estruturadas e desdobradas

no terreno das relações familiares e nas diversas formas de sociabilidade e nas disputas políticas<sup>255</sup>.

O caso envolvendo os dois empregados da fábrica de bejús, apresenta a desavença entre pares como uma característica do cotidiano de trabalhadores que dividem as precariedades e as possibilidades da vida laboral. João Pedro das Neves, de vinte anos de idade, natural da Paraíba, “jornaleiro”<sup>256</sup>, pardo<sup>257</sup>, era empregado da fábrica de bejús, localizada no Jiquiá. Que a mais ou menos “oito a nove meses mantinha grande relação de amizade com seu companheiro de trabalho de nome José Pedro, conhecido por Goyaz”<sup>258</sup>. Entretanto, a relação entre eles passou a ficar estranha depois da prisão de dois empregados de Cícero Guerra<sup>259</sup>, também camaradas de Goyas. Julgando talvez ter sido João Pedro o denunciante de seus dois amigos, Goyaz passou a trata-lo de maneira indiferente. Na segunda feira, dia 16 de dezembro de 1908, João Pedro ao chegar ao trabalho, soube que seu ex-camarada havia comprado uma faca de ponta e que lhe procurava para conversar. Por volta das duas horas da tarde, quando todos estavam a fabricar bejús em meio uma conversa, Goyaz passou a dizer insultos ao mesmo e avançando sobre ele com a dita faca, conseguiu mata-lo apenas por intervenção dos outros companheiros de trabalho.

A fábrica de bejús funcionava na casa de Arcelino Custódio dos Santos, de vinte e dois anos de idade, de profissão “negócios ambulantes”, que também depôs no processo. Disse que no dia do ocorrido, necessitando ir até ao bairro de Afogados, deixando o “seu trabalho” sob os cuidados de sua mãe, soube no meio do caminho que em sua fábrica havia se dado um conflito entre dois de seus empregados. Informando que os dois gozavam de boa conduta e que há mais de cinco anos trabalhavam em sua fábrica, nunca tinha ouvido falar de desavença entre os dois e que pelo contrário, pensava serem eles amigos. Disse que ao chegar lá, encontrou apenas sua mãe “Thereza de tal” que nada pôde fazer diante da confusão e João Pedro sob os cuidados da polícia com um ferimento no ombro e que o autor da violência havia se evadido do local.

---

<sup>255</sup>SILVA, Fernando TEXEIRA. Valentia e cultura do trabalho na estivade Santos. IN: BATALHA, Claudio H. M., SILVA; Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). Culturas de classe. Campinas, SP: Unicamp, 2005, p. 209.

<sup>256</sup> Denúncia. Processo Crime contra José Pedro, vulgo Goyaz. Comarca de Recife -Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858 ano 1909, fl.10.

<sup>257</sup> A cor da vítima está explícita no exame de corpo delicto.

<sup>258</sup> Denúncia. Processo Crime contra José Pedro, vulgo Goyaz. Comarca de Recife -Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858 ano 1909, fl10 e 10v.

<sup>259</sup> Pelo que se pode encontrar nos jornais Cícero Guerra era dono de uma fábrica, não sabemos qual, na mesma região do Jiquiá.

Os depoentes seguintes serão trabalhadores da fábrica e pessoas que estabeleciam algum contato com os envolvidos. Domingos Ferreira da Silva, vinte e dois anos, solteiro, “negociante”; Francisco José Machado, vinte e um anos, “ganhador”; José Ferreira da Silva, de vinte e cinco anos de idade, “ganhador”; Oscar Augusto da Costa, vinte e três anos de idade também “ganhador”, depuseram no tribunal. Todos os depoimentos relatavam a mesma coisa. Que a contenda começou por iniciativa de José Pedro Goyaz, que esta fora apartada, mas apesar disso, aproveitando-se da distração deles, Goyaz conseguiu disferir um golpe de faca no ombro esquerdo de João Pedro das Neves. Pelo que ficou exposto, a briga começou com uma discussão e que nesta Goyaz já havia mostrado a faca para seu companheiro sendo impedido pelos outros trabalhadores da fábrica. E que mesmo depois deste episódio todos voltaram aos seus serviços, sendo a agressão feita quando todos estavam distraídos. Esse dado nos leva a pensar sobre o quanto poderia ser comum uma briga daquela proporção entre pares, dentro de um ambiente de trabalho. Ser ameaçado por uma faca, depois disto voltar a trabalhar lado a lado com seu ofensor e ser pego de surpresa num novo ataque no mesmo dia, mostra-nos que talvez esses homens nutrissem uma forma diferente de resolução de conflitos. Os limites entre crime e resolução de diferenças eram bastante tênues. Esses homens tinham noções próprias de justo, de masculinidade que diferiam muito do que convenciamos a chamar de brutalidade. Estavam inseridos num conjunto de códigos de conduta que lhes permitiam aquelas experiências. O caso só chegou ao conhecimento da polícia por que o fato ocorreu muito próximo da casa do subdelegado do Distrito de Areias.

A fala de José Pedro Goyaz não está disponibilizada, pois em todo o processo ele não aparece sendo autuado nem qualificado. Não sabemos, se a contenda surgiu de fato da suspeita de que João Pedro teria denunciado os camaradas de Goyaz. Esta hipótese foi levantada pela vítima, mas nenhuma outra testemunha fez inferências sobre o motivo da briga. No entanto, o que vemos aqui, é a dinâmica existente dentro de uma pequena fábrica que funcionava nos fundos da casa de Arcelino Custódio. Apesar de pequena, era ali que se estabeleciam as relações e redes de sociabilidades entre àqueles sujeitos, que além de compartilharem o mesmo trabalho e as mesmas dificuldades, tinham quase a mesma faixa etária, sendo todos eles solteiros. Para além do convívio na fábrica, existia um outro ligado ao lazer e as sociabilidades. No primeiro depoimento João Pedro disse que quando passou a notar a indiferença de seu camarada, não o convidou para o “bumba meu boi” que costumeiramente

iam juntos<sup>260</sup>. Pensar em João Pedro como um delator de outros empregados, beneficiando outro patrão, poderia ser visto por Goyaz como um ato de traição à identidade de trabalhador expropriado, dono apenas de sua força de trabalho, imerso em relações mercantilizadas, que julgava compartilhar com ele. No final do processo, o Tribunal Correccional julgou procedente a acusação contra o réu, sendo este incurso no artigo 303 de Lesões Corporais, do Código Penal condenado à pena de 8 meses e 22 dias de reclusão.

Outro caso semelhante, é o que envolve trabalhadores da Great Western<sup>261</sup>. No dia 19 de maio de 1909, Francisco Laurentino da Costa Lima, vinte e três anos, natural da Paraíba, ferira seu companheiro de trabalho Antônio Pereira da Silva com uma facada no ventre, depois de uma discussão dentro da Estação Central. A primeira testemunha a depor foi Pantaleão Pinto de Menezes, viúvo, morador de Jaboatão, que aparece no processo na parte da inquirição da delegacia, como “agricultor”, mas também como companheiro de serviço, de Francisco Laurentino, ambos zeladores da Estação Central. Que estando a limpar os carros da Estação Central, achou ali dormindo dentro de uns dos carros Antônio Pereira da Silva, pardo<sup>262</sup> de vinte e quatro anos, profissão “ganhador”. Depois de acordar o rapaz para que ele se retirasse do carro, ficou este muito aborrecido a ponto de querer brigar com Pantaleão. Minutos depois apareceu ali outro empregado da estação, Francisco Laurentino da Costa, que pediu para Antônio sair do carro sendo de imediato por ele ameaçado. Que tempo depois:

Estava ali trabalhando juntamente com Francisco na Estação Central de Pernambuco, quando ali apareceu Antônio, armado de faca e cacete, insultando tanto ele testemunha quanto o denunciado presente, e que tanto ele e o denunciado presente pediram a Antônio que ele se retirasse, pois não estavam eles dispostos a brigarem e que ambos deram as costas a Antônio Silva e que na ocasião em que eles voltaram-se Antônio vibrou no denunciado presente uma cacetada e depois chamou o mesmo para o pátio da referida estação; que o denunciado presente dirigiu-se para o lugar; que ele testemunha não acompanhou o seu companheiro por que tinha um serviço urgente para fazer naquela ocasião.<sup>263</sup>

Segundo Pantaleão, a conduta de Francisco Laurentino era boa, e que podia afirmar isso, pois trabalhava com o mesmo a pouco mais de dois anos. Que o ferimento que Antônio apresentou, foi produto da legítima defesa de Francisco, que se livrando de uma facada, feriu o ventre de seu opositor.

---

<sup>260</sup> Denúncia. Processo Crime contra José Pedro, vulgo Goyaz. Comarca de Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, ano 1909, fl.10.

<sup>261</sup> Empresa responsável pelo transporte ferroviário do Recife.

<sup>262</sup> De acordo com o exame de corpo delicto.

<sup>263</sup> Denúncia. Processo Crime contra Francisco Laurentino da Costa Lima Comarca de Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, ano 1909, fl.26 e 26 v.

A segunda testemunha, Ladislau Senna, servente na dita estação, residente na rua Imperial, distrito de São José, disse apenas que estava na plataforma quando ouviu os gritos e soube que Francisco havia ferido Antônio. A terceira, João Severino da Silva, trinta anos de idade, empregado na estação de ferro, casado, também morador da rua Imperial<sup>264</sup>, além de repetir o depoimento de Pantaleão e seus outros colegas, disse que conhecia a Francisco Laurentino a pouco mais de uma ano e que possuía ele um bom comportamento. Diferentemente de Antônio já conhecido por envolver-se em várias brigas. A quarta testemunha, Francisco Cesario da Silva, também “servente” da estação, acrescentou que Francisco Laurentino era muito considerado por seus companheiros e por seu “chefe”<sup>265</sup>. Não foi diferente do que disse a quinta testemunha, Luiz da Silva, solteiro, com vinte quatro anos, “empregado da Great Western”, que também aparece como “carvoeiro”. Afirmou ter sido Antônio, o provocador da contenda e na ocasião disse: “que todo mundo *sabia* que Antônio era um verdadeiro desordeiro”, e que com ele já havia se envolvido em uma confusão semelhante, em cuja Antônio procurou feri-lo com uma faca de ponta. Externou também que não havia alguma pessoa que gostasse da pessoa dele por ser muito “afoito”.<sup>266</sup>

Apesar da fala das testemunhas estarem à seu favor, Francisco não foi absolvido da acusação, sendo condenado a um ano e dois meses de reclusão por conta da lesão que causara em Antônio. Acontece que nenhuma das testemunhas comentou sobre algum comportamento negativo de Francisco, ao contrário de Antônio. Entendemos que o ambiente de trabalho poderia ser espaço para fazer surgir dentro de um grupo de trabalhadores, admiração e ódio. A busca por manter-se em um emprego, as disputas envolvendo melhores cargos e até mesmo a diferença entre um empregado comprometido e um desordeiro poderiam desencadear certos conflitos como este. Não ficou exposto no processo, se entre os dois empregados da estação havia alguma desavença antiga. O que se pode perceber foi à maneira em que os dois empregados eram caracterizados na visão de seus companheiros. A reconstituição dessas visões é importante, pois dá conta das diferenças existentes dentro de um mesmo grupo, que frequentemente nos jornais era descrito como homogêneo, dado a violência e a frivolidade. Outro ponto importante é como são mobilizadas as afinidades e as diferenças. A afoiteza de Antônio, incomodava à Luiz, que não o tinha como homem valente, mas sim afoito e

---

<sup>264</sup>Denúncia. Processo Crime contra Francisco Laurentino da Costa Lima Comarca de Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, ano 1909, fl. 28.

<sup>265</sup>Denúncia. Processo Crime contra Francisco Laurentino da Costa Lima Comarca de Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, ano 1909, fl.29.

<sup>266</sup>Denúncia. Processo Crime contra Francisco Laurentino da Costa Lima Comarca de Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, ano 1909, 15 e 15v.

“desordeiro”. A valentia em sua face positiva neste caso recaiu sobre Francisco, que por diversas vezes, segundo as testemunhas, havia pedido para encerrar a briga buscando desvencilhar-se de Antônio.

Se sujeitos de mesmo ofício podiam envolver-se em conflitos ligados a disputas diversas, então entre ofícios diferentes é possível que essas tensões fossem ainda mais comuns. Enfatizando as diferenciações existentes entre os trabalhadores na cidade do Recife na virada do século XIX para o século XX.

No dia 10 de novembro de 1889, na rua da Roda, localizada na Freguesia de Santo Antônio, por volta das sete horas da noite “Maria Eliza de Araújo, natural de Palmares, vinte anos de idade, profissão costureira, moradora número vinte e quatro” da referida rua, conversava com o cabo do Segundo Batalhão de Infantaria, Manoel Nunes da Silva, quando, “na porta de sua loja” apareceram ali dois indivíduos. Com um deles, Vicente de tal, caixeiro de uma padaria a Rua Estreita do Rosário ela mantinha “relações amorosas”. Ao cessar a conversa com o cabo Manoel Nunes, mandou que os dois rapazes entrassem em sua residência. Insatisfeito com aquela cena, o cabo ameaçou Maria Eliza saindo e voltando pouco tempo depois acompanhado de duas praças do 14º Batalhão Infantaria, ambos fardados. Ao entrarem na casa, expulsaram a força os dois moços e a briga foi parar no meio da rua.

Manoel Evaristo de Floro Mello, cigarreiro, que passava pelo local vendo a confusão que se sucedia na frente da casa, perguntou o que se achava ali acontecendo, quando em sua direção o cabo Manoel Nunes após trocar algumas palavras injuriosas travou com ele uma “luta a chapéus de sol (...) recebendo o mesmo Manoel Evaristo uma punhalada”. Maria Eliza afirmou em depoimento que não tinha visto faca no punho do cabo Manoel Nunes, mas que o mesmo declarava sempre em voz alta e durante a briga “que sua faca nunca mentiu”<sup>267</sup>.

Essa passagem dá conta apenas do primeiro depoimento de Maria Eliza sobre ocorrido à porta de sua casa “loja”, que resultou na morte de Manoel Evaristo de Mello. Este caso que a uma vista rápida pode figurar como mais um crime de homicídio motivado por ciúmes, nos oferta outros subsídios para compor um pouco dos conflitos entre homens e mulheres e as identidades agenciadas por esses personagens que cruzam as ruas e travessas do Recife.

---

<sup>267</sup> Denúncia Processo-Crime contra João José Nunes Comarca de Recife, Memorial de Justiça, Caixa, 261, ano de 1891.

No decorrer do processo, as outras testemunhas arroladas todas moradoras e trabalhadores da redondeza, promovem uma visão multifacetada do episódio. Cândida Maria de Assumpção, natural de “Pajehú das Flores”<sup>268</sup>, Sertão do Estado<sup>269</sup>, vinte sete anos de idade, costureira, que dividia a mesma casa com Maria Eliza, endossou o depoimento da companheira, afirmando ser o cabo Manoel Nunes, o assassino de Manoel Evaristo. Que ao ver os dois homens entrando na casa a convite de Maria Eliza, dizendo estar sendo desrespeitado e que era superior àqueles moços, ameaçou-a em tom “apaixonado” voltando tempo depois acompanhado de duas praças de polícia para agredir os dois rapazes.<sup>270</sup>

Justino Calistrato dos Santos de quarenta e sete anos, marceneiro, morador da casa de número vinte e nove, na rua da Roda, disse que conhecia a vítima Manoel Evaristo, por Dedé, e viu quando à porta de sua casa passaram o cabo Manoel Nunes juntamente com as duas praças dizendo em voz alta “vamos botar aqueles dois para fora”. Que o cabo trajando blusa preta aberta, carregava consigo uma faca no cós da calça, na altura do umbigo.

A outra testemunha do caso, Francisco Ernesto de Athayde, vinte nove anos, comerciante, disse que conhecia perfeitamente o indicado, pois havia sido praça no 2º Batalhão de Infantaria, juntamente com ele. Conhecia também os outros dois, por serem frequentemente vistos nas redondezas “fardados e exibindo distintivos de sargento e cadete”. Em depoimento, Francisco disse ainda que na noite do crime por volta das sete horas, em seu estabelecimento comercial, localizado na rua de São Francisco, bairro de Santo Antônio, o cabo Manoel Nunes, já um pouco alcoolizado iniciou uma briga com ele e seu companheiro Coutinho, também ex-praça de polícia. Os acusando de terem lhe roubado um lenço, pelo que jurando não terem feito foram mesmo assim ameaçados pelos cabo com uma faca. Francisco a fim de apaziguar a situação, disse aos praças que os dois haviam sido praças assim como eles, Coutinho inclusive, serviu no 14º Batalhão de Infantaria, dessa maneira encerrou-se a contenda e o trio saiu em direção a travessa, que ligava a rua da Roda à rua Bella. Que pouco tempo depois ouviu dizer que seu conhecido Dedé, havia sido esfaqueado por uma praça de polícia.

---

<sup>268</sup>Denúncia Processo- Crime contra João José Nunes Comarca de Recife, Memorial de Justiça, Caixa, 261,ano de 1891.

<sup>269</sup> Esta cidade era uma das que mais enviavam migrantes rurais inclusive pra a Zona da Mata açucareira. SANTOS. Maria Emílias Vasconcelos dos. **Os significados dos 13 de maio:** a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893)Os significados dos 13 de maio: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893). Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014, p.143.

<sup>270</sup>Denúncia Processo- Crime contra João José Nunes Comarca de Recife, Memorial de Justiça, Caixa, 261, ano de 1891, fl.25.

No momento da inquirição na delegacia, tanto Manoel Nunes quanto João José Nunes assistiam ao depoimento das testemunhas, recebendo o direito de refutar as informações. Os dois praças ao longo de todas essas acusações, disseram que na noite do crime estavam aquartelados em seus respectivos batalhões.

O último a depor como testemunha na delegacia, foi [Quilidonio] Lins Caldas, de vinte quatro anos, cadete sargento do 14º Batalhão, dizendo ter visto o praça João José Nunes às sete da noite entrando no quartel.

Quando o inquérito preliminar deixa a delegacia e aporta à Justiça outras testemunhas surgem, pondo em evidência informações novas. E é no decorrer do processo e na ouvida de novas e antigas testemunhas que a colcha de retalhos das relações de sociabilidade de nossos sujeitos aparece.

Era de conhecimento das pessoas da proximidade, que a rua da Roda abrigava casas de prostitutas além de tavernas e quitandas para a diversão de homens e fazia ligação com outra de igual fama, a Bella. Esses lugares de sociabilidade por reunir diferentes trabalhadores, podiam sediar conflitos decorrentes de suas diferentes ocupações e das possíveis demonstrações de masculinidade.

O primeiro a depor em juízo, foi [Aluizio] dos Santos Filho, amigo de Manoel Evaristo. Disse que estavam na rua da Roda, para encontrar uma “amasia de Pedro Nogueira”, que morava de frente a casa número vinte e quatro, de Maria Eliza e Cândida. Que ao ouvir som de bordoadas foi até a casa socorrer Manoel Evaristo que já se encontrava lá dentro, lutando com os dois militares armados de faca e em seguida caindo no chão ferido nos rins e na perna. A segunda testemunha, [Eleotênio] Pereira Martins, morador da Rua do Sossego no bairro da Boa Vista, apesar de não conhecer os acusados nem a vítima, estando na venda de Manoel Patrício, localizada também na rua da Roda, viu quando os três praças passaram e um deles disse: “tenho 10 mil réis para vadiarmos”. Outra testemunha, Francisco José da Rocha, cocheiro, natural do Estado da Paraíba, analfabeto, estava na frente da cocheira de José Duarte, de onde é empregado, e viu os três homens andando apressadamente com facas na mão. Perguntou-lhes: “camaradas vocês estão com medo?” E um deles voltando-se para ele tentou agredi-lo pelo que foi impedido por um de seus companheiros.

Maria Eliza de Araújo e Cândida Maria da Assunção, agora moradoras da rua Bella, número vinte e oito, reforçaram o que disseram no depoimento preliminar na delegacia.

Justino Calitrato da Silva, após dizer que a autoria do crime fora dos dois militares Manoel Nunes e João José Nunes, o vizinho das moças, acrescentou em seu segundo

depoimento, que duas eram “mulheres de vida pública”<sup>271</sup> e não costureiras. Fato que nenhuma das pouco ou mais dez testemunhas comentou.

A rua da Roda, era conhecida por “possuir sobrados, casas, quartos e acomodações onde as prostitutas exploravam o comércio do amor”<sup>272</sup>. Não sabemos, porém, se de fato eram prostitutas, ou se exerciam juntamente com esse trabalho o de costureira, ou se estavam sendo afamadas por conta da rua em que moravam. Segundo Fabiane Popinigis, mulheres pobres “podiam exercer a prostituição esporadicamente, para complementar, o orçamento, não admitindo para si, a identidade de prostituta”<sup>273</sup>.

Em seus depoimentos Maria Eliza e Cândida, chamavam sua residênciade “loja”. Assim como Firmina a costureira, testemunha no caso de Maria Laurinda, dizia morar também numa “loja”. O próprio Justino era dono de um Hotel na referida rua, fato que veio a lume no relato de outro depoente, visto que no começo do inquérito alegou exercer a função de marceneiro. A rua contava também com a venda do seu Manoel Patrício “Bahia” que estava aberta na hora do crime, perto das 8 da noite e a “cocheira” de seu José Duarte Pereira. Havia perto dali, na rua Estreita do Rosário, a padaria onde trabalhava o suposto namorado de Maria Eliza e o comércio de Francisco Ernesto de Athayde, sito à rua São Francisco, próxima à rua da Roda e rua Bella, onde o cabo havia entrado um pouco alcoolizado.

O processo acaba no depoimento de Justino e sem a conclusão final do juiz. O cabo Manuel Nunes, por sua vez tentou durante toda apelação-crime afirmar que estava em serviço no quartel na Rua das Águas Verdes, durante toda a noite, mesmo sendo reconhecido por todas as testemunhas. Maria Eliza e Cândida de Assumpção, que no segundo depoimento, aparecem como sendo as duas do “serviço doméstico”.

As relações de solidariedade, as visões estigmatizas compartilhadas, as redes de relacionamento entre esses personagens, aparecem nas entrelinhas dos depoimentos. Manoel Evaristo, *Dedé* o cigareiro, vítima assassinada pelos militares, era conhecido por parte da maioria das testemunhas. As praças como ficou exposto, eram vistos comumente transitando nas ruas e nas tavernas à noite, desfilando com suas fardas e distintivos. As mulheres costureiras, também intituladas por seu vizinho de “públicas” tinham uma relação de proximidade com Dedé, tanto que fora capaz de acudi-las e entrar numa confusão que não provocara para ajuda-las.

---

<sup>271</sup>Denúncia Processo- Crime contra João José Nunes Comarca de Recife, Memorial de Justiça, Caixa, 261, ano de 1891, fl 42v.

<sup>272</sup> COUCEIRO, Sylvia Costa. Op. Cit. 136.

<sup>273</sup> POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**: trabalhadoresdo comércio carioca, 1850-1911.Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. p.197.

Não sabemos ao certo se a motivação do crime foi mesmo uma briga entre clientes, ou uma discussão motivada por ciúmes. Nossa inquirição busca discutir, quais visões esses trabalhadores tinham de si e em que medida elas provocavam tensões ou solidariedades.

Os militares, policiais e homens de farda, por exemplo, apesar de fazerem parte do grupo dos trabalhadores<sup>274</sup>, compartilham de uma vida material difícil, frequentarem os mesmos lugares de sociabilidades, experienciavam certa hostilidade por parte de outros trabalhadores. Segundo Cristiane Schettini essa hostilidade tem referência: “muitos homens viam nos policiais militares recrutadores que levavam ex-escravos, capoeiras ou crianças para a Armada ou para os quartéis”<sup>275</sup>. Mas somente isso não dá conta de toda essa hostilidade.

É importante lembrar que as ruas, espaços de sociabilidades, ambientes do exercício da masculinidade, virilidade dos homens da classe trabalhadora, eram também o cenário da construção e exercício da autoridade dos homens fardados<sup>276</sup>. Não raramente era noticiado nos jornais os casos de confusões e brigas envolvendo policiais, marinheiros e outros trabalhadores. Essa autoridade, além de agenciar elementos de uma masculinidade ligada aos atos de bravura e valentia, como vimos no segundo capítulo, também se exercia sob a simbologia da farda e do distintivo. Não era à toa, que Manoel Nunes e seus dois companheiros de mesma arma, eram frequentemente vistos de farda e distintivos por aquelas ruas.

Segundo a historiadora Clarissa Nunes Maia ao comentar sobre os casos de indisciplina e brigas envolvendo policiais em Recife nos primeiros anos da República diz que:

A origem social desses indivíduos explica o índice elevado de indisciplina que havia entre eles. A maior parte deles provinha das mesmas camadas da sociedade que deveriam ser policiadas, e por não terem uma profissão certa se engajavam voluntariamente na Força Policial que lhes dava um soldo de aproximadamente 1\$300 réis diários, fora alojamento, comida e um estipêndio de \$160 réis para a compra do fardamento<sup>277</sup>.

O valor das diárias de um soldado era quase equivalentes as de um trabalhador rural adulto: cerca de 1\$030 réis, com a vantagem de poder plantar uma roça de subsistência e não

---

<sup>274</sup>Sobre os trabalhadores-policiais ver: ROSEMBERG, André. **Para quando o calo aperta:** os trabalhadores-policiais do Corpo Policial Permanente de São Paulo no final do Império. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1p. 77-90, 2009.

<sup>275</sup>SCHETTINI, Cristiana, Op. Cit., p.44.

<sup>276</sup> SCHETTINI, Cristiana, Op. Cit., p. 46.

<sup>277</sup> MAIA, Clarissa Nunes. Op. Cit. p. 94.

ter os gastos inerentes ao cotidiano numa cidade como Recife<sup>278</sup>. Para um homem de condição modesta, pardo, negro, mulato, migrante rural, o soldo aliado ao capital simbólico da farda e da arma, poderia ser uma proposta interessante de trabalho e sobrevivência. Muito embora, o perigo e os baixos honorários enfraquecesse a longevidade do trabalho. O comerciante, Francisco e seu companheiro Coutinho ex-praçasdo Exército, agenciaram essa identidade para acalmar os militares durante a confusão, ainda que ela não tenha sido suficiente para evitar o mal estar entre eles. Parece-nos que a ideia de pertencimento e corporativismo não era operacionalizada de uma forma tão simples. A própria forma de reconhecimento entre eles era turva. Francisco, disse ter sido companheiro de Manoel Nunes no 2º batalhão, mas após a contenda fez um dos mais veementes testemunhos, de posse de um depoimento longo, tratou de acusar os três militares do assassinato de Manoel Evaristo, Dedé, que também era seu conhecido.

Os indiciados, contaram, com a solidariedade horizontal de um de seus pares. O cadete [Quilidonio], que disse ter visto um dos acusados entrando no quartel na hora exata do crime, não convenceu o juiz que em resolução do caso condenou José Manoel Nunes a 12 anos de prisão com trabalho, segundo o artigo 193 do Código Criminal<sup>279</sup>, juntamente com Manoel Nunes.

Entre pessoas de mesma realidade material, representar a ordem ou exercício da autoridade, poderia por si só ser motivo de desequilíbrio e tensão. A visão que os militares faziam de si, era de certa superioridade. O cabo Manoel falara a Maria Eliza que se sentiu desrespeitado com a entrada daqueles dois moços em sua casa, por estar ali conversando antes da chegada deles e que lhes era superior. Se a casa das duas mulheres era uma “loja”, ou uma lugar de encontros amorosos, não sabemos. O que entendemos é que Manoel sentia-se digno de um tratamento melhor e mais importante do que um caixeiro de padaria. Ciúmes ou não, vemos aqui rivalidades entre sujeitos que compartilhavam realidades de sociabilidade semelhantes, bem como as precariedades da vida material, mas por possuírem ofícios diferentes estabeleciam-se experiências diferentes. O grupo dos *trabalhadores do comércio* se municiou contra os três praças no depoimento, marcando bem a divisão entre eles. O caráter trabalhador, respeitador da vítima (que socorreu as duas mulheres indefesas e livrou os dois moços da briga), agenciado por eles contrastou com a atitude violenta, frívola e agressiva dos

---

<sup>278</sup> LEVINE, Robert M. **A velha usina**: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 62 e 102.

<sup>279</sup> Tivemos acesso a conclusão do caso a partir da publicação da sentença, no Jornal Recife de 18/12/1890, um ano depois do ocorrido.

militares fardados<sup>280</sup>. Segundo um dos depoentes, eles estavam ali para vadiar. As fronteiras entre justo e injusto para os trabalhadores do comércio tinham sido levantadas.

A brabeza dos militares ao longo da rua da Roda, ameaçando homens com faca, informa qual juízo faziam de si. Demonstrar bravura poderia ser uma forma de fazer-se respeitado. Mas essa lógica também era usada pelos caixeiros, cigarreiros, cocheiros, donos de comércio, estivadores, entre outros. O elemento feminino era um catalisador nesses episódios, pois diante das mulheres esses conflitos tendiam a acionar uma identidade masculina que perpassava pela demonstração pública de valentia e de disputa de força. Como cita Fernando Teixeira:

A disputa pela fama de valente, portanto, exigia plateia, torcida, testemunhas que deveriam funcionar como um “tribunal da reputação”, ao qual cabia reconhecer quem gozava de respeito, referência ou distinção. A aquisição de honra, não implica necessariamente noções de virtude e justiça, dependia da visibilidade das ações, da avaliação pública dos “feitos de um homem”<sup>281</sup>.

Às vezes a demonstração da força e valentia era realizada contra as próprias mulheres. Forma de demarcar a identidade de gênero, investir sobre uma mulher com grosseira ou usar da força como forma de conquista eram meios adotados por alguns homens.

Francisco Secundino dos Santos, conhecido por *Chico Macuca* era “frissureiro”<sup>282</sup> e possuía uma banca na “Estação de Tejipió”. Achava-se ele às oito da noite, do dia 20 de julho de 1909, a vender miúdos em seu tabuleiro quando se aproximou a mulher de nome Maria José, perguntando-lhe se tinha fígado, respondendo ele que não. Afastando-se do tabuleiro, Maria sentou-se num banco ao lado de outra mulher que estava em sua companhia. Minutos depois, deixando, ele “o seu negócio”, foi até uma quitanda próxima beber um pouco de aguardente e comprar cigarros. Segundo ele, ao voltar para seu negócio encontrou seu “camarada” conhecido por “Belló” e que este havia soltado gracejos indecentes para as duas mulheres. Logo seguida, viu uma das mulheres ferida e ele com a faca na mão não lembrava o que tinha acontecido<sup>283</sup>.

---

<sup>280</sup> Todas as testemunhas que acusavam os praças do assassinato de Manoel Evaristo, fazem menção de que eles estavam fardados.

<sup>281</sup> SILVA, Fernando TEXEIRA. Valentia e cultura do trabalho na estivade Santos. IN: BATALHA, Claudio H. M., SILVA; Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). Culturas de classe. Campinas, SP: Unicamp, 2005, p.211.

<sup>282</sup> Quem vende miúdos de boi e porco.

<sup>283</sup> *Denúncia*. Processo Crime contra Francisco Secundino dos Santos. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano1909, fl. 13- 13v.

De acordo com as duas mulheres, apenas o frissureiro, havia dito os tais “gracejos indecentes”<sup>284</sup>. Josefa Maria da Conceição, “de vinte um anos de idade, solteira, dos serviços domésticos” estava em companhia de Maria José, quando se deu o fato e que repeliu os gracejos, dizendo a ele que:

Respeitasse as famílias que ali estavam transitando, que não queria gracejos consigo, que apesar de ser negra dava-se o respeito; que Chico Macuca ofendeu-se com a advertência que fez ela Josefa e disse que dava-lhe com a faca de miúdos na cara, quando em seguida descarregou um golpe”<sup>285</sup>.

Belarmino Pereira de Souza, trinta e oito anos de idade, “jornaleiro”, segunda testemunha, estava na Estação de Tejipló às oito da noite, por ali exercer a função de “ganhador”. Viu quando Maria José se aproximou da banca de miúdos e saiu de sacola vazia. Se aproximando de Macuca, o depoente perguntou se ele conhecia aquelas duas mulheres, respondendo que as conhecia e que ambas moravam em Areias. Minutos depois Francisco dos Santos, o Chico Macuca, se aproximando das duas mulheres, disferiu um golpe contra a mulher de nome Maria José, e que logo em seguida arrependendo-se, levou-a até a farmácia afim de que tratasse o ferimento. O terceiro a depor na delegacia, foi João Manoel da Costa, que morava próximo da Estação Tejipló. Ouviu dizer que Chico Macuca havia ferido uma mulher com golpe de faca de miúdos na dita Estação. Que na manhã seguinte, indo pegar o trem para o Recife, encontrou Macuca na Estação, pelo que lhe disse ter ferido uma mulher na noite anterior por motivos de brincadeira. Conhecia o indiciado há muito tempo, sabendo que ele já havia sido preso por jogos proibidos.

Na inquirição feita pela Justiça, a versão da história começa a mudar. As testemunhas foram às mesmas da delegacia com a participação de um novo depoente, José Ignácio Gomes, dono da quitanda onde Chico Macuca havia tomado aguardente minutos antes de ferir Maria José. Disse que o indiciado não tinha a intenção de ferir a tal mulher, que tudo ocorrera “de forma casual e desproposital”. Essa ultima frase, foi a que todos os depoentes homens repetiram nos depoimentos seguintes. Belarmino, “jornaleiro”, João Manoel da Costa também “jornaleiro”. No entanto, Josefa Maria da Conceição, acrescentou que nada havia sido desproposital, pois disse que quando Maria José foi até o tabuleiro de miúdos, “ouviu ele decompor bastante aquela mulher, que retirou-se. E que o denunciado presente disse mais para a mulher, que uma negra como ela dava-lhe de faca na cara, e assim fez os ferimentos na

---

<sup>284</sup> *Denúncia*. Processo Crime contra Francisco Secundino dos Santos. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano1909, fl. 14.

<sup>285</sup> *Denúncia*. Processo Crime contra Francisco Secundino dos Santos. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano1909, fl14v.

referida mulher”. Josefa disse não conhecer Maria, mas que apenas esperava o trem na plataforma, nem tampouco o Chico Macuca, muito embora na delegacia ele tenha dito saber que ambas moravam em Areias.

Depois deste último depoimento o processo que fora iniciado em julho de 1909 terminou com a condenação de Chico Macuca, a um ano e dois meses de prisão pelo crime de lesões corporais Artigo 303 do Código Penal, sendo ele solto em Maio de 1912.

O que nos aparece, é que apesar de ter tido a ajuda de seus companheiros, e pessoas que estabeleciam laços de sociabilidade com ele, o depoimento das duas mulheres somado ao exame de corpo delito, foram determinantes na sua condenação. Josefa e Maria não contaram com o depoimento de nenhuma outra mulher. Ambas estavam na Estação de Tejió aguardando o trem de volta pra a casa, e pelo que ficou exposto no depoimento de Josefa, elas não se conheciam. Talvez o fato de estarem sozinhas numa cena de violência e assédio, feita por um homem de mesma realidade material que elas, tenha sido mola propulsora para uma ação de solidariedade horizontal, acionado pela identidade ser mulher trabalhadora. E mais, mulheres negras. Pois apesar do exame de corpo e delito dizer que Maria José era parda, Chico Macuca havia chamando-a de negra. Josefa também havia se apresentado como negra, quando pediu para o acusado encerrar os gracejos dizendo-lhe que apesar de negra ela se dava o respeito.

Essa passagem mostra-nos também como a cor escura ainda carregava os significados inclusive da disponibilidade sexual. Josefa, acionando a lógica de Chico Macuca, quis mostrar-lhe que apesar de negra ela não estava disponível àquela exposição. Esse “apesar” talvez carregue a visão que a própria Josefa fazia de sua cor, dando a entender que sua cor e ela eram coisas diferentes.

Silvana Santiago num estudo sobre a historicidade do estereótipo de sensualidade e beleza das mulatas discutindo como este pôde ser percebido no cotidiano das mulheres pobres no final do século XIX para início do século XX, diz que:

Em sociedades onde os marcadores raciais estão presentes, como no caso do Brasil, as representações de gênero e classe estão “coloridas” pela raça. Assim, o fator raça contribui na construção e representação de outras relações sociais e de poder, a saber, gênero, classe e sexualidade. Para o caso de mulheres negras a sexualidade entra como um elemento central nas considerações. Marcados em seus corpos através dos estereótipos, os significados da sexualidade da negra a tornam uma construção específica destacando-a de outras mulheres<sup>286</sup>.

---

<sup>286</sup> SANTIAGO, Silvana. Op. Cit. p. 11.

Além de mulher, de doméstica, a cor era outra identidade, que ligava Josefa e Maria e fazia parte da construção de suas relações sociais. Esse caso mostra-nos que às vezes eventos fortuitos podiam fazer sobrepor uma identidade à outra. No compartilhar de precariedades materiais, esses personagens, que estabeleciam trocas de experiências intensas em seu trabalho e no cotidiano nas ruas, podiam experimentar uma coesão social, mas também a divisão. A busca pela sobrevivência por si só era uma tarefa complexa, mas para as mulheres que apresentamos compartilhar os mesmos espaços públicos, lidar com a violência dos homens e com a constante suspeição, era tarefa ainda mais complicada.

É certo que a violência contra as mulheres não estava apenas circunscrita na ideia de disponibilidade sexual, mas também no ciúme de namorados, maridos e amantes e a visão de domínio que supunham exercer sobre os corpos femininos. O caso de Maria Luiza do Nascimento, que fora espancada por seu companheiro é um dessas histórias. Severo Francisco de Lima, carroceiro, morador da rua “oitenta e nove, bairro de São José”, vivia há dois anos em companhia de Maria Luiza do Nascimento, parda, pelo que ficou exposto no exame de corpo e delito, natural de Alagoas, de vinte e cinco anos de idade, dos serviços domésticos. Maria Luiza que já tinha uma filha de dez anos, saiu no dia 03 de novembro para passear com ela às oito da noite, “com a licença de seu amasio”<sup>287</sup> voltando uma hora depois. Ao entrar na casa, que estava escura, foi surpreendida com várias pauladas na cabeça, dadas por Severo que dizia: “então senhora burra agora é que você chega?”. Atordoada correu para a rua a fim de não apanhar mais.

Maria, filha de Maria Luiza, fora a pessoa que pediu ajuda aos vizinhos, segundo o depoimento de Adelaide dos Santos Rodrigues, de vinte e nove anos, “dos serviços domésticos”, moradora da mesma rua do acusado e da ofendida. Que estando em sua casa ouviu por volta das nove horas da noite, gritos de socorro da menor Maria. Que não foi apartar a briga, pois não havia como separar uma confusão envolvendo um homem, pelo que pediu ajuda aos outros vizinhos. Disse que não tinha relações de proximidade com a vítima, e, portanto não sabia por qual motivo se deu o espancamento<sup>288</sup>.

A segunda testemunha João Pantaleão, “empresário”, também morador da rua ouviu os gritos da referida mulher Maria Luiza e de sua filha. Que ele juntamente com outros vizinhos acudiu-a. Outros dois vizinhos figuraram como testemunhas, Francisco [Jurissiano] da Silva e João Lins de França afirmaram não terem visto o momento exato do espancamento,

---

<sup>287</sup> Denúncia Processo Crime contra Severo Francisco de Lima – Comarca Recife – Memorial de justiça de Pernambuco, Caixa 760, ano 1901, fl. 6v.

<sup>288</sup> Denúncia Processo Crime contra Severo Francisco de Lima – Comarca Recife – Memorial de justiça de Pernambuco, Caixa 760, ano 1901, fl.16 v e 17.

apenas que encontraram Maria Luiza a gritar na frente de sua casa. Que procurando o acusado não o encontraram em sua residência, e que apesar do ocorrido ele não tinha uma conduta que denunciasses essa violência. Severo Francisco por sua vez, ao depor disse apenas que não tinha autorizado sua “amasia de sair de casa”. E que não sabia o quanto seus vizinhos se “interessavam pela desarmonia do casal”<sup>289</sup>.

É provável que para Severo sua discussão e agressão à Maria Luiza ocorrida no âmbito doméstico, não fosse acarretar uma repercussão tão grande diante dos vizinhos. Isso talvez demonstre que discussões entre marido e mulher, acordando dos vizinhos no meio da noite, não fosse algo tão incomum nas ruas e becos da cidade. Que julgar uma agressão pelo ponto de vista de uma “desarmonia” constituía prova de que a linha entre discussão e violência para Severo fosse bastante tênue. Entretanto para os seus pares, a atitude de Severo fora demasiada. Todos os depoentes compareceram à delegacia e depois ao tribunal, endossando o depoimento de Maria Luiza. O resultado foi à condenação do indiciado pelo crime de lesão corporal, sendo por ele preso. Quanto a Maria Luiza, que disse ter sido a primeira vez que Severo a agrediu, ao longo dos dois anos em que viviam juntos, sair sozinha à noite não era algo tão livre e comum assim. Para alguns desses nossos personagens, a lógica de trabalho na rua e liberdade tinha suas complexidades. Ela mobilizou os códigos “de bem viver” do casal, quando disse pedir para sair com sua filha menor e sob a permissão do seu companheiro. Muito embora sua condição descrita pelo escrivão tenha sido de “amasia”, para aquele grupo, talvez Maria Luiza tenha mobilizado os valores corretos para o sua experiência de esposa.

Às vezes o que se era mobilizado pela classe menos remediada, se confrontava com a visão dos homens da lei. E esse conflito é exposto de forma a tratar as experiências desses sujeitos como imorais e impróprias. O caso de Maria Valdevino é exemplo. Já bastante conhecida por suas façanhas, por ter se envolvido em diversas confusões, expostas assim nos noticiários<sup>290</sup>, fora presa no dia 10 de novembro e 1890, por um soldado da Guarda Cívica, a mando do subdelegado do Recife por ofensas à moral pública<sup>291</sup>. Bonifácio Joaquim José dos Santos era esposo de Maria Valdevino e requeria um pedido de Habeas Corpus para soltura da mesma. Dizia ter havido um equívoco na prisão da sua esposa por conta da semelhança de seu nome. No auto de qualificação, Maria Valdevino natural da Comarca de Bonito, disse “lavar e engomar” e morar há dois anos em Santo Amaro das Salinas, na freguesia do Recife, estava

---

<sup>289</sup> Denúncia Processo Crime contra Severo Francisco de Lima – Comarca Recife – Memorial de justiça de Pernambuco, Caixa 760, ano 1901, fl. 23.

<sup>290</sup> Notícias sobre Maria Valdevina de Siqueira, também conhecida por santinha: Jornal Recife, 17/04/1907; Jornal do Recife 13/11/1906; 17/04/1

<sup>291</sup> Jornal a Província. 19/11/1890.

passando uns dias no beco da Lama. Que não tinha efetuado nenhuma ação imoral e que nem sabia por que estava presa. A resposta do subdelegado ao pedido de habeas corpus foi a seguinte:

Ouvida da paciente que reside em Santo Amaro das Salinas, e ‘abandonando’ a casa de seu marido, dirigiu-se ao um cortiço no beco da Lama, desta freguesia e ali pratica as maiores imoralidades com diversos indivíduos, e com ela tem relações ilícitas, sem ao menos respeitado tenha aos vizinhos e a moral pública. Ontem foi ela presa pela manhã, por ter na noite anterior no referido cortiço, brigado com o indivíduo João Bezerra de Araújo, e ter tentado contra a existência dele, armada de uma navalha, pelo que mandei-a recolher em correção, e na casa de Detenção se acha<sup>292</sup>.

Apesar da tentativa do marido, Maria Valdevino não foi solta. A acusação de tentativa de assassinato pesara, sobretudo depois da mesma ter dito que passava uns dias no Beco da Lama, mas residia em Santo Amaro das Salinas. Configurada como uma mulher que abandonou o marido e que vivia a praticar imoralidades, diante disso sua soltura foi negada.

O beco<sup>293</sup> da Lama, também conhecido como Travessa do Corpo Santo, já estava na mira das autoridades como um lugar de domicílios insalubres e área passível de reformas, por estar localizada próxima a uma das mais importantes pontes do bairro do Recife. O Conselho de Intendência Municipal do Recife, em sua campanha de melhoramentos da cidade, já havia desapropriado as casas do lado norte do beco, a fim de transformá-lo numa rua espaçosa que facilitasse o trânsito de pessoas e transportes na Ponte Buarque de Macedo. Isso é o que faz supor, a nota divulgada no Jornal do Recife em 29 de outubro de 1890<sup>294</sup>, assinada em nome dos moradores da cidade do Recife, que solicitavam a demolição imediata de todas essas casas, chamadas de “casinholas”, explicada pela ampliação de áreas de acesso à referida ponte. Eram em cortiços, semelhantes, ali localizados que estava Maria Valdevino quando foi presa. Em casos como o de Maria Valdevina, punir mulheres de condutas ditas imorais, significava garantir a perfeita engrenagem da ordem pública, e, sobretudo demarcar os papéis

---

<sup>292</sup> Recurso de Habeas Corpus de Maria Valdevino de Siqueira – Comarca de Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, caixa 264, ano 1890, fl6.

<sup>293</sup> Segundo Maria Emília de Vasconcelos, “o beco era o local onde havia concentração de moradores de baixa renda. Também espaço visto e descrito nos jornais como centro de cenas indecentes e de ofensa a moral e aos bons costumes. VASCONCELOS, Maria Emília. “Moças Honestas ou “Meninas Perdidas”: Um estudo sobre a honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco Imperial (1860-1888)”. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2007, p. 46.

<sup>294</sup> As cenas da ação da Intendência da Capital, responsável pela reforma de melhoramentos da cidade, serão recorrentemente tratadas nas notas dos jornais informando sobre a desapropriação de casa térreas e comércios no beco da Lama, também conhecido como travessa do Corpo Santo. *A Província*, **Sessão da Intendência** 05/07/1890 e *A Província*, 29/11/1890.

de gênero. Situar as mulheres numa realidade longe das ruas, da imoralidade, da desordem era demonstrar quais eram os lugares sociais dos sujeitos femininos e masculinos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando escolhemos um objeto de pesquisa, não fazemos ideia das mudanças de perspectiva que teremos, nem do quão longe ele pode nos levar. Isso por que, no contato com as fontes, diante dos fragmentos da vida de homens e mulheres trabalhadores, seus dramas, suas lutas, seus medos, somos levados a percorrer caminhos que nunca antes passamos. Esses mortos se fazem vivos, e nós, quando somos apresentados a uma face de suas experiências, passamos a perceber que muitas delas ainda ressoam na vida de hoje. Assim como disse Sidney Chalhoub, dois impulsos são constitutivos fundamentais para a curiosidade do historiador: sua inserção no presente e sua capacidade de estranhar<sup>295</sup>. O presente me trouxe a necessidade de analisar a vida de mulheres pobres no início do século XX em sua luta pela sobrevivência e pela de seus pares, talvez por que em minha casa um exemplo de mulher chefe de família, que sempre foi responsável pelo meu sustento, de meu pai e de meus irmãos me senti inquietada. As dificuldades inerentes de ser mulher trabalhadora, diante de uma realidade material difícil, causavam estranhamento e ao me deparar com Amélias, Zulmiras, Antônias, eu via um pouco da luta da minha mãe. Mas foram através das experiências dessas mulheres que cheguei a dos homens.

A virada do século XIX para XX, representou um momento de muitas transformações nas principais cidades do país. O movimento higienista, o aumento das populações urbanas decorrente da migração rural e internacional, a expansão do capitalismo, o envolvimento de profissionais liberais nas questões de política e ordenação das cidades, tudo isso resultou em impactos na vida dos moradores das cidades, mas sobretudo nas dos menos remediados. A eles, coube sair das zonas centrais, alojar-se em bairros periféricos, serem descritos como bárbaros e violentos, lidar com as dificuldades da vida de trabalho numa cidade pouco industrializada como Recife, enfrentando a violência de patrões, da polícia, dos cônjuges e da própria pobreza material.

De posse da análise dos processos crimes e jornais, pudemos ver como mulheres trabalhadoras negociavam com as autoridades, com outros homens e mulheres valores de honra e moralidade, em face da necessidade de buscar meios de sobrevivência na cidade do Recife. O contato com processos-crimes, envolvendo sujeitos da classe trabalhadora menos remediada que convencionamos chamar de informais, permitiu-nos perceber algumas das suas visões de mundo, compartilhadas entre eles. A prostituição que criava redes de dependência

---

<sup>295</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p.231.

no seu entorno formada por cafténs, donos de casas de conforto, golpistas de olho no pecúlio que a atividade trazia, era também alvo da polícia, mas possuía íntima relação com o policiais. Foi possível perceber como masculinidades diferentes eram agenciadas e construídas à presença das prostitutas. Sendo também a prostituição importante meio de vida e que se ligava ao cotidiano de lazer de homens fardados e trabalhadores em geral.

Esses personagens tiveram suas histórias inseridas na investigação dos mundos do trabalho a partir da análise de historiadores, que se propuseram a ver além do conceito de uma classe formalizada e institucionalizada, inserida no movimento operário, na articulação de greves entre outros modelos. Historiadores que se permitiram mergulhar nas diversas experiências que compartilhavam esses sujeitos, em seus diferentes desafios de vida material, lazer e sociabilidades.

Em situações de conflito entre sujeitos da classe trabalhadora, vimos a participação do patrão como um juiz domiciliar e do trabalho, exercendo a mediação muitas vezes dos conflitos entre empregados. A análise das relações que estes estabeleciam com seus patrões, ora pedindo-lhes proteção ora sendo por eles denunciados à polícia, permite-nos adentrar num debate de que as relações entre esses personagens ainda não tinham passado pelo “portal da transição do trabalho escravo para o livre”. Que esta necessariamente não fora operacionalizada e que as relações entre patrões e empregados ainda carregavam nuances paternalistas, mas que essas nuances estavam sendo negociadas. O Historiador Maciel Carneiro, citando o trabalho de Kergoat, apresenta a visão da autora que diz: mais do que posições de classe, raça e gênero, percebidas como fixas ou mesmo pelo prisma da simples articulação, o que existem são negociações contínuas, negociações que são responsáveis pela reprodução das hierarquias e que podem ser responsáveis também pela produção da mudança<sup>296</sup>.

Outro dado importante é a frequência com que o trabalho doméstico era citado, aglutinando ofícios como de lavadeira, engomadeira, costureira entre outros. Assim como ados “ganhadores”, que podiam ser chamados de “jornaleiros” e também intitularem agricultores. Muito embora o acesso da descrição dos ofícios que utilizamos aqui tenha sido, em sua maioria a partir dos processos criminais, em que pode aparecer a visão do escrivão sobre o serviço laboral do outro. Essa aparente confusão, pode ser resultado da não existência

---

<sup>296</sup>Ibidem., p. 22.

de fronteiras entre serviço e outro, dada a necessidade de empregar-se. Tanto patrões e empregados podiam laçar mão das especificidades de cada ofício.

Debatemos aqui também o quanto a cor era acionada e carregavam significados. E como estes personagens acionavam determinados estigmas a seu favor. Que dentro de um grupos de pessoas que compartilhavam uma realidade material semelhante, existiam muitas diferenças, que podiam ocasionar conflitos. Essa rede de trabalhadores heterogêneos, vindos do interior do Estado ou simplesmente moradores desalojados pela reforma, possuíam história. Que as rebeldias, valentias e cenas de violência relatadas em jornais tinham significados próprios dentro daquele grupo. E que caracterização destes personagens como bárbaros servia como ferramenta para desmobilizar a importância de suas experiências.

## FONTES E REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo. Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911. Natal: EDUFRN, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Pântano e o riacho:** a formação do espaço público no Recife do século XIX, SP: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004.

BECKER, Howard S. 2008 [1963]. **Outsiders.** Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar.

BRETAS, Marcus Luiz. **Ordem na Cidade:** O exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Ed. Rocco - Rio de Janeiro, 1997.

CAMARA, Bruno Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial:** o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira, (Dissertação) Mestrado, UFPE, 2005

\_\_\_\_\_. **O “retalho” do comércio:** a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870. Tese (Doutorado), UFPE, 2012

CARVALHO, Marcus J.M. de. **De portas adentro e de portas afora:** trabalho doméstico e escravidão no Recife. 1822-1850. Afro-Asia, nº 29-30. Universidade Federal da Bahia, Bahia, p 44-45.

\_\_\_\_\_. **Ah, essas ideias francesas!** Em tempos de revoluções, Recife tornou-se mais feminina e foi palco de crescente liberação sexual no século XIX. Revista de História. Edição nº 93 – Junho, 2013. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/ah-essas-ideias-francesas>

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra:** moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940), Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Cecult, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986(1ª ed.).

COUCEIRO, Sylvia Costa. **A arte de viver a cidade. Recife, Artes de viver a cidade:** conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. Tese (Doutorado em História), UFPE, Recife, 2003, Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História - UFPE, 2003.

\_\_\_\_\_. **A sedução da noite nos cafés do Recife dos anos 1920:** entre prazeres e transgressões. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Sylvia%20Costa%20Couceiro.pdf>

CUNHA, Maria Clementina Pereira. “**De Historiadoras, Brasileiras e Escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)**”. *Tempo*, nº 5, 1998, pp. 181-215. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg5-9.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg5-9.pdf)

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**, Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Theotônio. **Passionário e Regina**. 2 ed. Recife: Lucilo Varejão Filho, 2005

GARZONI, Lericce de Castro **Vagabundas e Conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início século XX)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

GRAHAM, Sandra L. **Proteção e Obediência – criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860- 1910**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os Excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp/EDUSP, 2008.

LEVINE, Robert M. **A velha usina: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926: Higienismo, vadiagem e repressão policial**. (Dissertação de Mestrado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2003.

MAIA, Clarissa Nunes. **Policiaidos: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915**. Tese de Doutorado, UFPE, Recife, 2001.

MAZZIEIRO, João Batista. **Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920**. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1998, vol.18, n.35, pp. 247-285. ISSN 1806-9347. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000100012>.

MORAIS, Grasiela Florêncio de. **O “belo sexo” sob vigilância: o controle das práticas cotidianas e formas de resistência das mulheres pobres livres, libertas e escravas no Recife oitocentista (1830-1850)** - Dissertação de Mestrado - UFRPE, 2011.

OZANAM, Israel. Brabos ou capoeiras? Repensando a repressão republicana no Recife. Revista Tempo Histórico, v. 2, p. 01-17, 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistatemphistorico/index.php/revista/article/view/15>>.

PERROT, Michele. **Os excluídos da História:** Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro. Ed: Paz e Terra, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. Revista Estudos Feministas. vol.17 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2009000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2009000100009&script=sci_arttext)

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca:** trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.

SANTIAGO, Silvana. **Tal Conceição, Conceição de Tal:** classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Campinas, SP, 2006.

SCHETTINI, Cristiana. **“Que tenhas teu corpo”:** uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

\_\_\_\_\_, Cristiana; POPINIGIS Fabiane Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 11, n. 19, p. 57-74, jul.-dez. 2009. Disponível em:<[www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF19/c\\_schettini\\_19.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF19/c_schettini_19.pdf)>.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

SETTE, Mário. **Arruar:** história pitoresca do Recife Antigo. 3 ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Coleção pernambucana, 12)

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de Honra:** trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840 – 1870). Dissertação (Mestrado em História). Recife: CFCH, 2004.

\_\_\_\_\_. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais:** Recife e Salvador (1870-1910). Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. História. Recife, 2011,

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Para casa de família e mais serviços:** o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) UFRJ, 2010.

STANROBINSKI, Jean. **As máscaras de civilização**: Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VARIKAS, Eleni. “**Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott**”. IN: Cadernos Pagu. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1994; nº 03: pp.11-84.

VASCONCELOS, Maria Emília. “**Moças Honestas ou “Meninas Perdidas”**: Um estudo sobre a honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco Imperial (1860-1888)”. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2007.

SILVA, Sandro Vasconcelos da. **O Costume da praça vai à Casa**: As transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830-1880). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural Pernambuco, 2011.

#### **Fontes Manuscritas e Impressas:**

##### **Memorial da Justiça de Pernambuco/ TJPE**

**Fundo:** Memorial da Justiça de Pernambuco/ TJPE, processos criminais da comarca do Recife (1890-1915).

Processo Crime contra Manuel Eurico de Menezes, S/N, caixa 1367, ano 1900. Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco;

Denúncia. José Alves da Silva, S/N, Caixa 1367, ano de 1901. Crime – Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco;

Denúncia Liberalino Vieira de Mello, S/N, Caixa 1367, ano 1901- Crime. Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco;

Denúncia. Antônio Martins. Memorial de Justiça de Pernambuco – Crime – Comarca do Recife, Caixa 789, ano 1910;

Denúncia. Cícero Braulio Acioli Memorial de Justiça de Pernambuco. Crime - Comarca de Recife. Caixa 760, ano 1901;

Recurso de Habeas Corpus de Maria Valdevino de Siqueira – Comarca de Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, caixa 264, ano 1890;

Denúncia. Álvaro Arthur do Rego Chaves. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1200, ano 1900;

Denúncia. João Antônio dos Santos. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1206, ano 1900;

Denúncia. Francisco Roberto de Araújo. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1206, ano 1900;

Denúncia. Godofredo Porfirio. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1206, ano 1900; (Extorsão Artigo 338)

Denúncia. Manoel Ferreira de Assis. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1367, ano 1902, (Defloramento)

Denúncia. José Martins de Medeiros. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1367, ano 1902; (Defloramento)

Denúncia. Amancio (Músico da polícia). Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1367, ano 1902; (Defloramento)

Denúncia. Severo Francisco do Nascimento. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 1367, ano 1902;

Denúncia. José Carneiro Fonseca. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 760, ano 1901;

Denúncia. Francisco Antônio de Oliveira. Memorial de Justiças de Pernambuco. Crime - Comarca do Recife, Caixa 760, ano 1901;

*Denúncia.* Processo Crime contra José Pedro, vulgo Goyaz. Comarca de Recife - Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858 ano 1909;

*Denúncia.* Processo Crime contra Francisco Secundino dos Santos. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano1909;

*Denúncia.* Processo Crime contra Felsimino Alves Goveia. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano1909; (Defloramento de uma menor)

*Denúncia.* Processo Crime contra Júlio Rodrigues. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano1909. (Defloramento de uma menor)

*Denúncia.* Processo Crime contra José Cirilo da Silva. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 789, Ano1910.

*Denúncia.* Processo Crime contra Pedro Martins da Silva. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 789, Ano1910;

*Denúncia.* Processo Crime contra Pedro Gonçalves de Britto. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano1909.

Recurso de Habeas Corpus de Gertrudes Rosária Maria – Comarca de Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, caixa 264, ano 1890.

Recurso de Habeas Corpus de Antônio José da Silva – Comarca de Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, caixa 264, ano 1890.

*Denúncia.* Processo Crime contra Ignácio Pacheco da Silva. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 1941, Ano1901;

*Denúncia.* Processo Crime contra José Pereira dos Santos. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano1909;

*Denúncia.* Processo Crime contra HelidoroHorácio Caldas de Britto. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano1909

*Denúncia.* Processo Crime contra José Vicente Ferreira. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano1909;

*Denúncia.* Processo Crime contra Pedro Gonçalves de Britto. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano 1909;

*Denúncia.* Processo Crime contra Francisco Lopes de Albuquerque. Comarca Recife, Memorial de Justiça de Pernambuco, Caixa 858, Ano 1909;

### **Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE**

**Leis Provinciais de Pernambuco**, Lei nº 1129, de 26 de junho de 1873, art.187.

### **Periódicos**

- Jornal Pequeno – 1890-1915
- Correio da Recife – 1890-1915
- Jornal do Recife - 1890-1915
- A Província – 1890-1915
- O Besouro – 1902-1904.

### **Biblioteca Pública de Pernambuco**

Dados da Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária. **Recenseamento do Recife de 1923**. Departamento de Saúde e Assistência. p.3 ano 1924. (Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco)

### **Fontes Digitalizadas:**

Directoria Geral de Estatística, [187?] / 1930, Recenseamento do Brazil 1872/1920; IBGE, Censo demográfico 1940/2010. Até 1960, dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Diversas tabelas. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79&t=dados-historicos-do-censo-demografico-populacao-dos-municipios-das-capitais>.

Anuario estatístico do Brasil (1908-1912), território e população. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. v. 1, xxxii, 471 p. Disponível em: <http://memoria.nemesis.org.br/index.php>.

Código Penal de 1890. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>.